

## Despreocupação silêncio ou capitulação

O Ministro da Economia diz-se irresponsavelmente despreocupado no caso da Auto-europa e remete-se ao silêncio face às intenções da Lisnave. Eu digo que esta postura configura antes de mais uma clara opção de capitulação perante os interesses destes dois grandes grupos económicos.



■ Jorge Pires

Pág. 18

## Sobre a nossa Festa e nós

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 19

### Referendo

A fiscalização  
necessária  
no dia 8  
de Novembro

Pág. 24

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Outubro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1298 • Director: José Casanova

## De Cuba para a Cimeira Ibero-Americana

# FIDEL

## Bem-vindo

# a Portugal!

Págs. 5 e 21



Sábado, às 16 horas, manifestação no Porto

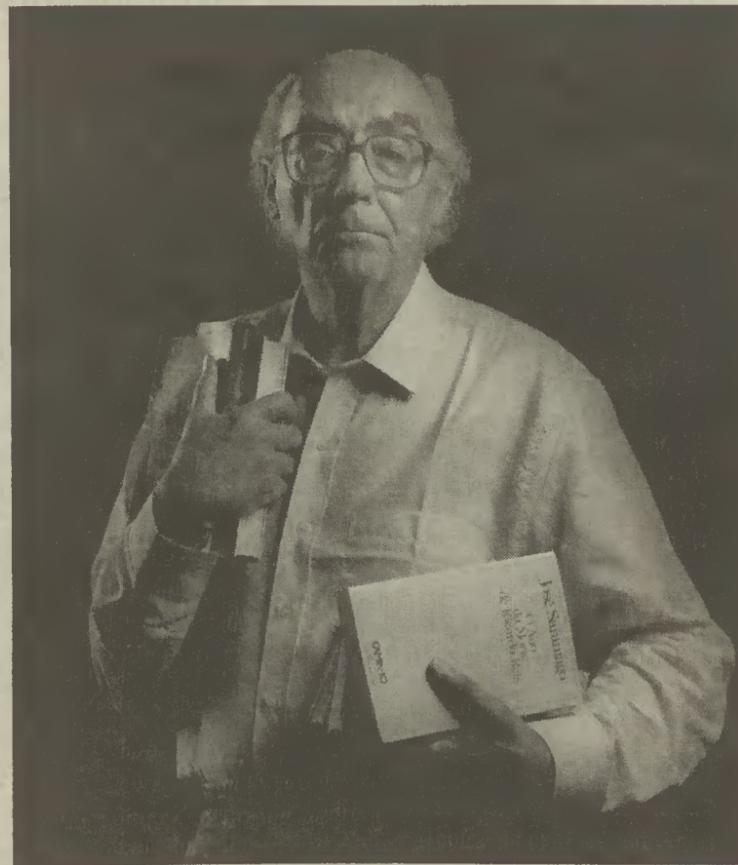


## Jornadas parlamentares

Carlos Carvalhas:  
Responder  
aos problemas  
às aspirações  
e reivindicações  
populares

Págs. 10 e 11

## O Nobel para Saramago



## Uma festa para todos

Centrais



Carlos Carvalho nas jornadas parlamentares do PCP

## RESUMO

7  
Quarta-feira

O procurador-geral da República decide prosseguir as investigações do caso JAE ■ O Primeiro-Ministro, António Guterres, encontra-se em Maputo com o Presidente da África do Sul, Nelson Mandela ■ A Comissão Europeia propõe a redução das ajudas directas aos agricultores ■ O Comissário europeu Hans Broek defende no PE a necessidade de uma intervenção militar no Kosovo ■ Milhares de russos saem às ruas para pedir a demissão de Ieltsin ■ A reunião entre o primeiro-ministro israelita e o presidente da Autoridade Palestiniana, na presença da secretária de Estado dos EUA, termina com o agenda-mente para dia 15 de uma cimeira sobre a retirada parcial israelita da Cisjordânia.

8  
Quinta-feira

José Saramago torna-se no primeiro autor de língua portuguesa a ser galardoado com o Prémio Nobel da Literatura ■ O grupo parlamentar do PCP entrega na AR um projecto de lei destinado a assegurar o cumprimento dos direitos de associação e de expressão pela via judicial ■ O parlamento aprova com os votos da oposição uma proposta de alteração à autorização legislativa para as carreiras da Administração Pública, estipulando a promoção automática ao fim de de três anos ■ Centenas de pessoas aderem a um buzinao em Barcelos exigindo acessos à A-3 que liga Porto a Braga ■ A Câmara dos Representantes aprova por maioria um inquérito de destituição contra Bill Clinton.

9  
Sexta-feira

O Ministro do Equipamento, João Cravinho, ordena a realização de uma auditoria a todas as obras da JAE que tenham excedido em 20 por cento ou mais o valor da adjudicação ■ O vice-almirante Reis Rodrigues assume o comando da força naval europeia, a Euromarfor ■ O Banco de Portugal anuncia a queda de meio ponto nas taxas de juro ■ O Parlamento italiano aprova moção de censura contra o Governo chefiado por Romano Prodi ■ O seminário sobre drogas promovido no Porto pelo Presidente da República aprova uma declaração que será apresentada na Cimeira Ibero-Americana.

10  
Sábado

Carlos Carvalho critica, em Bragança, as «cambalhotas» do PSD em relação à regionalização ■ O Ministério da Educação deci-

de dar o nome de José Saramago à Escola Secundária de Mafra ■ Um submarino nuclear inglês fica atracado no Porto Brandão na sequência de uma avaria ■ Milhares de Timorenses respondem ao apelo do Conselho Nacional da resistência, permanecendo em suas casas, enquanto um grupo de presos timorenses foge da cadeia de Bécora, em Díli ■ O secretário-geral da ONU solicita ao Governo angolano que reinicie o diálogo com a UNITA para evitar nova guerra civil ■ O Presidente da República da Guiné apela aos residentes Bissau para que não abandonem a cidade ■ A selecção de Portugal perde por um golfe frente à selecção da Roménia.

11  
Domingo

António Guterres termina a visita de uma semana a Moçambique ■ Milhares de manifestantes exigem em Díli a demissão do governador de Timor-Leste, Abílio Osório Soares ■ A Rússia ameaça interromper a sua participação no conselho conjunto com a Aliança Atlântica caso a NATO bombardeie a República Federal da Jugoslávia ■ Decorrem na Grécia as eleições municipais e regionais.

12  
Segunda-feira

Iniciam-se as jornadas parlamentares do PCP, que decorrem durante dois dias na Moita ■ O vice-presidente da da JAE, Donas Botto, pede a demissão da JAE ■ O Governo confirma a participação portuguesa numa possível acção aérea da NATO contra a Jugoslávia ■ Os alunos da escola secundária n.º 2 de Queluz fazem greve às aulas protestando contra a falta de professores ■ O parlamento japonês aprova um plano de 62,5 mil milhões de contos para sanear o sector bancário ■ É atribuído o Nobel da medicina aos três americanos Rober Furchgott, Louis Ignarro e Ferid Murad por provarem que o monóxido de azoto é essencial ao sistema cardiovascular.

13  
Terça-feira

José Saramago chega a Lisboa, onde é entusiasticamente recebido ■ O Governo aprova nova lei que limita a 408 mil contos as despesas nas campanhas legislativas ■ Em Itália, Romano Prodi é de novo convidado pelo Presidente Oscar Scalfaro a formar Governo ■ Acordo entre Milosevic e Holbrooke prevê autonomia administrativa do Kosovo a longo prazo ■ Zhu Rongli, primeiro-ministro chinês, num encontro com o Presidente José Eduardo dos Santos, promete ajuda militar da China a Angola.

## EDITORIAL

## O Nobel do nosso contentamento

Muito já foi dito e escrito sobre a relevância e o significado da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago. Igualmente sobre o contentamento tansbordante que esse facto provocou em muito milhares de pessoas em Portugal e no Mundo e que assumiu, naturalmente, dimensões particulares entre os leitores e amigos do grande escritor. Mas muito há ainda por dizer e escrever mesmo que fazendo-o com a consciência assumida do recurso a inevitáveis repetições.

A decisão da Academia Sueca confirma José Saramago como o grande escritor universal que o Mundo já reconhecera e consagrara enquanto construtor de uma obra literária que constitui um momento alto da criação e da criatividade artística. Por isso, este Nobel era há muito esperado por todos nós, seus amigos e seus leitores, beneficiários de mais de vinte anos do prazer da leitura de uma obra de rara luminosidade literária, renovadora do Romance e da Língua Portuguesa, levantada a pulso de talento, de originalidade e de trabalho persistente e espraiando-se numa vastidão temática plena de imaginação e de sonho, de inquietação e de esperança, de humanismo.

ridículas e patetas ciu-meiras e despudoradas hipocrisias que, todas somadas, não valem sequer a referência que aqui se lhes faz... Igualmente esperadas eram as tentativas de aproveitamentos políticos. Foi assim que, após a chegada da grande notícia e quando alguns ingénuos esperavam que o ministro da Cultura, no cumprimento das funções que lhe competem, tomasse o primeiro avião para Frankfurt... eis que, em vez disso, nos entra em casa o Primeiro Ministro falando do evento no mesmo tom e no mesmo jeito que usa utilizar quando se refere à Expo, à "maior ponte da Europa", ao "crescente prestígio de Portugal no Mundo"... assim como quem diz que o Nobel de Saramago constitui mais um êxito da política do Governo. No plano institucional, a situação foi salva - é justo realçá-lo - pelas declarações sérias, dignas, sentidas do Presidente da República e pela assinalável sensibilidade da Câmara Municipal de Lisboa, pondo de imediato a Cidade a dar os parabéns a Saramago e decidindo homenageá-lo com a entrega da Chave da Cidade.

Justifica-se, ainda, um breve comentário à opção tomada pelo jornal do Vaticano de destapar todos os seus recalçados ódios contra a atribuição do Prémio Nobel a um "inveterado comunista"... É certo que a posição do Vaticano já foi devidamente classificada e qualificada, nomeadamente pelo próprio Saramago ("Gostaria que o Vaticano me explicasse o que é isso de ser comunista inveterado. Talvez queiram dizer coerente. Eu só quero dizer ao Vaticano que prossiga com as suas orações e deixe as pessoas em paz"). Mas

*A festa do Nobel Saramago é uma festa de todos, é a festa do nosso contentamento, e está para durar*

Referindo-se ao discurso que irá pronunciar perante a Academia Sueca, José Saramago afirmou: "Procurarei mostrar, literariamente, que, de acordo com notícias recentes, 25 pessoas têm uma riqueza equivalente a 40 por cento da população mundial e superior à riqueza de mais de dois biliões de pessoas". E confirmando que, nele, o escritor e o homem de convicções se situam ao mesmo nível de grandeza, acrescentou: "Posso dizer que não tive que deixar de ser comunista para ganhar este prémio e que se tivesse que optar entre o Nobel e as minhas convicções, abandonaria o Nobel." Eis, luminariamente expressa, a dignidade e a coerência de quem - como refere a saudação da Direcção do Sector Intelectual de Lisboa do PCP, "em nome do colectivo a que pertences" - "sempre colocou entre os seus mais altos títulos de honra a sua opção de comunista, opção de fundo que é indissociável do fôlego e da grandeza de uma obra onde com tantas vozes se exprime o mais complexo e profundo sentir do ser humano".

Como acima se sublinhou, o histórico acontecimento, desta vez condignamente tratado pela generalidade da comunicação social, provocou uma enorme onda de alegria, transformou em festa um dia que, sem isso, seria mais um dia igual a tantos outros vividos e por viver. Dadas as circunstâncias não surpreende que assim tenha sido, bem pelo contrário.

Também não surpreendem algumas reacções feitas de uma mistura de - expostas ou mais ou menos bem camufladas - invejas miudinhas e caricatos despeitos e

vale a pena sublinhar o facto de o Vaticano persistir em manter vivo o fogo dos autos de fé - devidamente adaptados aos tempos de hoje, obviamente - e lembrar-lhe que o disparate fundamentalista que produziu contra o Prémio Nobel da Literatura é tão monstruoso como seria, por exemplo, alguém acusar a Igreja Católica de, por divulgar a Bíblia, estar a violentar as consciências dos ateus.

A festa do Nobel Saramago é uma festa de todos, é a Festa do nosso contentamento, e está para durar. Exemplo disso foi a reacção das inúmeras pessoas que na terça-feira à tarde estiveram na Praça do Município e, de forma simples e comovente, expressaram o seu amor, o seu carinho, a sua admiração por José Saramago. Aquele há-de ter sido um dos tais momentos de que o escritor diz "contar os dias pelos dedos e encontrar a mão cheia". "Obrigado, Lisboa. Nem tu sabes o que me deste hoje" - escreveu ele no Livro de Honra da Cidade...

Festa de todos, portanto. Mas também festa muito especial para os comunistas portugueses que fazem questão de manifestar o seu orgulho por terem como camarada de Partido o grande escritor José Saramago, agora Prémio Nobel da Literatura.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º-A, 1150 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
— 1150 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada 2.ª-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Roza — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1150 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1150 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 Sintra  
Depósito legal nº 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Para que não fique tudo na mesma

Com pompa e circunstância e exibindo aquele ar simultaneamente severo, solene e dramático que pratica melhor do que ninguém, o Primeiro-Ministro divulgou o seu "plano de combate à corrupção". Fê-lo num encontro com a Comunicação Social e através de um texto lido e sem direito a perguntas. Disse António Guterres estarmos, a partir de agora, a entrar num "novo ciclo" no qual "está em causa não apenas combater actos isolados de corrupção, mas criar um sistema global que vá à raiz dos problemas". A declaração de intenções do Primeiro-Ministro, nascida na sequência das revelações do general Garcia dos Santos sobre "alegados actos de corrupção" praticados na Junta Autónoma das Estradas, é bem vinda e merece que nos congratulemos com ela. Esperemos, pois, pela sua concretização.

Diz-nos a SIC que nenhuma das medidas apresentadas por António Guterres é novidade, na medida em que todas elas já haviam sido anunciadas pelo Ministro João Cravinho. Se assim é, afigura-se-me algo insólita a informação do engenheiro Guter-

res e despropositado todo o aparato mediático que a rodeou: melhor teria sido resumir essa intervenção à conhecida, curta e simples frase: faço minhas as palavras do orador antecedente. E se, como informa a RTI, "o anúncio do pacote anti-corrupção" ocorreu "depois de um dia de autêntica maratona de reuniões" para debater a matéria em questão e chegar às conclusões anunciadas, então tudo se torna ainda mais incompreensível. Porque se as coisas se passaram assim, teremos que concluir que o Primeiro-Ministro gastou, em reuniões, um dia do seu precioso tempo para concluir e anunciar o que o Ministro João Cravinho já concluíra e anunciara há uma semana.

De qualquer maneira, tudo isto vale nada se as intenções expressas na declaração de Guterres não caírem no saco roto que tem constituído o mais eficaz instrumento de trabalho da política de direita.

A questão do financiamento dos partidos e campanhas eleitorais foi também abordada pelo Primeiro-Ministro. Como se sabe a Assembleia da República aprovou

já algumas medidas nesta área e pena foi que, nessa altura, a proposta do PCP no sentido de que os partidos políticos não pudessem receber contribuições das empresas não tivesse sido aprovada... De qualquer forma, o que então se passou no Parlamento - especialmente os votos do PSD e do PP contra as medidas aprovadas pelo PCP, PS e PEV - retira toda a credibilidade à agitação saltitante que se apossou, nomeadamente, do professor Marcelo e que o faz andar por aí a assobiar para o ar no que toca às posições tomadas pelo seu partido no Parlamento.

"Tudo deve ser esclarecido até às últimas consequências", sublinhou Octávio Teixeira. Dito isto, está tudo dito. Para que as necessárias medidas de combate à corrupção no futuro não levem quem de direito a considerar questão menor a necessidade de levar até ao fim o combate à corrupção no passado e no presente. Ou seja: para que não fique tudo na mesma.

■ José Casanova

## Todos contra a 202/VII !

Iniciou-se a 8 de Outubro e termina no próximo dia 6 de Novembro o prazo de apreciação pública de três das peças do pacote laboral do Governo, entre as quais se destaca pela sua gravidade a proposta de lei n.º 202/VII que "define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização".

Trata-se de uma peça cuja aprovação - a consumir-se - não irá apenas atingir trabalhadores a tempo parcial, mas que significa e acarreta um profundo desequilíbrio do conjunto (já globalmente bastante desequilibrado contra os trabalhadores) das relações laborais.

Atente-se, nomeadamente, na possibilidade de um trabalhador a "tempo completo" poder transitar para o regime de "trabalho a tempo parcial" a título definitivo ou por período determinado. E nesta última eventualidade da "entidade empregadora poder celebrar contrato a termo para substituição parcial". Não é isto um mecanismo - beneficiário, aliás, de grandes incentivos - para transformar massivamente trabalhadores efectivos em trabalhadores precários?

Quando está previsto, por exemplo, que o trabalho a tempo parcial "possa ser prestado em todos ou alguns dias da semana", não é evidente que são o sábado e o domingo, como dias normais de descanso semanal, que vão por água abaixo?

E quando se proclama a flexibilidade horária e a possibilidade de prestação obrigatória de trabalho suplementar, não representa isto, afinal, a transformação dos trabalhadores a tempo parcial, de facto, em trabalhadores com direitos parciais?

Muito mais e de mau se poderia anotar nesta proposta de lei n.º 202/VII sobre o trabalho a tempo parcial.

Para aliciar os trabalhadores a passar a "tempo parcial" a proposta acena-lhes, por um período máximo de três anos, com a redução para 6% da taxa contributiva para a segurança social. E incentiva principescamente as entidades empregadoras a celebrarem outros contratos a "tempo parcial", com a dispensa do pagamento de contribuições ou com generosas reduções das taxas contributivas, e por um período que em nenhuma das modalidades excede também os três anos.

Ora quando a tendência prevalecente, em relação à reforma da segurança social, é o estabelecimento de uma relação directa entre as contribuições reais dos trabalhadores e as prestações que virão a receber da segurança social, não seria mais sério dizer aos trabalhadores aliciados que eles irão ser prejudicados no futuro? Ou existirá o propósito de transferir o pagamento da factura dos incentivos ao "trabalho parcial" para as costas dos restantes trabalhadores que integram o regime geral?

Por último: quando o país se prepara para celebrar o 25.º aniversário do 25 de Abril, não é motivo da maior perplexidade que haja um governo que pretenda fixar em lei que "serão apreciadas e, sempre que possível, eliminadas, no quadro da negociação colectiva (sic !), as disposições que dificultam ou limitam o acesso ao trabalho a tempo parcial"?

Será caso de reincarnação, na equipa legislativa, de algum "ministro das corporações" do antigamente?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Caria

## DE KAMTCHATKA a Kaliningrado

Dia 7 de Outubro. O sol ergueu-se lá no longínquo extremo-orient russo e foi acordando, um após outro, os onze fusos horários da enorme Federação Russa. Partindo de Kamtchatka, Magadan, Sakalina, Vladivostoque, percorreu toda a imensa Sibéria, de Norte a Sul, atravessou os Urais e o Volga, foi ao Donbass e às repúblicas caucasianas, a Murmansk, passou em S. Petersburgo e Moscovo, chegou finalmente ao extremo ocidental, a Smolensk e Kaliningrado. Com o avanço do sol foi-se levantando uma vaga de protesto e reivindicação dos trabalhadores e dos povos por toda a Rússia. Ao apelo dos sindicatos, do Partido Comunista e outras forças de esquerda e patrióticas, muitos milhares de empresas, minas, escolas, mercados fizeram greve, com milhões de operários, professores, médicos, cientistas, camponeses. E povo, muito povo, com velhos pensionistas a par de muitos jovens e militares no meio dos civis, desceu à rua em comícios, cortejos, manifestações, vários cortes de auto-estradas, caminhos-de-ferro, pontes. O povo russo ergueu alto e uníssono a sua voz: "Elsine, rua!"

Segundo o canal oficial da TV russa, seriam 10 milhões. Segundo Ziuganov, presidente do PCFR, em conferência de imprensa no dia seguinte, mais de 17 milhões. Outras fontes estimam 30 milhões, entre participantes directos e indirectos da Jornada Nacional de Protesto de toda a Rússia. Não é a exacta precisão dos números o que mais interessa, todavia. Mas sim o significado político inequívoco desta enorme acção de massas trabalhadoras e populares. Não que elas já não lutassem antes. Pelo contrário, o ascenso dos seus protestos desde a Primavera, antes do colapso financeiro e do afastamento de Chernomirdine, foi mesmo um dos factores que levou Primakov à chefia do novo governo. Mas esta jornada - em que às anteriores reivindicações económicas e sociais parcelares se conjugou e avantajou uma comum reivindicação política, e da ordem dispersa se passou a um movimento articulado e convergente - marca um salto qualitativo cujo peso político ninguém pode ignorar. Que há que consolidar e reforçar, aprendendo com a experiência adquirida em tão vasta acção, para poder fazer sentir de novo e em permanência a sua vontade decisiva, a vontade popular, na cena política da Rússia, para que seja possível a saída da crise e a reconstrução económica, social e democrática desse imenso país.

No desfecho da crise política que levou em Setembro à nomeação de Primakov, como primeiro-ministro de um novo governo que, em alguns aspectos essenciais, parece querer romper com o curso desastroso que desde há sete anos levou o país à bancarrota e o povo à miséria - os comunistas, na Duma e em inúmeras regiões, demonstraram ser uma força incontornável para a saída da crise. Não que tenham o poder, nem que se tenha saído da crise. O governo Primakov ainda não passou pela prova das provas, a prática; e não é por acaso que os comunistas, que lhe deram luz verde sob condições, se mantêm no amarelo intermitente da vigilância crítica. Mas porque constituem o eixo forte de um amplo movimento unitário, popular e nacional, que traduz, como a jornada do dia 7 de Outubro demonstrou, a vontade de mudança dos trabalhadores e dos povos de toda a Rússia.

Primakov tarda em avançar com o programa do seu governo. A tarefa não é nada fácil, muito pelo contrário. Os oligarcas, em surdina, não estão parados. Nem as pressões externas, apesar da clamorosa falência dos seus *diktats*, deixaram de se exercer no Kremlin e arredores, jogando mais além com a ameaça de desintegração da Rússia, tal como levaram à desintegração da URSS. Mas a entrada em cena, de Kamtchatka a Kaliningrado, do movimento operário e das massas populares, é um novo dado político com que não se pode mais deixar de entrar em linha de conta. Reforçado, ainda mais ampliado, é ele em última instância que será decisivo para a saída da crise.

■ Carlos Aboim Inglês

## Guterres anuncia medidas anti-corrupção

Na sequência do avolumar do escândalo envolvendo a Junta Autónoma de Estradas, o primeiro-ministro António Guterres convoca uma conferência de imprensa, no dia a seguir ao seu regresso a uma visita oficial a Moçambique, para anunciar «um novo ciclo» no combate à corrupção, assente em quatro

medidas a apresentar à Assembleia da República para aprovação: mecanismos para que as autoridades judiciais possam incentivar a colaboração dos corruptos activos na investigação dos crimes de corrupção», oferecendo-lhes, como contrapartida, tratamento mais favorável por parte das autorida-

des; uma lei de protecção de testemunhas; decretos para sancionar quem obstruir o acesso a informações e medidas para articulação entre o Ministério Público e a administração fiscal (neste caso, o sigilo bancário pode ser levantado para investigação, desde que seja ordenado por um mandato judicial).



## Mais tiros na Guiné-Bissau

Ouviram-se de novo tiros na zona de Brá, a sete quilómetros do centro de Bissau, o que provocou mais uma debandada da população em direcção às matas. Segundo a Lusa, o líder da Junta Militar, Ansumane Mané, pediu calma às populações numa comunicação radiofónica, declarando que os tiros foram consequência de um desentendimento entre as suas tropas e as de Nino Vieira, que continua apoiado pelas forças expedicionárias do Senegal e da Guiné-Conacri, enquanto continua o com-

passo de espera até um acordo de cessar-fogo efectivo e o início de conversações profundas permitam ultrapassar a crise. Enquanto isto, partidos da oposição guineense, como o Movimento Bafatá, Partido da Renovação Social e União para a Mudança, denunciam a «ocupação estrangeira» do seu país onde, afirmam, o presidente Bernardo Nino Vieira está a ser aguentado no poder graças exclusivamente às tropas do Senegal e da Guiné-Conacri que se instalaram em Bissau.



## Comunistas sobem nas eleições gregas

O Partido Comunista da Grécia aumentou para o dobro a sua votação

em Atenas, Pireu e Salónica, as três principais cidade do país, e no plano



geral conseguiram-se novos eleitos noutros municípios apoiados pelos comunistas, na primeira volta das eleições municipais e regionais gregas realizadas no passado domingo. Embora ainda não haja resultados definitivos, o PASOK, que está no poder, sofreu um desgaste eleitoral, enquanto a direita da Nova Democracia (ND) registou também alguns avanços. Resta realizar a segunda volta deste acto eleitoral, onde está em causa o governo das cidades de Pireu e Salónica, as mais importantes depois de Atenas, cuja presidência foi conseguida à primeira volta pelo representante do partido de direita Nova Democracia.

## Indonésia agrava repressão em Timor

O regime de Jacarta reforça a presença militar em Timor-Leste deslocando para lá, pelo menos, mais seis batalhões de tropas

de ocupação, ao mesmo tempo que intensifica as operações de repressão, nomeadamente originadas pela tentativa de imposição, por

parte do governador do regime no território, de obrigar todos os funcionários da administração timorense a «jurarem», por escrito, fidelida-

de ao regime de Jacarta e o acatamento da integração de Timor-Leste na Indonésia, o que provocou grandes manifestações, mais ou menos reprimidas pelas forças indonésias. Os presos políticos encarcerados em Timor procuraram aderir às manifestações no interior dos muros das prisões e os guardas dispararam, assassinando, pelo menos, o preso político Agostinho Moreira na prisão de Becora, em Dili.

## Demissão na JAE

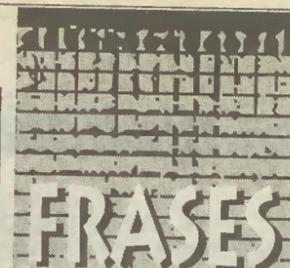
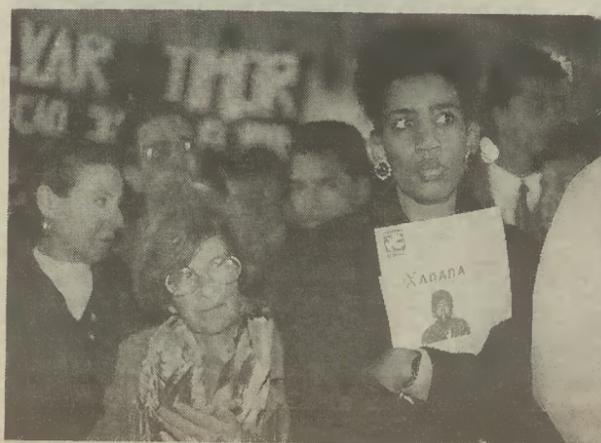
Donas Botto, vice-presidente da Junta Autónoma das estradas (JAE), demite-se do cargo, alegando não querer «comprometer as investigações em curso». Segundo fontes contactadas pelo *Diário de Notícias*, o agora ex-vice-presidente da JAE terá sido um dos nomes apontados pelo general Garcia dos Santos ao Procurador-Geral da República como um dos nomes alegadamente envolvidos em casos de financiamento ilícito a partidos políticos. Ainda segundo as mesmas fontes, o general terá exigido ao ministro

da tutela, João Cravinho, a saída daquele administrador da administração da JAE como forma de conseguir a «limpeza» na JAE pedida pelo ministro, coisa que este se recusou fazer, o que conduziu à apresentação de demissão por parte de Garcia dos Santos. Como também refere o DN, Donas Botto foi um dos envolvidos na investigação conduzida em 1995 pelo DIAP visando as relações entre sete engenheiros da JAE e a empresa Pavitraço, sendo posteriormente ilibados por falta de indícios de corrupção.

## Problemas de saúde atacam de novo Ieltsin

O presidente russo, Bóris Ieltsin, foi atacado por uma infecção nos brônquios e na traqueia durante uma visita oficial à Ásia Central, tendo sido obrigado a regressar a Moscovo antes do final da visita. Nada se sabe da evolução ou do estado real da saúde do presidente russo, para além das declarações oficiais que procuram minimizar a gravidade desta nova crise de Bóris Ieltsin. Durante a sua estadia no Usbequistão, o dirigente russo assinou diversos acordos bilaterais com o seu homólogo Nusultan Nazarbaiev, em Alma-Ata.

Entretanto, na também ex-República soviética do Azerbaijão, os partidários de Heydar Aliev, actual chefe de Estado, anunciam a vitória deste na primeira volta para as eleições presidenciais, enquanto os partidários do seu principal adversário, Ertibar Mammedov, contestam estes resultados e denunciam fraudes, denúncias corroboradas por 150 dos 180 observadores internacionais da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), que afirmam ter constatado «irregularidades muito sérias e fraudes num certo número de assembleias de voto».



“Eu sou de onde sou. Sou de onde nasci, sou da terra que me criou, sou da língua que falo, sou da história que o meu país tem, sou das qualidades e dos defeitos que nós temos, sou dos sonhos e das ilusões que são nossos, ou foram ou vão ser. É daí que eu sou, é aí que eu pertenceo.”

(José Saramago, «Diário de Notícias», 12.10.98)

“Já há muito tempo que a literatura portuguesa merecia esta distinção, que é para nós um motivo de profundo orgulho. É um testemunho do reconhecimento internacional do papel que Portugal tem na construção do mundo moderno. Um papel em que a literatura portuguesa sempre de afirmou com uma enorme pujança, como é o caso de Saramago.”

(António Guterres, *idem*)

“Este é o prémio mais justo dos últimos 15 anos. Durante todos os anos em que foi atribuído o Nobel, nunca tinha sido reconhecido este bloco linguístico de mais de 200 milhões de pessoas (...) Desta vez chegou. É justo. Saramago merece o Nobel.”

(Luciana Stegagno Picchio, especialista italiana em Literatura portuguesa, *idem*)

“É uma honra ter recebido o mesmo prémio que José Saramago. Gostaria de felicitá-lo pessoalmente. Encontrei-o o ano passado na Feira de Frankfurt e considero-o uma pessoa admirável.”

(Dario Fo, Nobel da Literatura em 1997, *idem*)

“Pela selecção dos temas e resultados estilísticos, a obra de Saramago coloca-se num lugar crucial não só para a cultura lusitana, como para a história do romance contemporâneo.”

(«Corriere della Sera» [Itália] citado no «Diário de Notícias», 10.10.98)

“Contrariamente a muitos escritores franceses que permanecem na introspecção do pouco, do quotidiano e do quase nada, José Saramago pratica uma literatura do extremo, do imenso.”

(«Le Figaro» [França], *idem*)

“A Academia sueca fez uma escolha feliz para todos os que amam a literatura.”

(«Tagesspiegel» [Alemanha], *idem*)

“É um homem modesto e franzino, que parece mais um velho empregado de escritório que um gigante literário. O Nobel é parte do renascimento de Portugal.”

(«Los Angeles Times» [USA], *idem*)

“Pessimista e sério, lúcido e elegante são as palavras para descrever o homem e a sua literatura.”

(«The Independent» [Inglaterra], *idem*)

“Desde ontem, o mundo literário transformou-se num imenso Portugal com o anúncio do Prémio Nobel para um escritor de 76 anos, a cumprir um destino que em todo o mundo se via como inevitável: a inclusão de um autor de expressão portuguesa entre os contemplados com o mais importante prémio literário do mundo.”

(«O Globo» [Brasil], *idem*)

## Cimeira Ibero-Americana

# Fidel

## Bem-vindo a Portugal!

**A** solidariedade com o povo de Cuba, um veemente *não* ao bloqueio, são o grande tema que vai marcar – nas ruas do Porto – a Cimeira Ibero-Americana do próximo fim-de-semana. Uma manifestação de solidariedade que se traduz igualmente numa saudação, num *bem-vindo!* a Fidel Castro, partilhada por comunistas e outras forças progressistas.

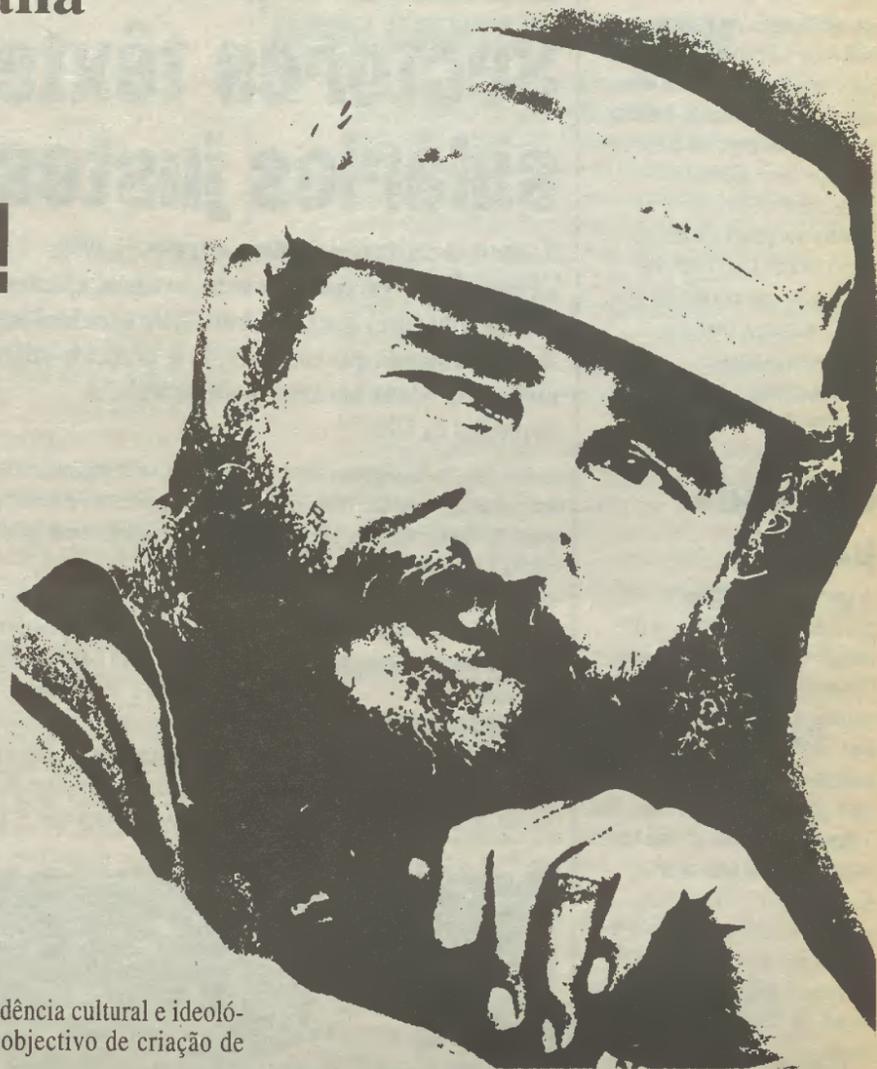
“É tempo de voltar uma página da história. O bloqueio a Cuba é um acto que atinge e fere toda a humanidade” – esta a exigência que ressalta do Apelo contra o bloqueio, divulgado pela Associação de Amizade Portugal-Cuba e pela Comissão regional do Porto contra o Bloqueio e de Solidariedade com o Povo de Cuba. Exigência subscrita por muitas organizações, como já foi referido nas páginas do “Avante!”.

O Apelo de solidariedade com Cuba foi subscrito por inúmeras estruturas ligadas ao mundo do trabalho, com destaque para a CGTP-IN, a União dos Sindicatos do Porto, a Confederação dos

A Assembleia Municipal do Porto – como também já foi noticiado – aprovou uma moção contra o bloqueio.

As organizações do PCP, nomeadamente o Secretariado e a Direcção Regional de Braga, dirigiram apelos à participação no desfile popular. “Pelo significado e repercussão nacional e internacional das iniciativas do Porto na luta pelo fim do injusto e inaceitável bloqueio”, a organização do PCP de Braga dirige um apelo “aos comunistas e a todos os homens e mulheres para quem a dignidade, o respeito pela liberdade e direito dos povos a decidir os seus próprios caminhos são valores e princípios fun-

blinando que, “como organização revolucionária que valoriza o papel dos jovens na construção da vida e sua transformação num mundo melhor, que luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, e pelo seu carácter de organização internacionalista, é solidária com todos aqueles que em todo o mundo lutam pelo direito de prosseguir o rumo que escolheram, pelo fim de todas as formas de colonialismo, contra o imperialismo, particularmente com os povos da América Latina, vítimas da utilização americana de instituições como o FMI, criado e sustentado para manter a dependência económica e consequentemente, dependência cultural e ideológica, não tendo por isso qualquer objectivo de criação de desenvolvimento endógeno”.



**“Constitui uma verdadeira aberração que se mantenha, neste final do século, um tão prolongado bloqueio, imposto unilateralmente, que ofende princípios e normas do direito internacional, e que vai ao ponto de impor sanções a empresas e instituições de qualquer país que tenha relações económicas com Cuba”**

Do Apelo contra o Bloqueio

Quadros Técnicos e Científicos e vários sindicatos. A Federação Académica do Porto, as Associações Académicas de Lisboa e de Coimbra, o Conselho Nacional de Juventude, a Juventude Operária Católica, a Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes e a Federação das Associações de Organizações Juvenis do Porto, contam-se entre as organizações juvenis e estudiantis que manifestam a sua solidariedade com o povo cubano.

O Apelo é ainda subscrito por múltiplas outras estruturas e associações, da Associação 25 de Abril à Confederação das Colectividades de Cultura e Recreio, passando pelo Movimento Democrático das Mulheres ou pelo Sindicato de Poesia de Braga.

damentais, para que participem nas iniciativas, designadamente no *desfile popular*”.

A JCP do Porto associa-se igualmente a todas as iniciativas de solidariedade com o povo cubano e contra o bloqueio norte-americano à República de Cuba.

No documento divulgado à imprensa, os jovens comunistas lembram que “o bloqueio económico, comercial e financeiro, imposto unilateralmente pelos Estados Unidos da América a Cuba dura há 38 anos, sendo responsável por privar este povo do acesso a bens essenciais como alimentos, medicamentos e energia, condicionando o desenvolvimento social do país e violando os seus direitos soberanos”.

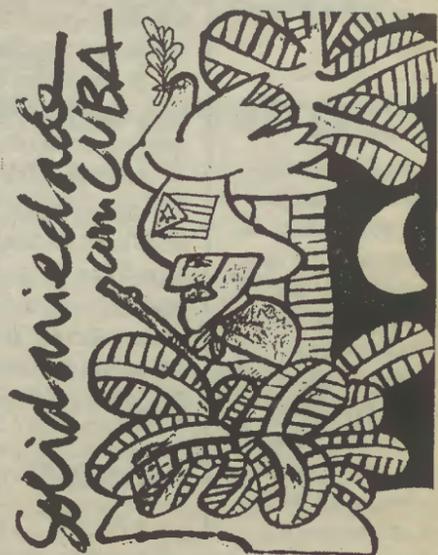
A JCP do Porto reafirma a sua solidariedade, su-



## Solidariedade com Cuba

### Concentração na Praça Carlos Alberto

O desfile popular de solidariedade com o povo de Cuba e contra o bloqueio realiza-se na tarde de sábado, dia 17. A concentração terá lugar na Praça Carlos Alberto, pelas 16 horas, terminando na Praça D. João I. A Comissão Organizadora das Iniciativas Contra o Bloqueio e de Solidariedade com o Povo de Cuba por Ocasão da Cimeira Ibero-Americana no Porto promove ainda um espectáculo, com início às 21 e 30, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, com a participação de Sérgio Godinho, Jorge Palma, Carlos do Carmo, João Afonso, Luís Represas, Brigada Vitor Jara, Mísia, Manuel Freire, Vitorino, Janita Salomé, Realejo, Canto Nono, Coral de Letras da Universidade do Porto, Manuel Amorim, Minela e os galegos Teixadura e Uxia. Domingo, dia 18, pelas 11 horas, terá lugar uma corrida de atletismo no Castelo do Queijo, em que estão inscritos centenas de atletas, nomeadamente Rosa Mota, Albertina Dias, Luís Jesus e José Regalo.



TRABALHADORES

**Nobel justo**

«A atribuição do Prémio Nobel da Literatura constitui o justo reconhecimento de uma obra a todos os títulos notável, que enche de orgulho as letras portuguesas e ajudará a projectar a nossa cultura no mundo», afirma a Comissão Executiva da CGTP-IN, na mensagem que enviou dia 8 a José Saramago, para lhe «expressar o nosso contentamento e transmitir as melhores felicitações».

**Gás pode parar**

A partir do dia 25 as estruturas representativas dos trabalhadores das empresas do Grupo GDP (Gás de Portugal) poderão desencadear acções de luta, incluindo a greve, de acordo com o mandato recebido num plenário que teve lugar dia 7, em Cabo Ruiivo. A nota de imprensa divulgada pela Fequifa/CGTP refere como motivos da luta o facto de a administração e o Governo recusarem negociar um plano social que salvaguarde o emprego, os vínculos laborais e os direitos dos trabalhadores que vão ser afectados pela reestruturação do grupo (encerramento das fábricas de Cabo Ruiivo devido à substituição do gás de cidade pelo gás natural, projectos de alienação e privatização de outras fábricas e serviços). Em Fevereiro a administração subscreveu com a federação sindical um acordo em que se comprometeu a negociar o plano social num prazo de 60 dias, mas ainda não cumpriu.

**Vitória na AR**

A reestruturação de carreiras da Função Pública teve a respectiva lei de autorização legislativa aprovada dia 8 na AR, com recomendações ao Governo aprovadas por unanimidade, embora o Grupo Parlamentar do PS tenha depois procurado dar o dito por não dito. Saudando a decisão sobre a necessidade de alterações para melhorar o projecto governamental «há largo tempo anunciado», a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública congratula-se por terem sido contempladas as propostas essenciais que fez chegar aos grupos parlamentares e que reflectiam «algumas das mais importantes reivindicações dos trabalhadores». A decisão é assim entendida como «uma importante vitória» dos trabalhadores, da federação e dos sindicatos nela filiados. «Seria intolerável e motivo de nova intervenção da AR, caso o Governo, como ameaçou o ministro Jorge Coelho, não viesse adequar o respectivo decreto-lei ao diploma aprovado pelo Parlamento», previne a FNSFP/CGTP, que aponta ainda três «injustiças» que ainda ficaram por resolver na questão das carreiras e retribuições.

**Animados pelo desfecho das 40 horas Sectores têxteis vão exigir salários justos e «europeus»**

Nas propostas de revisão dos contratos de 1999, a Fesete/CGTP procura que se faça «alguma justiça aos trabalhadores que tanto trabalham e tão mal pagos são», salientando que em Portugal se praticam salários muito inferiores e horários muito superiores às médias da UE.

A federação divulgou na semana passada, após um plenário geral de sindicatos, as tabelas salariais que vai colocar à discussão dos trabalhadores e que deverão ser apresentadas ainda em Outubro às associações patronais de quatro sectores.

Em todas as propostas, os valores dos salários são apontados em escudos e em euros, o que, para a Fesete, deverá auxiliar os traba-

lhadores na comparação de preços de produtos e bens, bem como de salários praticados noutros países.

A federação e os sindicatos consideram que «depois da negociação das 40 horas, chegou a altura para a negociação de salários mais justos e mais europeus».

Em todas as propostas, a Fesete propõe que se exija um período de férias de 25 dias úteis (5 sema-

nas) e avança com um aumento mínimo de 5500 escudos para qualquer trabalhador. Mesmo assim, as tabelas salariais propostas para 1999 não ultrapassam, nos grupos de topo, os 130 500 escudos (Grupo A da cordoaria e redes), ficando-se o máximo da chapelaria por apenas 100 900 escudos. É neste sector que se praticam os salários mais baixos, verificando-se que a proposta para o grupo inferior se limita a pouco mais de 58 contos. O salário mínimo mais elevado é proposto para a cordoaria e redes (72 900 escudos).

Nos têxteis, malhas, têxteis-lar, lanifícios e tapeçaria, a federação

recorda o «justo descontentamento» dos trabalhadores face à actualização salarial verificada em 1998, como mais um factor a justificar melhor resultado no próximo ano. Propõe que se inicie a negociação da redução dos horários para 35 horas, com efeitos a partir de Janeiro do ano 2000 e tendo em consideração que os operários do 3º turno «mantêm há mais de 20 anos as 40 horas».

«É injusto que em Portugal continuemos a ter salários duas a seis vezes menos e sempre com o maior horário de trabalho», protesta a Fesete, no comunicado distribuído ao pessoal da chapelaria, onde é proposta a semana de 35 horas como horizonte a atingir no ano 2004, com redução de uma hora em cada ano, a partir de Julho próximo (prazo que é alargado em mais um ano para o sector da cordoaria e redes).

A federação e os sindicatos decidiram ainda realizar uma campanha de esclarecimento sobre a nova legislação laboral, apelando à luta em todo o ramo de actividade. Nos comunicados sobre as tabelas salariais é já lançado o alerta, salientando que «o actual Governo não pára na sua ofensiva contra os direitos contratuais dos actuais e futuros trabalhadores».



Os sindicatos avançam propostas realistas de melhorias salariais significativas no próximo ano (foto de arquivo)

**Greve dos professores ganha mais razão**

A greve anunciada na semana passada, após uma reunião entre a Federação Nacional de Professores e a FNE «ganha hoje o carácter de necessidade intransponível», declarou segunda-feira o Secretariado Nacional da Fenprof, depois de ter recebido do Ministério, para a reunião de negociações que teria lugar na terça, uma «cópia» da proposta de Estatuto da Carreira Docente dos educadores de infância e dos professores dos ensinos Básico e Secundário. Isto, depois de a Educação ter anulado uma reunião de negociação agendada para a semana passada, «mostra claramente que o Governo não quer revalorizar a carreira docente e pretende, com este simulacro de negociações, queimar tempo que lhe permita chegar a 30 de Outubro sem mexer numa vírgula sequer das propostas que elaborou no ano lectivo passado», afirma a federação.

Caso não se altera tal atitude política, previne-se no comunicado, «o dia 30 de Outubro não será um dia de encerramento das negociações, mas o primeiro de uma luta que se prolongará pelo mês de Novembro» e que, com este comportamento do ME, «ganha mais razão de ser».

A disponibilidade para participar nas acções que venham a ser definidas foi manifestada dia 8, em Viseu, por professores e educadores que, no final de um plenário do SPRC/Fenprof, se deslocaram ao Centro de Área Educativa e ao Governo Civil.

**Com a CGTP**

A Fenprof e a CGTP-IN assinaram segunda-feira um

protocolo de cooperação que, tendo por objectivo reforçar os laços já existentes, prevê apoios mútuos e acções convergentes em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. As duas estruturas sindicais comprometem-se a trocar regularmente informação e participar nas actividades que promovem. A Fenprof irá debater com a CGTP as questões de relevante interesse na área da política educativa, enquanto a central consultará a federação quando tenha que nomear representantes para organismos oficiais ligados à educação. A Lusa refere ainda outras áreas de cooperação, como o ensino e a formação profissional, estudos e trabalhos de investigação, apoio jurídico, cedência de instalações.

**Sindicatos de Setúbal preocupados com Autoeuropa**

As declarações de um administrador, confirmando a saída da Ford do projecto Autoeuropa, «podem constituir o início do processo do encerramento da empresa a partir de 2002», receia a Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Setúbal.

Numa nota de imprensa emitida após a sua última reunião, a USS/CGTP manifesta a sua preocupação pelos efeitos que tal situação implicaria e recorda que «no passado, reiteradamente, chamou a atenção para esta possibilidade e a necessidade do Estado português acautelar os enormes investimentos ali realizados com o dinheiro dos impostos». A actual situação do projecto automóvel de Palmela, tal como o processo da Renault (cuja fábrica em Setúbal encerrou este Verão) devem ser tidas em conta na negociação a fazer com o investimento externo, designadamente tomando «as devidas cautelas em relação à Lear Corporation», recomenda a União.

Na reunião foi analisada a situação social e laboral no distrito, realçando a Executiva que se mantém um elevado número de desempregados e uma situação de desemprego estrutural.

Verificando a necessidade de «continuar a aprofundar a discussão, com os trabalhadores do distrito, dos conteúdos dos projectos legislativos, designadamente daqueles que contêm aspectos mais lesivos, com vista a promover o esclarecimento cabal destas questões e mobilizar para a luta contra este pacote laboral», a USS confia que «este esclarecimento irá criar a dinâmica necessária para uma grande participação dos trabalhadores do distrito na acção de luta a realizar no próximo dia 29, em Lisboa, em conjunto com os trabalhadores desse distrito, e que se enquadrará na semana de luta de 26 a 31 de Outubro, decidida pela CGTP-IN».

**Natureza**

Teve elevada adesão a greve nacional dos guardas e vigilantes da Natureza, realizada dia 8, para exigir a aprovação do novo regime de trabalho. Segundo a Federação da Função Pública, a paralisação chegou aos 90 por cento nas 23 áreas protegidas e rondou os 50 por cento nas direcções regionais do Ambiente. No dia da greve teve lugar uma concentração junto ao Ministério do Ambiente.

**Misericórdias**

Foi finalmente assinado, na semana passada, o «acordo de instituição» entre a União das Misericórdias Portuguesas e as organizações sindicais, representadas pela Fenprof, FNSFP e Fepces. Aplicável ao pessoal da UMP, no imediato, o acordo deverá alargar-se a todas as Misericórdias que concordem com o seu conteúdo. A comissão negociadora sindical realça como «histórico» o facto de, pela primeira vez, ter sido negociado directamente com a UMP um texto regulamentador das relações de trabalho, que vai substituir uma portaria governamental. Por outro lado, os sindicatos lamentam que a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social não se tenha mostrado disponível para negociar um acordo semelhante. Pelo facto, imputam também responsabilidade ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, tanto pelo dever que lhe cabe de promover a negociação, como por ser o principal financiador das IPSS, mas sem se interessar por ver se os dinheiros atribuídos são gastos conforme os custos pressupostos.

**Amadora**

O presidente da Câmara Municipal «não cumpre», acusa a Direcção Regional de Lisboa do STAL. Num comunicado distribuído na semana passada, o sindicato diz que «de mal a pior é o retrato mais que fiel da evolução que temos vindo a registar no comportamento do actual executivo camarário em relação à política de pessoal». Recordando promessas feitas na campanha eleitoral e reiteradas já depois da tomada de posse, o STAL aponta «tentativas de privatização de serviços, desrespeito pelos trabalhadores e falta aos compromissos assumidos» como «a prática a que nos vamos habituando nos últimos tempos». «Não queremos, nem exigimos soluções milagrosas» para os problemas, só que «o actual executivo tem levado a cabo uma política que os agrava e aprofunda», protesta o sindicato.

## TRABALHADORES

## PCP

## No terceiro ano consecutivo de crescimento CGTP lança campanha de fundos

Comprar a sede histórica da Inter é um objectivo que se integra «numa dinâmica de reflexão sobre a importância do sindicalismo e da sua independência e autonomia», salienta a Comissão Executiva da CGTP, no documento divulgado sexta-feira.

Apostando sobretudo nas contribuições recolhidas junto dos trabalhadores, a central propõe-se angariar até Outubro do próximo ano 200 mil contos, como contributo extra ao esforço financeiro que está a ser feito para a compra do espaço ocupado pela sede, na Rua Vítor Cordon, arrendado ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Para lançar a campanha, teve lugar uma reunião extraordinária do Conselho Nacional, aberta aos jornalistas, onde Carvalho da Silva fez uma detalhada e documentada exposição sobre o processo de aquisição do imóvel e as condições em que a CGTP o tem ocupado, desde 1974.

O coordenador da Intersin-

A CGTP, que já amortizou cerca de 60 mil contos na dívida, tem 25 anos para pagar o total do montante, de que paga juros indexados à taxa Lisbor corrente.

Numa intervenção em que seguiu o fundamental do documento da Executiva, o coordenador da CGTP destacou o facto de a campanha de fundos ser lançada durante aquele que é o terceiro ano consecutivo de crescimento do número de sindicalizados e do volume de quotização, vencendo a quebra verificada entre 1985 e 1995.

Carvalho da Silva apontou vários exemplos de crescimento e rejuvenescimento de sindicatos e destacou o facto de se terem filiado na CGTP sindicatos de sectores estratégicos que foram criados depois do 25 de Abril, valorizando igualmente o protocolo que iria ser firmado com a Fenprof.

«A este reforço dos sindicatos tem correspondido um ascenso da acção sindical e das lutas desenvolvidas, bem como dos resultados obtidos», congratulam-se os dirigentes da CGTP.



dical Nacional relatou que o IGF mandou avaliar o edifício e fixou o preço de 421 mil contos, com base no qual foi feito o contrato-promessa de compra e venda em 1994.

O custo de aquisição e obras, já efectuadas, rondam os 650 mil contos, dos quais faltam pagar cerca de 450 mil.

Refutando quaisquer insinuações sobre favorecimentos, Carvalho da Silva sublinhou que «pagaremos a sede até ao último tostão» e declarou que «ao actual Governo só pedimos que cumprisse rigorosamente o negócio, cujas bases estavam estabelecidas com o Governo anterior».

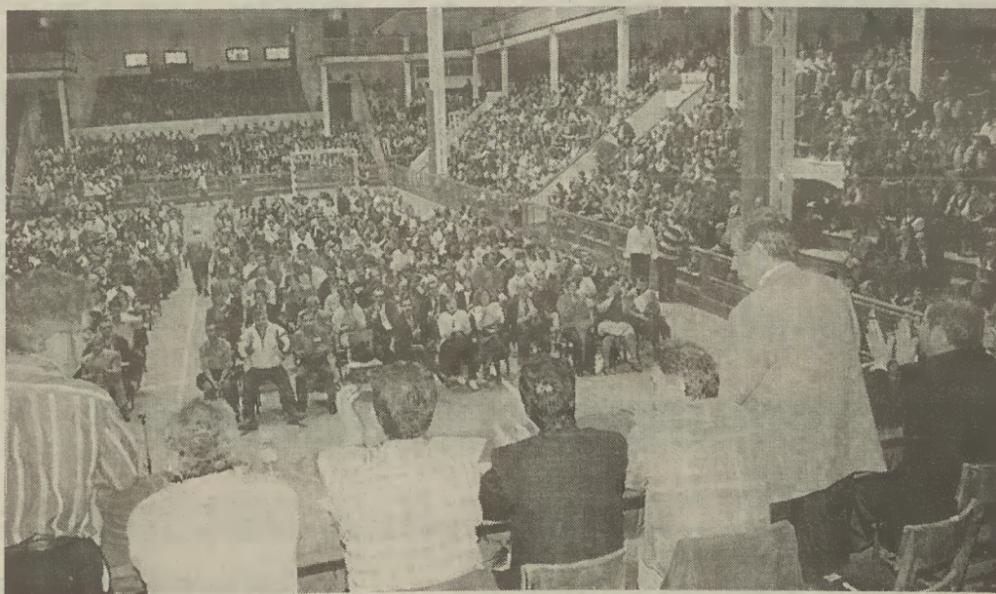
## Grande plenário da Telecom decide passar à luta

Milhares de trabalhadores da Portugal Telecom mandataram no dia 8 a Frente Comum dos Sindicatos da empresa «para analisar, em cada momento, a evolução do processo negocial e, face a esta, marcar as formas de luta que considerar necessárias, incluindo a greve geral». A moção, aprovada no plenário que reuniu no Pavilhão Carlos Lopes, por iniciativa daquele estrutura constituída por onze sindicatos, refere expressamente que «as acções de rua, assumindo as mais diversificadas características, devem ser consideradas de particular importância nas futuras lutas a desenvolver».

Em causa está a negociação relativa às reivindicações sindicais para 1998, processo que «tem vindo a arrastar-se há mais de quatro meses, sem que a administração responda». A Frente Comum, recordando os elevados lucros obtidos pela PT em 1997 e no primeiro semestre de 1998, considera a situação «inadmissível» e convocou a reunião nacional da passada quinta-feira, dando assim seguimento às decisões do plenário de 24 de Setembro, no Porto, que teve igualmente uma forte participação.

A análise do processo negocial, sintetizada na moção que depois foi entregue à administração pelos participantes no encontro, tece fortes críticas aos responsáveis da empresa, acu-

sando-os de «falta de empenho, de capacidade e até má-fé negocial», e exige «firmeza e responsabilidade» do ministro João Cravinho para que seja cumprida a legislação sobre harmonização das condições de trabalho resultantes da constituição da PT, há 4 anos.



O plenário decidiu deslocar-se do Pavilhão Carlos Lopes até à Avenida da República, para entregar à administração da PT a moção aprovada

## Quem lucra com a JAE, SA?

«O Governo não pode dizer que não sabia de nada», relativamente às irregularidades na Junta Autónoma de Estradas, declara a FNSFP/CGTP, comentando declarações produzidas no quadro da polémica aberta pelas declarações de Garcia dos Santos. Numa nota de imprensa distribuída na semana passada, o Secretariado Permanente da federação refere que, por sugestão do secretário de Estado da Administração Pública, a FNSFP solicitou uma auditoria à gestão da JAE em Abril de 1997, uma vez que tinha conhecimento de graves anomalias referentes à contratação de pessoas exteriores ao quadro da Junta com vencimentos muito acima de qualquer tabela salarial legalmente estabelecida.

A solicitação da FNSFP só teve despacho do Governo em Maio de 1998 e deveria ter sido concluída até 15 de Setembro.

A federação também deu conta das suas preocupações sobre a constituição da «JAE, SA», considerando que esta foi a «figura a que o Governo recorreu para privatizar a JAE e se furtar a instrumentos legais de fiscalização». Entretanto, é o próprio Governo que paga, na «JAE, SA», salários 70 a 80 por cento acima dos estipulados para a Administração Pública, procurando que os trabalhadores aceitem a desregulamentação das condições de trabalho — acusa a federação, questionando a finalidade de tal privatização, as origens do seu financiamento e a identidade dos seus beneficiários.

## AÇORES

## Urge limpeza de matos

Tocas e troncos de árvores na Ribeira Seca e Lombinha da Maia, na Ribeira Grande, na Ribeira das Tainhas e Ponta Garça, em Vila Franca do Campo, no Pizão da Água de Pau, em Lagoa, e na Canada Nova do Livramento, em Ponta Delgada, são «um drama» que se repete com frequência, apesar das denúncias feitas pelo PCP e outras entidades, desde as cheias de 1986, que atingiram toda a ilha de S. Miguel, particularmente a Povoação e o Faial da Terra.

É que, na opinião do PCP, a limpeza de matos e ribeiras não é feita «de forma eficaz», causando prejuízos pessoais e colectivos que podiam ser evitados se «no Orçamento e Planos Governativos este facto fosse tido em conta na sua dimensão real.»

Os comunistas reclamam, assim, do Governo Regional que apresente no próximo Plano e Orçamento medidas financeiras suportadas e, através da revisão da regulamentação vigente, «suficientemente penalizadoras para os prevaricadores». Já que isso seria, a médio prazo, um investimento muito mais rentável que «o sistemático recurso a orçamentos extraordinários».

## EMIGRAÇÃO

## Governo «à boleia» na Expo

A Expo foi uma «notável realização», mas o chamado espaço das Comunidades Portuguesas, ali erigido, constituiu «uma oportunidade perdida», considerou a Direcção da Organização na Emigração do PCP, quando do encerramento daquele importante evento.

Para os comunistas, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e o Governo limitaram-se a aproveitar «a boleia» do belo trabalho de restauro da fragata «D. Fernando II e Glória» — uma «excelente e pedagógica reconstituição deste navio português do século passado e da vida a bordo na época» —, reduzindo as referências à emigração portuguesa a uma «pequena e desinteressante exposição» e a um «pequeno pavilhão ocupado por uma instituição bancária.»

As Comunidades Portuguesas não tiveram, assim, na Expo'98, na opinião do PCP, o «espaço de informação e esclarecimento» que mereciam.

## ALMADA

## Governo encerra estaleiro

A Comissão Concelhia de Almada do PCP analisou a situação que se vive em alguns sectores e empresas do município, em particular no sector naval.

Referindo-se ao encerramento do Estaleiro da Rocha, na Lisnave, os comunistas dizem que o Governo fê-lo com elevados «custos sociais e económicos», depois de um processo de reestruturação da empresa — de que o Estaleiro era parte integrante — em que foram aplicados «importantes recursos financeiros provenientes dos dinheiros públicos». É «cada vez mais claro» para o PCP, que esta postura do Governo está ligada à sua intenção de privatizar o Arsenal do Alfeite, quando se sabe que «pode estar perspectivada uma verba de cerca de 500 milhões de contos para a renovação da frota da Marinha.»

O PCP solidariza-se, pois, com os trabalhadores do Arsenal do Alfeite, em luta por uma empresa ao serviço do País e dos trabalhadores e contra a entrega do estaleiro à iniciativa privada, pelos «custos altíssimos» que ela representaria para os trabalhadores, para a população, para a economia nacional.

## PORTALEGRE

## Trabalhadores em luta

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Portalegre solidariza-se com a justa luta dos trabalhadores da Empresa Robinson, a viver «um momento particularmente difícil devido ao atraso de dois meses verificado no pagamento dos seus salários.»

«Intransigente defensor de quem trabalha», o PCP, em Portalegre, exorta os trabalhadores «a prosseguirem a luta pela reposição dos seus direitos e regalias, nomeadamente o garante da sua subsistência e das suas famílias.»

## VIZELA

## Comunistas formam concelhia

Os militantes do PCP em Vizela formaram, no passado dia 10, uma Comissão Concelhia com 12 elementos, tendo debatido e deliberado sobre matérias políticas locais, regionais e nacionais.

Lamenta a recém-formada Concelhia que o Governo, em vez de nomear uma Comissão Instaladora abrangente, tenha optado por indicar somente elementos do PS, PSD e MRCV. Esperam, entretanto, os militantes comunistas que esta Comissão colabore activamente com o novo organismo do PCP e siga «o caminho da justiça, lealdade e seriedade» nesta fase do processo autárquico em Vizela.

Por fim, defendendo a criação das Regiões, a Concelhia de Vizela alerta para a necessidade de desconcentrar a instalação de serviços como Mercado, Tribunal da Comarca, Notário, Registo Civil, Registo Criminal e Paços do Concelho.

## PCP/Madeira

# Um Congresso ligado à vida

Depois do Congresso que realizou nos passados dias 4 e 5 de Outubro, a nova DORAM meteu «mãos à obra» e começou já a debater a forma de pôr em prática as importantes orientações ali aprovadas, com vista à criação de condições para uma política que «favoreça um outro desenvolvimento gerador de justiça social».

São seis as áreas temáticas para as quais o V Congresso apontou algumas das propostas que os comunistas da Madeira se propõem aprofundar, preparando alternativas políticas para a Região: educação, exclusão e inclusão social, saúde, sectores económicos, ambiente e cultura.

De facto, os 80 delegados ao Congresso, que contou com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, de Rosa Rabiais, do Secretariado do CC, de vários dirigentes regionais e, ainda, de alguns convidados especiais - padre Tavares, Segundo Martinez, do Partido Comunista das Canárias, e José Decq Mota, coordenador do PCP/Açores, entre outros - discutiram, ao longo de 30 intervenções, a Resolução Política «Mais Força às Populações» e o documento intitulado «Novas Políticas, Novo Desenvolvimento», ambos aprovados por unanimidade.

O V Congresso elegeu também uma nova DORAM - constituída por 23 elementos, o mais novo dos quais de 18 anos - que, na sua primeira reunião, aprovou por unanimidade a Comissão Executiva e o Secretariado, tendo escolhido Edgar Silva como coordenador da actividade do Partido na Madeira. Decisões que apresentou ao Congresso na última sessão.

Foram dois dias de trabalhos que revelaram uma organização do Partido muito ligada à vida, aos problemas e à luta das populações e dos trabalhadores, mas também - como o documento «Novas Políticas, Novo Desenvolvimento» evidenciou - com propostas políticas para a Região.

### Propostas prioritárias

Estas propostas, a maioria delas de grande inovação, visam lançar um novo trabalho político de abertura do Partido à sociedade e constituem as linhas de acção prioritárias para os comunistas madeirenses.

Assim, no campo da educação, entre as muitas propostas, ressalta a da incrementação de «um plano bem sustentado de melhoria e alargamento do parque escolar dotado de escolas humanizadas» e a implementação da educação sexual nas escolas, integrando as vertentes cognitiva, afectiva e relativa aos valores.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Álvaro Dores Martins Graça

Vítima de doença prolongada, faleceu no passado dia 8 de Outubro, com 78 anos de idade, o camarada Álvaro Dores Martins Graça. Desde menino, na sua terra natal - Ervidel -, soube o que era a luta contra a exploração. Militante activo do PCP na organização de Setúbal, deixou recordações das histórias dessas lutas.

O camarada era pai de Margarida Martins, da Associação «Abraço», a quem a Organização das Mulheres Comunistas enviou as suas sentidas condolências.

No que respeita à exclusão social, o PCP pretende a sua erradicação, nomeadamente através de definição de um plano global de intervenção que dê prioridade absoluta às questões sociais, aos problemas dos idosos, das crianças, dos sem-abrigo, das mulheres vítimas de prostituição, de violência e maus-tratos, de projectos de prevenção da toxicod dependência, do apoio à pessoa com deficiência.

Para uma nova política de habitação, a prioridade vai para a recuperação e legalização das áreas de origem ilegal, construção de sete mil casas para atender às situações de maior carência, construção e dinamização de equipamentos.

Também a redução das diferenças entre grupos sociais no campo da saúde, é um dos objectivos dos comunistas que, para isso, propõem a aprovação de um plano de emergência que acabe com as longas listas de espera e atrasos no atendimento de utentes nos Centros de Saúde e Unidades Hospitalares, a introdução dos medicamentos genéricos, a criação do Instituto de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Saúde.

Em relação aos principais sectores económicos da Região - agricultura, pescas, turismo, actividades artesanais, serviços -, os comunistas estão preocupados com a política de destruição do aparelho produtivo e a crescente valorização das actividades especulativas. E, considerando o emprego como «a prioridade das prioridades numa nova política económica para a RAM», apontam para o favorecimento do investimento produtivo gerador de emprego, acompanhado de uma política de formação e qualificação profissional dos trabalhadores.

Na área do ambiente, a atenção dos comunistas vai para a protecção da qualidade das águas do mar, da floresta e das zonas verdes, implementação de regras de extracção de pedreiras e britadeiras, criação de uma rede regional e municipal de aterros e promoção de uma política de saneamento básico e, por fim, no que respeita à cultura, a prioridade vai para a sua democratização e descentralização - apostando-se em políticas culturais locais - e para o combate ao analfabetismo.

### Unidade na acção

O V Congresso do PCP/Madeira - cujos trabalhos foram iniciados com a intervenção de Leonel Nunes e encerrados por Carlos Carvalhas, depois da intervenção do novo coordenador, Edgar Silva -, tiveram como nota marcante um ambiente de confiança e determinação na continuação da luta para dar mais força às populações, a unidade e a coesão interna do Partido.

Aliás, na sua intervenção, Carlos Carvalhas chamou a atenção para o «medo» que o Presidente Regional da Madeira tem do PCP, não tanto pela força eleitoral deste Partido, mas pela mobilização que está a fazer das populações. «O senhorio da Quinta Vigia», disse, «tem receio que as populações tomem consciência dos seus direitos e

que os exerçam.» E depois de abordar as lutas em curso para a construção de uma nova sociedade, garantiu que o PCP irá opor-se firmemente à alteração que o Governo socialista pretende fazer às leis laborais.

A regionalização foi outra questão levantada pelo Secretário-Geral do PCP que considerou errado afirmar que a criação das Regiões no continente irá prejudicar a da Madeira. A vitória do Sim na Madeira, sublinhou Carlos Carvalhas, seria não só «uma expressão



O V Congresso aprovou importantes orientações para reforço da ligação do PCP às populações e aos trabalhadores

de solidariedade dos madeirenses» para com o povo do

continente, como «um factor de coesão nacional.»

## Leiria

# Regionalização ganha adeptos

A «concretização da Região da Estremadura e Ribatejo é, do ponto de vista da sua delimitação territorial, aquela que mais vantagens de partida apresenta» para os distritos de Leiria e Santarém, dizem as Direcções da Organização do PCP nestas regiões. Em primeiro lugar, porque permite a recuperação dos serviços perdidos, a favor das actuais capitais distritais e de outros dos principais centros urbanos; em segundo lugar, porque a manutenção das actuais CCRs não só aprofundaria a dinâmica de esvaziamento e subalternização em curso, e o contínuo afastamento dos serviços regionais da Administração Central das populações, como, no caso de Leiria, divide artificialmente os concelhos em dois espaços regionais.

Outra vantagem, para os comu-

nistas, é o facto de, com a nova região, deixarem de pesar, nas políticas de ordenamento do território e na definição da localização das principais infra-estruturas, equipamentos e instituições sociais, económicas e culturais, as «heranças das tradicionais centralidades em Coimbra e Lisboa.

A Região de Estremadura e Ribatejo facilitará ainda soluções de consenso, uma vez que «une dois distritos de peso equivalente e complementares», valorizará as boas relações económicas e de cooperação entre municípios de ambos os distritos, designadamente no âmbito do turismo, e potenciará a capacidade negocial na resolução de problemas comuns. Por outro lado, «a circunstância de vir a ser a quarta região do País, dá-lhe importância

e peso que têm faltado na consideração do investimento central nos dois distritos.»

As Direcções das Organizações Regionais de Leiria e Santarém do PCP comprometem-se, por seu lado, a garantir, «com a sua opinião e voto dos seus eleitos, uma justa repartição dos novos Órgãos Regionais e respectivas Direcções Regionais da Administração», batendo-se para que «a localização da sede do Governo Civil junto da Região não coincida com a da Junta Regional.»

### Coimbra

«Existem condições para a vitória da Regionalização e a criação da Região da Beira Litoral», diz, por seu turno, a Direcção da Organização Regional de Coimbra,

referindo a crescente compreensão, por parte de «novas faixas da população», em relação às vantagens de «pôr fim a séculos de centralismo e abrir uma nova página» no desenvolvimento e democratização do poder regional.

Inversamente, dizem os comunistas de Coimbra, «a campanha do Não dá sinais de esgotamento, próprio de quem se baseia no medo do que é novo e não consegue explicar uma única vantagem de manter tudo como está.»

Entretanto, para a vitória do Sim, o PCP considera essencial «a convergência de forças e acções dos diversos sectores democráticos e forças sociais», defendendo que as «dúvidas e insatisfações» que eventualmente existam sobre o processo, sejam, neste momento, postas de lado.

## Agricultura

# Um «panorama desolador»

As Direcções das Organizações Regionais de Bragança e Vila Real do PCP exigiram, no passado dia 7 de Outubro, que o Governo cumpra a resolução aprovada na Assembleia da República, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

A resolução do PCP visa a adopção de medidas de emergência para minorar os avultados prejuízos resultantes das adversidades climáticas na Região, prejuízos que vão da perda quase total nas produções de cereja, pêra, maçã e pêssego aos cereais de sequeiro, olival e vinho, este último com quebras que ultrapassam os 50 por cento, equivalendo a mais de 8 milhões de contos.

Excessos de precipitação durante as sementeiras, seguidos de períodos anormalmente secos, queda de grande parte da azeitona devido à ocorrência de granizo e chuvas violentas, humidade e geadas tardias, são fenómenos que estão na origem imediata deste quadro de desastre agrícola mas que, segundo os comunistas, repete-se devido à ausência de uma política estrutural que promova a alteração, ordenamento e adequação dos sistemas culturais às condições edafo-climáticas.

Entretanto, ao retardar a promulgação da Portaria que estabelece as produções e os concelhos abrangidos pela Calamidade Agrícola, o Governo desvaloriza a dramática situação dos agricultores transmontanos e durienses, excluindo a possibilidade de candidatura a linhas de crédito por grande parte dos concelhos do Douro, Chaves e Valpaços e todos os produtores de centeio, numa região que produz mais de 60 por cento da produção nacional.

Assim, os comunistas repudiam o carácter discriminatório e injusto desta Portaria - cuja revogação exigem -, e reclamam do Ministério da Agricultura medidas de combate ao crescente surto de brucelose que grassa na região, a alteração da Lei do Seguro Agrícola, medidas de apoio aos produtores de castanha, vítimas da proliferação da doença do castanheiro, e uma intervenção que ponha cobro à grave situação dos produtores do leite, confrontados

com a redução do preço do leite, com base na classificação feita pelos próprios laboratórios das empresas de recolha.

### Setúbal

Também a Direcção da Organização Regional de Setúbal discutiu a situação «insustentável» em que se encontra o sector agrícola do distrito, por força da «inoperância do Governo».

Segundo os comunistas, as estruturas de apoio à produção - empresas transformadoras de tomate e secagem, armazenagem e comercialização de arroz e milho - são cada vez mais reduzidas; o seguro de colheita não contempla as secas fora de tempo, as geadas tardias e as chuvas prolongadas; a cobertura sanitária do distrito é deficiente; falta firmeza ao Governo junto da UE para defender as produções de leite, cereais, vinho e criação de gado de abate; não existe uma resposta convincente sobre as medidas de combate à BSE.

Uma situação que contrasta com a que existia quando da reforma Agrária, em que as terras «foram fonte de elevada produção agro-pecuária, de trabalho e de bem estar para centenas de famílias de trabalhadores».

Enfim, um panorama desolador que, entre outras medidas, exige uma política que apoie as cooperativas agrícolas e as adegas cooperativas; apoie a produção, nomeadamente através da fixação atempada de preços mínimos para a produção hortícola, frutícola e cerealífera; impeça a entrada no mercado de produtos sem qualidade; implemente um seguro de colheita que defenda de facto a produção; crie um Centro Tecnológico na Península de Setúbal, em defesa de produtos como o queijo de Azeitão, do vinho moscatel, da maçã riscadinha e da cebola de Alcochete; defenda e incentive os regadios; proceda ao ordenamento das áreas agrícolas e a medidas de protecção dos solos.

# Carlos Carvalhas no Norte identifica objectivos da regionalização

No passado fim-de-semana, o Secretário-Geral do PCP deslocou-se a Viana do Castelo, Porto, Bragança e Chaves, onde participou nas diversas iniciativas que, no âmbito da campanha de esclarecimento sobre a regionalização, foram promovidas pelas diferentes Organizações Regionais.

No Porto, uma sala cheia, umas dezenas de perguntas feitas por escrito e outras ainda dirigidas oralmente à mesa, respostas sob a forma de perguntas, vários interlocutores para as questões, além do próprio Secretário-Geral, con-

tribuíram sem dúvida, para dar um bom ritmo à sessão promovida pela Direcção da Organização Regional, na passada sexta-feira.

Uma assistência, ganha no fundamental para o Sim mas à procura dos melhores argu-

mentos para desmistificar os fáceis mas falsos argumentos da direita, seguiu atentamente todas as intervenções, sublinhando com palmas a sua adesão às ideias explanadas.

Na mesa, presidida por Honório Novo, deputado do PCP no Parlamento Europeu, estiveram o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, e, ainda, Emídio Ribeiro, Ilda Figueiredo, Vidal Pinto, José Timóteo e Teresa Lopes da DORP.

Carlos Carvalhas abriu a sessão, situando as posições políticas dos diversos intervenientes partidários sobre a regionalização, ao longo do tempo. Citou, por exemplo, um texto explícito de apoio à regionalização do país que o PCP não teria tido dúvidas em subscrever. Era de 1982 e pertenceu ao programa da AD, do Governo de Pinto Balsemão, onde então pontuavam Marcelo Rebelo de Sousa e António Capucho, actuais secretário-geral e presidente do PSD. Chamando, depois, a atenção para alguns sentimentos antipolíticos e antipartidos que estão a ser gerados na população por falta de transparência, por actos políticos incorrectos de vários responsáveis, por promessas não cumpridas... identificou os objectivos da regionalização - democratizar, descentralizar e desenvolver.

E, considerando a actual campanha uma batalha difícil, pela demagogia sem escrúpulos que se espelha nos argumentos do «não», o Secretário-Geral do PCP incitou à participação activa de todos os militantes na campanha de esclarecimento em curso, lembrando, a propósito, que os comunistas são «corredores de fundo.»

Honório Novo, Ilda Figueiredo e Emídio Ribeiro responderam também a várias questões sobre o mapa das regiões, o porque «desta Região de

Entre Douro e Minho», os perigos de tudo se passar a exigir ao poder regional, deixando «à vontade» o poder central, os desníveis e as competições, os bairrismos, os caciques...

As respostas, em grande parte, iam no sentido de «mesmo com as regiões, lutar, intervir, continua a ser preciso!»

Sendo a primeira grande sessão do PCP no Porto, depois da consagração de José Saramago como prémio

Nobel, a sessão acabou, como era natural, com todos a aplaudir vivamente e com alegria «o camarada José Saramago, 76 anos de idade, escritor, português e comunista.»

Entretanto, no mesmo âmbito, outras iniciativas têm vindo a realizar-se na Organização Regional do Porto: uma reunião de militantes da Organização Concelhia de Valongo, com a presença de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC; uma sessão de esclarecimento em

Santo Tirso, no Salão Nobre da Câmara, com João Amaral e um debate-convívio em Rio-Tinto, no passado sábado, promovido pela Comissão Concelhia de Gondomar; a Festada de Freamunde, que decorreu também no passado fim-de-semana com a participação de Honório Novo; a sessão do PCP na Junta da Boelha, Penafiel, que encheu a sala e deu para discutir a regionalização e importantes problemas locais, logo ali ao fim da missa de domingo.



No Porto, a «desmistificação» dos argumentos da direita foi atenciosamente acompanhada pelos participantes



Na foto em cima, Carlos Carvalhas, à entrada do Académico, fala com os participantes do almoço/convívio. Em baixo, um aspecto do almoço realizado em Viana do Castelo



## Viana do Castelo

### Urgem investimentos

Cerca de seis dezenas de activistas sindicais e de quadros de empresas participaram num encontro com o Secretário-Geral do PCP, promovido pela Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo, na passada sexta-feira, na sede dos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal.

A iniciar as intervenções, Fernando Silva, coordenador da União dos Sindicatos de Viana do Castelo e membro da DORVIC, aproveitou a oportunidade para referir alguns dados económicos da Região de Entre Douro e Minho, comparando-os com os de outras regiões do País, nomeadamente Lisboa e Vale do Tejo. Expondo, depois, as razões da importância da criação da região onde se vai inserir Viana do Castelo, sublinhou a urgente necessidade de grandes investimentos no distrito, de forma a suprimir as graves assimetrias que existem comparativamente mesmo com Braga e Porto.

Lembrando, a seguir, que esta região é o resultado da vontade expressa maioritariamente pelas assembleias municipais - que o PCP respeitou -, terminou a sua intervenção apelando à participação de todos os activistas na campanha pelo voto no Sim às duas perguntas.

Carlos Carvalhas esclareceu, por sua vez, o empenho que desde 1977 o PCP tem posto na batalha pela regionalização e desmontou a mistificação que a direita pretende fazer acerca da «gestão» e «tachos», para o que referiu alguns dados sobre a gestão que actualmente é feita e o funcionamento das estruturas dos Governos Cívicos e das Comissões de Coordenação Regional.

Por último, o Secretário-Geral do PCP, denunciando a enorme demagogia que a direita utiliza ao dizer que esta regionalização é a da esquerda, vincou, simultaneamente, as divergências entre o PCP e o PS, quer nesta matéria, quer na política do governo.

## Bragança Confiança no PCP

No sábado passado, a Comissão Concelhia de Bragança do PCP fez questão de receber Carlos Carvalhas em festa, na Praça da Sé.

Na ocasião, várias organizações sociais e culturais aproveitaram para expor a Carlos Carvalhas os problemas dos seus sectores, numa manifestação de confiança no contributo do PCP para a sua resolução. Em plena Praça, Carlos Carvalhas recebeu a ADAB - Associação Distrital dos Agricultores de Bragança, a União dos Sindicatos, o Teatro em Movimento, o presidente da Junta de Freguesia de Argozelo e o Presidente da Associação de Ciclismo de Bragança.

Seguiu-se um almoço/convívio num restaurante da cidade, onde participaram cerca de centena e meia de camaradas e amigos.

Durante o almoço, José Brinquete, coordenador da DORBA e membro do Comité Central, referiu-se à situação política e social existente no distrito, nomeadamente à grave crise que a agricultura e os agricultores estão a viver.

Valorizou, depois, as potencialidades e recursos de uma futura Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, lembrando que a Região produz cerca de 50 por cento da energia nacional de origem hídrica; abrange a mais antiga Região Demarcada de Vinhos do Mundo, principal produto de exportação

agrícola nacional; possui das principais riquezas nacionais em recursos naturais (hídricos, extractivos, granitos e águas minero-medicinais), cabendo-lhe 25 dos cerca de 60 produtos nacionais com Denominação de Origem.

Carlos Carvalhas, numa intervenção várias vezes aplaudida de pé pelos presentes, explicou a posição favorável do PCP à regionalização. «Trata-se de cumprir a Constituição da República e de aproximar as populações dos eleitos e das decisões que lhes dizem respeito», disse, lembrando que o objectivo da regionalização é contribuir para o desenvolvimento harmonioso e sustentado de todo o território nacional, combatendo as assimetrias entre o litoral e o interior.

Aproveitando, ainda, para denunciar a falta de argumentos sérios e credíveis da direita, desafiou Marcelo Rebelo de Sousa a apresentar ao País e aos portugueses o seu projecto de regionalização, dado não o ter feito quando do debate realizado na Assembleia da República. «Se o dirigente do PSD quer ser levado a sério terá de dizer, até 8 de Novembro, qual é a sua proposta», disse, apelando aos militantes e amigos presentes para que se empenhem na campanha de esclarecimento que decorre, com vista à vitória do Sim.

## Chaves

### Direita usa falsidades

Também em Chaves, no âmbito da campanha pela criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP promoveu um jantar-convívio que contou com a presença de Carlos Carvalhas e a participação de mais de uma centena de pessoas.

No fim do jantar - que decorreu com grande animação -, após a intervenção de Joaquim Vassalo, membro da DORVIC e coordenador da Comissão Concelhia de Chaves, que abordou os problemas da região -, Carlos Carvalhas acusou o PSD e o PP de fazerem uma campanha de **mentira e falsidade.**

«Eles dizem que são contra esta regionalização» mas, nos 15 meses que decorreram entre a aprovação na generalidade e a aprovação na especialidade do mapa das regiões, não apresentaram qualquer alternativa, apesar de instados a fazê-lo. Isto mostra - considerou - que estes partidos estão com a regionalização feita por Cavaco Silva e contra a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Contudo, os transmontanos e durienses sabem, melhor do que ninguém, o que é «andar a correr para Lisboa de chapéu na mão», para tentar resolver problemas, muitos deles «comezinhos». Mesmo assim, quantas vezes assistem impotentes à desertificação das suas terras, ao encerramento

das minas e das vias férreas, à tomada de medidas que, com a regionalização, não se verificariam, alertou, exigindo a reabertura da via férrea Pociño-Barca D'Alva e o seu prosseguimento para Espanha, de forma a possibilitar a desejada abertura da fronteira ferroviária, que deverá ser tratada na cimeira luso-espanhola de Outubro.

Em relação ao que falam do aumento de «burocracias, de tachos, de despesismo», Carlos Carvalhas lembrou os mais de 1500 funcionários que as CCRs hoje têm e os 65 milhões de contos contemplados no OE de 1998 para o seu funcionamento. Isto, para além dos 400 milhões de contos em programas operacionais que já administram sem a participação das populações, e pelos quais não respondem nem política nem juridicamente, uma vez que não são órgãos eleitos.

E, contrariamente aos que dizem que a Regionalização vai dividir o País, Carlos Carvalhas garante que se o PCP há muito a defende é porque ela é justa, pode contribuir para o desenvolvimento das regiões, reduzir assimetrias entre o interior e o litoral e promover um desenvolvimento mais equilibrado do País, nada tendo a ver com as Regiões dos Açores e da Madeira, e muito menos com as regiões espanholas. Não é por acaso - terminou - que das 275 Assembleias Municipais do continente, 211 reivindicam a Regionalização.

## Jornadas Parlamentares do PCP

## Sim às regiões e combate à corrupção

O Grupo Parlamentar do PCP vai rerepresentar o seu projecto de alteração da Lei de Financiamento de Partidos Políticos, visando, por um lado, a proibição de financiamento pelas empresas, e, por outro, a limitação das despesas com as campanhas eleitorais. Com esta iniciativa, aprovada no decorrer das suas Jornadas Parlamentares, realizadas segunda e terça-feira, com a presença do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, que interveio na abertura dos trabalhos (ver discurso nesta página), o Grupo comunista inscreve nos seus objectivos não apenas o firme propósito de confrontar as restantes forças políticas com as suas próprias responsabilidades e afirmações públicas, como também o de contribuir para que sejam reforçadas as condições que obstem ao financiamento ilegal dos partidos e às situações de corrupção que a ele têm vindo a ser associadas, como as que recentemente vieram ao domínio público a propósito da JAE.

Nas conclusões da Jornadas, divulgadas em conferência de imprensa por Octávio Teixeira, presidente da bancada comunista, lembrado é ainda a este propósito o facto de alguns dirigentes partidários, com destaque para Marcelo Rebelo de Sousa, virem agora a descobrir a "necessidade de ser proibido o financiamento dos partidos pelas empresas", esquecendo-se que ainda há apenas três meses o PSD, o PP e o PS votaram contra a proposta apresentada pelo PCP que visava exactamente proibir esse financiamento.

Outras das matérias que ocupou a atenção dos deputados comunistas no decorrer das suas Jornadas, realizadas na Moita, foi a questão da Regionalização. Reiterado, a este respeito, foi o seu "total empenhamento na criação das Regiões", a quem atribuem um "importante papel" enquanto "instrumento de um processo de desenvolvimento onde os interes-

sados tenham um papel activo na definição das opções e da sua execução".

Esta convicção dos deputados comunistas saiu mesmo reforçada, se assim se pode dizer, depois dos contactos por si estabelecidos com várias entidades representativas do distrito de Setúbal, desde a Associação dos Municípios até às associações empresariais, de agricultores e sindicais, de quem receberam testemunhos das "enormes dificuldades que existem no plano institucional para o lançamento do processo de desenvolvimento" em torno do qual se encontram empenhadas.

Sublinhando a importância da acção de esclarecimento das forças políticas junto dos cidadãos, que a todos deve envolver até à realização do referendo, Octávio Teixeira anunciou ainda a intenção da sua bancada de apresentar uma proposta ao plenário da Assembleia da República para que este delibere a não realização

de sessões plenárias entre 28 de Outubro e 6 de Novembro, período em que decorre a campanha para o referendo.

Prioridade na acção do Grupo comunista vai ser dada ainda, noutro plano, ao próximo Orçamento do Estado, cujo conteúdo só será conhecido após a sua entrega, prevista para hoje, no Parlamento. Embora desconhecendo o documento, para a formação comunista é já claro que a natureza do Orçamento não permite "conceder-lhe o benefício da dúvida". Isto mesmo afirmou Octávio Teixeira, sustentando a sua posição nos conteúdos que marcaram os três Orçamentos anteriores, bem como no facto de este ser o primeiro Orçamento sob o signo do «pacto de estabilidade».

Ainda assim, observou - embora recusando "alimentar quaisquer virtuais cenários de crise política em torno da votação do Orçamento - os deputados comunistas não deixarão de intervir no

processo com o habitual "sentido de responsabilidade", apresentando, nomeadamente, "as propostas que entendam necessárias e úteis para o desenvolvimento do País, a melhoria das condições de vida das populações e uma maior justiça social".

Claramente inscritas nestes objectivos estão três propostas concretas já divulgadas por Octávio Teixeira no final das Jornadas. Incidindo todas elas em matéria de IRS, uma das propostas resume-se à isenção dos rendimentos colectáveis até 300 contos, após aplicação do coeficiente conjugal, o que significa a isenção de todos os rendimentos brutos de um casal até cerca de 1800 a 2000 contos, abrangendo assim cerca de 25 por cento dos actuais contribuintes de IRS.

Outra proposta diz respeito, como explicou o líder parlamentar comunista, à "substituição efectiva dos abatimentos ao rendimento bruto em deduções à colecta, com a aplicação de igual

## Carlos Carvalhas sobre a corrupção

Quem seguir com atenção os trabalhos parlamentares e quem fizer uma apreciação isenta, não pode deixar de reconhecer que o que mais caracteriza a nossa intervenção é a resposta aos problemas, às aspirações e reivindicações das populações.

Procuramos dar voz aos mais carenciados e fragilizados e levantar os problemas mais sentidos e vivos na sociedade.

Combatemos as injustiças e as prepotências e exercemos uma cuidada acção fiscalizadora.

Apoiamos e procuramos potenciar tudo o que de positivo vem do Governo (infelizmente pouco) e combatemos com determinação tudo o que é negativo (infelizmente muito).

Assumimos uma oposição de esquerda ao Governo PS, oposição à sua política neoliberal, à sua política de concentração de riqueza e de desregulamentação, flexibilização e liquidação de direitos dos trabalhadores.

Creio que esta é a intervenção que prestigia as instituições, a democracia e o regime democrático e não a gritaria oposicionista sem conteúdo e sem verdade, para disfarçar a concordância que têm com o essencial da política seguida e apenas para ter efeitos mediáticos.

O não cumprimento das promessas, o ter-se uma prática na oposição e outra no Governo, a politiquerice, a falta de transparência, a promiscuidade entre o poder económico e o poder político, a acentuação das desigualdades e as políticas de dois pesos e duas medidas aumentam o número dos desiludidos e dos desencantados e dos que se afastam da intervenção cívica e política.

De facto que julgamento poderão fazer os cidadãos que condenaram a política do PSD, dos "jobs for the boys", dos tachos para os amigos e que agora viram o PS a trilhar o mesmo caminho?

Como se pode levar a sério aqueles que afirmavam que não usariam o aparelho de Estado para fins partidários, quando agora até se ouve o general Garcia dos Santos afirmar que, quando foi para a JAE, lhe disseram que esta instituição tinha beneficiado uma determinada força política e que a partir daí era preciso inverter a situação?

A opinião pública não tem o direito de saber quem eram essas forças políticas? Não tem o direito de saber em quem é que se traduzia tais benefícios?

Como se pode entender que haja, como se afirma, quadros técnicos na JAE que sejam simultaneamente consultores de empresas privadas de obras públicas? Admiti-lo é o mesmo que admitir que houvesse, por hipótese, quadros técnicos da Direcção Geral da Contribuição e Impostos que fossem consultores de empresas privadas...

A morosidade da justiça, a prescrição de processos e, neste caso, "os equívocos" da Inspeção Geral de

Finanças, que não envia o "Relatório" ao Procurador Geral da República, não podem deixar na opinião pública as maiores interrogações e perplexidades...

Como diz o ditado, «depois de casa ... trancas à porta...».

Agora o Governo diz que o combate à corrupção é prioridade e o PSD até já veio dizer que o PCP tinha razão, que de facto a Lei de Financiamento dos partidos não deve permitir o financiamento por empresas. E no seu frenesim mutativo Marcelo Rebelo de Sousa até fez um chamamento ao sr. Presidente da República para que convença o eng. Guterres a mudar a Lei do Financiamento dos Partidos. É caso para nos interrogarmos porque é que o Presidente do PSD não pediu ao Presidente da República para convencer o próprio Marcelo Rebelo de Sousa a ter aceite o projecto do PCP quando há cinco meses este foi discutido na Assembleia da República. Tinha-se poupado tempo e folclore... Mas nós

que as culpas de todos os males que atingiram Portugal se devia aos partidos e aos políticos e que tinha sido a ditadura que tinha salvo o país. Como aliás se viu...

## Corrigir injustiças

Nos próximos meses na Assembleia da República e fora dela devemos empenharmo-nos para que sejam corrigidas injustiças em relação aos reformados, para que diminua o peso fiscal que recai sobre os assalariados e sobre as famílias de menores recursos, para que se reforcem os direitos dos trabalhadores e não façam vencimento as medidas gravosas do pacote laboral, já aqui referidas, para que seja melhorado a distribuição do Rendimento Nacional.



acrescentamos que é também necessário diminuir os limites para as despesas eleitorais que são escandalosos...

Neste furacão há quem seja tentado a meter tudo no mesmo saco. Não alinhámos nestes artifícios de diversão nem alimentamos as teses que procuram atirar as culpas para o regime democrático.

Investigue-se tudo até ao fundo, tomem-se as medidas necessárias para prevenir o mais possível os benefícios ilícitos e as práticas ilegais, separe-se o trigo do joio, e deixem-se de teorias abstractas e globalizantes sobre os partidos políticos, as políticas e os políticos.

Os manuais do fascismo (da "Organização Política e Administrativa da Nação") também diziam

## "Investigue-se tudo

des, têm também lugar num quadro de uma profunda crise financeira mundial, e a poucas semanas do referendo sobre a Regionalização.

Permitam-me que me detenha, ainda que com brevidade, sobre estas duas questões.

A chamada "crise financeira" já fez cair mitos e veio pôr a nu algumas das tretas do integrismo neoliberal.

**A treta ou o mito do "menos Estado".** Quando se tratava de o "peixe grande comer o pequeno", o Estado não deve intervir nem regulamentar. Deve imperar a lei da selva.

Quando se trata de com o dinheiro dos impostos pagos, no essencial pelos assalariados, salvar da falência os bancos vítimas da própria especulação então o Estado já deve intervir. É o que está a acontecer em vários países e designadamente no Japão com a defesa da nacionalização de vários bancos, tal como já tinha acontecido nos EUA em 1989 com a crise das caixas de poupança...

A situação é de tal maneira escandalosa que um teólogo do neoliberalismo já aconselhou comediamento porque, pasme-se, se estava a dar argumentos aos que afirmam que mais uma vez se estava a privatizar os lucros e a nacionalizar os prejuízos...

E em tom de lamento o "Washington Post" afirmava: «As regras que nós pensávamos ter como certas parece não se poderem aplicar mais...».

**Uma outra treta ou mito que cai com esta crise é a do "modelo asiático",** baseado nos baixos salários, na desregulamentação e na liquidação dos direitos dos trabalhadores...

Os tigres asiáticos tão propalados, tão apresentados aos povos como modelos a seguir, afinal estoraram. Tinham pés de barro e estão mergulhados numa profunda crise social. Hoje já ninguém ousa falar do "milagre asiático", nem destes países como exemplos. Já ninguém enaltece os «dragões» ou os NPIS (Novos Países Industrializados).

**Um outro mito neoliberal é o da livre circulação de capitais como factor de desenvolvimento e prosperidade geral,** agora posto em causa, pelos próprios especuladores fazendo caminho a tese de que alguma regulamentação e controlo é necessário antes que um dia "se venha a acordar com uma crise sistémica e em espiral incontrolável". Afinal a prosperidade geral induzida pela livre circulação de capitais e a globalização capitalista nunca se verificou.

E quando hoje se ouvem ou se lêem alguns dos grandes arautos do neoliberalismo parece que até ontem nunca tinham defendido a total desregulamentação e que o resultado desta não tem sido a de uma formidável concentração de riqueza.

Quando agora clamam pelo alargamento dos mercados e pelo aumento do consumo interno, como meio de responder à sobreprodução é caso

## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



taxa de conversão média a todos os escalões de rendimento, o que significa eliminar um forte factor de degressividade no IRS, que tem beneficiado, em termos relativos, os escalões de mais elevados rendimentos”.

Quanto à terceira proposta, não menos importante do ponto de vista da justiça fiscal, trata-se da “tributação efectiva das mais-valias financeiras e o englobamento pleno desses ganhos no rendimento do seu titular para efeitos de determinação e tributação do rendimento colectável”.

A reter das Jornadas - agora no plano das iniciativas legisla-

tivas a apresentar em breve pelo Grupo Parlamentar do PCP -, destaque também para um projecto de lei que institui um “programa de redução dos gastos com medicamentos”, onde se inscrevem diversas medidas de combate aos gastos desnecessários, de cuja aplicação, como garantiu Octávio Teixeira, “não resultará qualquer prejuízo para os utentes” e que “significará uma poupança de dezenas de milhões de contos no Orçamento do Serviço Nacional da Saúde”.

Nota de realce merecem, por último, os problemas regista-

dos pelos deputados comunistas nos diversos contactos por si estabelecidos durante estes dois dias no distrito de Setúbal, os quais se constituem em forte motivo de preocupação, nomeadamente, a situação laboral no distrito onde se eleva a mais de 40 mil o número de desempregados, a situação dos trabalhadores da SODIA (ex-Renault), a anunciada saída da Ford do projecto da Auto-Europa, o alegado processo de reestruturação naval visando o favorecimento do Grupo Mello e a não diversificação da actividade produtiva.

## até ao fundo”

para lhes perguntar o que é que andaram a fazer a dizer e a preconizar, quando os comunistas e as forças coerentes de esquerda denunciavam a economia de casino e o subconsumo das massas que ficavam à margem do crescimento económico. A crise é grave e a desconfiança de tal ordem que nem mesmo resultou a velha e desumana técnica dos despedimentos para impulsionar uma subida bolsista, com a ilusão de que a redução de custos se traduz numa maior percentagem de lucros...

Vários bancos e grandes empresas nestas últimas semanas anunciaram grandes despedimentos, mas as cotações continuaram em baixa, porque os mercados bolsistas estão a ver nestas medidas uma confirmação do agravamento da crise.

A globalização capitalista, com a concentração da riqueza e a globalização da pobreza, do desemprego e do trabalho precário, com os trabalhadores à margem do crescimento económico e com as suas instituições de dominação (FMI, Banco Mundial, OMC, G7, OCDE...), entrou numa profunda crise cuja extensão é imprevisível, mostrando mais uma vez que o feitiço do neoliberalismo e da exploração desenfreada se virou contra os feiteiros...

## Novo rumo para a União Europeia

A economia da União Europeia e o emprego não estão imunes à crise que se vai alastrando aos vários continentes. O alto nível de desemprego, o não alargamento do mercado interno, as políticas deflacionistas assentes nos dogmas de Maastricht potenciaram o alastramento da crise. É cada vez mais necessário mudar de rumo, flexibilizar pelo menos o Pacto de Estabilidade, e dar primazia à convergência real das economias, ao nivelamento por cima das conquistas sociais e à concretização do princípio de “coesão económica e social”.

A poucos meses da complexa passagem ao euro com taxas de juro praticamente idênticas, o dogmatismo do Banco Central Alemão com vistas a criar um euro forte, e a baixa do dólar vem ainda debilitar mais o crescimento dos países com economias mais fracas. É bom que as lições do *crash* bolsista de 1987 não sejam esquecidas. No Parlamento Europeu, com uma importante intervenção qualificada do nosso Grupo, temos colocado na ordem do dia as medidas para enfrentar estas questões que são da máxima importância para os trabalhadores e para os povos.

Continuam a ser preocupantes os desenvolvimentos sobre a Reforma da PAC, e as negociações

produto a produto que nos são desvantajosas, bem assim como a Agenda 2000.

Pela nossa parte tudo faremos para defender o interesse nacional, para potenciar o poder negocial do nosso país, que no Conselho necessita de ter uma posição firme e não claudicante.

## A batalha da regionalização

Os troca-tintas no PSD e no PP continuam na sua campanha de invencionices e de falsidades deixando cada vez mais claro que o que os move não é o mérito da regionalização mas apenas puros cálculos político-partidários. O PSD não consegue explicar porque é que recusou apresentar na Assembleia da República os seus projectos alternativos para concretizar a regionalização, nem consegue explicar porque é que votou favoravelmente no ano passado na revisão constitucional de novo a consagração da regionalização...

O PSD e o PP também não conseguem esclarecer o que é que pensam das actuais Comissões de Coordenação Regional-que têm mais de 1500 funcionários e que gastam em burocracia mais de 67 milhões de contos.

Marcelo Rebelo de Sousa fala agora nos barões que querem ser os futuros presidentes das Juntas Regionais.

Vê a regionalização pela escala dos barões do seu partido. Só que os presidentes das Juntas Regionais terão de ser eleitos, enquanto os actuais presidentes da CCR's são nomeados pelo Governo. Aí é que há tachos bem pagos para os *boys* e barões. Não podemos deixar de dar resposta a estas mistificações, mas na nossa campanha devemos procurar sobretudo, com verdade, mostrar o que é a regionalização, para que serve e quais os seus limites.

Tal como a defendemos ela é um instrumento de mais democracia, de mais desenvolvimento, de mais descentralização. É uma nova autarquia, de âmbito regional que favorece a transparência, a participação das populações nas opções que lhe dizem respeito e potencia a superação das profundas desigualdades espaciais existentes no país.

Tudo devemos fazer para que no dia 8 de Novembro cada cidadão vote com informação verdadeira, pensando pela sua própria cabeça, sem se deixar intimidar por fantasmas e por uma campanha traliteira dos que querem confundir regiões administrativas, com regiões autónomas ou regiões políticas. Vale a pena votar duas vezes sim para viabilizar uma importante reforma do Estado em que os portugueses e as portuguesas e todas as regiões podem ganhar.

## Propostas do PCP sobre a Função Pública

# Por maior equilíbrio e justiça

A Assembleia da República apreciou um conjunto de quatro diplomas relacionados com a Administração Pública considerado de grande importância para os trabalhadores, designadamente no plano das suas carreiras, liberdade sindical e regime de férias. O estatuto do pessoal dirigente, sob a forma de proposta de lei, baixou à comissão sem votação, depois de o Governo ter assumido o compromisso de que iria respeitar a exigência de concurso público em matéria de recrutamento, não subvertendo neste domínio os conceitos de regra e excepção.

Quanto às três autorizações legislativas igualmente em debate o plenário pronunciou-se favoravelmente mas só depois de introduzidas alterações subscritas pela bancada comunista que melhoraram substancialmente os diplomas. Nos seus objectivos, como salientou o deputado comunista Alexandrino Saldanha, tais propostas visam o “equilíbrio e a justiça”, respeitando e aprofundando simultaneamente os direitos dos trabalhadores, sem perder de vista a necessidade de “uma maior dignificação e motivação dos recursos humanos” na Administração Pública.

Depois de um persistente trabalho do Grupo comunista, dando expressão a antigas aspirações e à acção reivindicativa dos trabalhadores e suas organizações sindicais, pode assim dizer-se que, no essencial, os diplomas agora aprovados introduzem aspectos positivos nas relações dos trabalhadores da Função Pública.

Desde logo no diploma que se refere à estruturação de carreiras relativamente ao qual foi introduzida por proposta do PCP a garantia do acesso ao final de carreira com a inclusão da dotação global, assim visando eliminar as anomalias e injustiças relativas existentes. Com a alteração aprovada, com efeito, em todas as carreiras verticais, independentemente da existência de vagas nos quadros de pessoal, como salientou Alexandri-

no Saldanha, será garantido ao trabalhador o acesso ao final de carreira, assim evitando a estagnação profissional.

Destaque ainda para a proposta comunista que antecipa de quatro para três anos o período necessário para efeitos de progressão automática nas carreiras horizontais, bem como para a proposta que determina que a aplicação da alteração aos corpos e regimes especiais da Função Pública seja retroactiva a Janeiro de 1998.

Embora enfileirando ao lado da bancada comunista na aprovação dos diplomas, o PSD, no entanto, acabou por revelar alguma hipocrisia no seu posicionamento e uma desajustada reserva mental ao declarar, pela voz de Marques Guedes - no que podia ser entendido quase como uma sugestão - que o Governo não teria forçosamente de aplicar os conteúdos dos diplomas tal qual foram aprovados.



O PCP interpreta as aspirações populares

## Caso JAE

# Urge apurar toda a verdade

O Grupo Parlamentar do PCP requereu ao Governo documentação susceptível de poder ajudar a esclarecer os casos de eventual corrupção na Junta Autónoma das Estradas (JAE) e de favorecimento de alguns partidos políticos. Esta iniciativa surge na sequência das recentes declarações de Garcia dos Santos e do ministro João Cravinho produzidas a propósito desta matéria.

No requerimento subscrito por Octávio Teixeira, presidente do Grupo comunista, é solicitada concretamente cópia do relatório da investigação realizada pelos serviços do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território (MEPAT), bem como dos relatórios elaborados pelos serviços de inspecção deste Ministério e/ou da Inspeção Geral de Finanças, na decorrência de investigações e auditorias a que tenham procedido no âmbito

da JAE e relacionadas com indícios ou denúncias de corrupção.

Idêntica solicitação foi ainda feita por Octávio Teixeira ao Tribunal de Contas, desta feita para obtenção de cópias dos relatórios elaborados pelos serviços do Tribunal, na “decorrência de investigações e auditorias a que tenham procedido no âmbito da JAE e relacionadas com indícios ou denúncias de corrupção”.

Almeida Santos afirmou, entretanto, na passada semana, que o Parlamento “não deve ficar de fora” dos acontecimentos relativos a alegados casos de corrupção na Junta Autónoma das Estradas (JAE). Comentando os recentes acontecimentos em torno da alegada corrupção na Junta Autónoma de Estradas, o Presidente da Assembleia da República afirmou aos jornalistas que “a Assembleia da República não se deve manter de fora de

acontecimentos com esta gravidade”.

Sem deixar de lembrar que a iniciativa de criação de uma comissão parlamentar de inquérito terá que partir dos grupos parlamentares, Almeida Santos deixou claro que no caso de aparecer uma proposta nesse sentido nunca seria contra. “A tradição parlamentar manda que sempre que alguém propõe a criação de uma comissão de inquérito ninguém se opõe”, realçou.

Nesse sentido se pronunciaram já, anteriormente, o CDS/PP, PS e PCP, tendo este último pela voz do seu líder parlamentar defendido a necessidade de se saber “quais os partidos que foram beneficiados e os que queriam passar a ser”. Octávio Teixeira considerou ainda que o Governo tem a “estrita obrigação” de se deslocar ao Parlamento para “prestar todos os esclarecimentos”.

## Educação sexual



O Grupo Parlamentar do PCP exigiu do Governo o alargamento de medidas e a fiscalização rigorosa do cumprimento da lei sobre a

educação sexual e planeamento familiar. Esta posição foi assumida pela deputada comunista Odete Santos em intervenção proferida numa das sessões plenárias da semana transacta, a propósito de um projecto de resolução sobre esta matéria apresentado pelo CDS/PP. No seu discurso, onde voltou a reiterar o propósito da bancada comunista de reapresentar o seu projecto de despenalização da interrupção voluntária da gravidez, Odete Santos criticou a hipocrisia dos que manifestando um "súbito interesse pelas educação sexual e planeamento familiar, no mea culpa dos convertidos", mais não fazem do que "uma fuga para a frente para fingir que dessa forma se resolviam todas as graves consequências do aborto clandestino". Mas verdade é que, todos o sabem, como lembrou Odete Santos, continua por "resolver um problema de saúde pública". Problema esse que dá pelo nome de aborto clandestino.

E que não podia ter deixado de levar a deputada do PCP a recordar as posições de forças políticas, como o CDS/PP, que, tendo há 14 anos votado contra a lei sobre a educação sexual e planeamento familiar, vêm agora retomar quase *ipsis verbis*, em forma de projecto de resolução, a "defesa da saúde das mães e dos filhos, a prevenção do aborto, a defesa da saúde e da qualidade de vida dos familiares". É caso para dizer que despertaram tarde. Em todo o caso, "mais vale tarde que nunca", como referiu Odete Santos.

## Favorecimento a privados



A comissão parlamentar de inquérito, proposta pela bancada comunista aos negócios entre o Estado e grupos

económicos privados durante os governos PSD e PS, só analisará, em princípio, os casos ocorridos durante os executivos de Cavaco Silva. A sugestão foi avançada pelo presidente da comissão de inquérito, Guilherme Silva (PSD), logo no início da primeira reunião realizada na passada semana, sendo aceite pelos grupos parlamentares. "Economia de tempo e dignidade parlamentar" foram os argumentos invocados por aquele deputado. Enquanto a primeira comissão de inquérito, a funcionar há alguns meses, tem como objecto de trabalho os negócios feitos na vigência do actual Governo socialista, a mais recente vai-se dedicar (pelo menos por enquanto) exclusivamente aos processos de privatização do Banco Totta e Açores (BTA), Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), Jornal de Notícias e Diário de Notícias, seguradoras Tranquilidade e Mundial Confiança, e ainda a Operação Pública de Aquisição (OPA) do Banco Comercial Português (BCP) sobre o Banco Português do Atlântico (BPA).

# Projecto do PCP garante direitos às associações de imigrantes

Contribuir para a dignificação do estatuto dos imigrantes em Portugal, valorizando para o efeito o estatuto legal das suas associações representativas, eis, em síntese, o principal objectivo de uma iniciativa legislativa da bancada comunista que cria a Lei das Associações de Imigrantes.

Em debate na passada semana, o projecto de lei reconhece a estas estruturas associativas um conjunto de direitos de participação e intervenção social no plano nacional e local, prevendo simultaneamente que lhes sejam atribuídos os direitos que são legalmente concedidos às associações detentoras do estatuto de utilidade pública. Esta iniciativa da bancada do PCP foi aprovada na generalidade, a exemplo do que sucedeu com um outro diploma de idêntico sentido subscrito pelo PS, tendo ambos baixado à comissão parlamentar respectiva para análise na especialidade.

Sendo hoje reconhecido o importante papel desenvolvido de um modo geral pelas estruturas associativas e designadamente pelas que representam os cidadãos originários de países da CPLP, o que está em causa, pois, na perspectiva da bancada comunista, é o estabelecimento de novas formas de apoio que permitam melhorar o trabalho dessas associações.

Dessa acção meritória desenvolvida pelas associações de imigrantes falou o deputado comunista António Filipe, pondo em relevo, por exemplo, genericamente, o papel das mesmas na "inserção social das

respectivas comunidades, no estreitamento de laços de amizade entre as suas comunidades e o conjunto da comunidade nacional, e no combate de todos contra o rascismo e a xenofobia".

Não menos importante, de um modo mais específico, é ainda o trabalho destas associações no que se refere à resolução dos problemas de inserção social com que se confrontam as populações imigrantes. Sobre esta acção se pronunciou também António Filipe, chamando a atenção, concretamente, para a "enorme fragilidade social" que atinge estas comunidades e para os problemas com que são confrontadas, como sejam, por exemplo, a não regularização e a sujeição a condições de trabalho precárias e clandestinas; as situações de marginalidade social que se reflectem nas condições de trabalho, de

habitação, de acesso à educação e a cuidados de saúde; ou a forma de tratamento a que são sujeitos por parte de algumas autoridades, para quem os cidadãos imigrantes são encarados como potenciais delinquentes ou como simples casos de polícia.

A apresentação deste diploma, recorde-se, surge na sequência de várias outras iniciativas legislativas subscritas pelo Grupo Parlamentar em matéria de associativismo, orientadas, no fundamental, não apenas no sentido de dotar este movimento de um estatuto legal condigno, como também para garantir formas de apoio às associações de natureza mais específica que o justifiquem, como já sucedeu, por exemplo, com as associações de pais e encarregados de educação ou com as associações de deficientes.

## Autonomia e gestão das escolas

# Governo quer desresponsabilizar o Estado

Previa-se para esta semana o início da apreciação em sede de especialidade do decreto-lei sobre a autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Recentemente submetido à ratificação do plenário, por iniciativa da bancada comunista, o diploma mantém nos seus traços essenciais, por um lado, a desresponsabilização do Estado na defesa da escola pública, e, por outro, uma inadmissível desconfiança nos professores.

Sobre estas duas características fundamentais que perpassam o articulado do diploma se pronunciou já a deputada comunista Luísa Mesquita na apreciação parlamentar realizada há cerca de quinze dias quando acusou o Governo de ter como objectivo na área educativa, "em nome de uma falsa autonomia", a "desresponsabi-

lização do Estado face à escola pública".

Fundamentando o seu ponto de vista, a deputada comunista lembrou que nas intenções da tutela nunca esteve verdadeiramente "uma profunda reestruturação de toda a máquina ministerial com vista à sua progressiva descentralização" - requisito fundamental para concretizar a autonomia.

"O Ministério da Educação descobriu para a história das confusões contratuais que o regime de autonomia se construíra com a celebração de contratos, fazendo imperar logo à partida a desigualdade entre as partes contratantes, dado que o Ministério da Educação é simultaneamente uma das partes e também a estrutura hierarquicamente superior", observou Luísa Mesquita, antes de concluir que, deste modo, "anunciava-se um cenário de devolução de poderes às escolas", mas,

simultaneamente, "regulamentava-se por decreto-lei a manutenção desses mesmos poderes, optando pelo controlo remoto das estruturas desconcentradas do Ministério da Educação, aliviando responsabilidades e pressões que as escolas colocam quotidianamente à administração central".

Más se o "regime de aparente autonomia" é o "melhor caminho para a progressiva destruição da escola pública", como sublinhou Luísa Mesquita, os regimes de gestão e de administração, esses, ainda em sua opinião, "constituem o modelo organizacional que, em coerência, permite ao Ministério da Educação garantir os princípios de desresponsabilização do Estado no financiamento do sistema público de educação".

Verberada pela deputada do PCP, noutra plano, foi a situação de marginalidade para que

são remetidos alguns órgãos da escola no que se refere à deliberação sobre o seu respectivo funcionamento. É o caso, assinalou, da Assembleia - órgão responsável pelas linhas orientadoras da escola - a quem é negada competência para aprovar o orçamento anual da escola, bem como do conselho pedagógico a quem compete somente elaborar sugestões prévias, remetendo-se para a direcção executiva a competência dos projectos educativos e do plano anual de actividades.

Luísa Mesquita adiantou, entretanto, em declarações ao "Avante!" o propósito da bancada comunista de apresentar em sede de especialidade um conjunto de propostas no sentido do reforço da autonomia para as escolas, "quer no plano pedagógico, quer no plano organizativo, assente no reforço dos recursos a transferir pelo Estado".

## Opções da UNITA suscitam condenação

Um pedido "politicamente absurdo", assim classificou o deputado comunista José Calçada a diligência do CDS/PP para que a Assembleia da República se pronunciasse sobre a situação dos deputados da UNITA em Angola. Em causa estava, concretamente, a passagem do projecto de deliberação subscrito pelos populares em que se solicitam garantias para que aqueles parlamentares possam assumir "o respeito pela sua fidelidade aos princípios e ao Partido pelo qual foram eleitos".

No decorrer do debate, realizado na passada semana, José Calçada chegou mesma a referir que uma tal proposta "não lembra-ao-diabo". "A UNITA do dr. Savimbi continua no caminho da guerra - e nós, Assembleia da República de Portugal, iríamos desenvolver diligências para que os seus deputados no Parlamento da República de Angola lhe pudessem continuar a garantir fide-

lidade", argumentou o parlamentar do PCP, que não poupou ainda críticas à iniciativa por entender que, à última, "visa passar por cima de todos os factos e apresentar dirigentes e militantes de um partido-que-se-coloca-fora-de-lei como vítimas de uma situação da qual são afinal responsáveis".

Recordado por José Calçada fora já, momentos antes, o facto de o projecto de deliberação - não obstante reconhecer que o parlamento deve ser «a sede e o motor do relacionamento democrático» - esquecer-se de referir que "é a UNITA do dr. Savimbi que continua a privilegiar o terreno da guerra como a sede e o motor desse relacionamento", do mesmo modo que passa por cima do facto de "que é a UNITA do dr. Savimbi que continua na prática a não aceitar, em todas as suas consequências, os resultados das eleições".

# Honra a José Saramago

"Escritor multifacetado", que "impregna as suas obras de ideias criadoras e preocupações sociais profundas" e que "logrou ultrapassar as tradicionais resistências a reconhecer Portugal como um país de empolgante literatura". As palavras, aludindo a José Saramago e à sua obra, são do Presidente da Assembleia da República e constam do voto de congratulação por si rubricado que o Parlamento aprovou por unanimidade e aclamação. Submetido à Câmara faz hoje uma semana, no próprio dia em que foi divulgada a atribuição do Nobel da Literatura, o texto começa por referir que "o dia de hoje amanheceu jubiloso para Portugal", considerando tratar-se de uma distinção que confere à literatura portuguesa "a sua plenitude e o pico mais alto da sua consagração".

"Honra a José Saramago! Glória à literatura portuguesa e a Portugal!", pode ainda ler-se no voto, onde, depois de realçada a importância da sua obra, a Assembleia da República "saúda e felicita calorosamente" o autor de "Memorial do Convento" e exprime o seu "mais profundo reconhecimento".

Também o Grupo Parlamentar do PCP expressou o seu regozijo por esta alta distinção, tendo, na ocasião, pela voz de José Calçada, proferido a seguinte declaração:

"Foi hoje atribuído o Prémio Nobel da Literatura ao escritor português José Saramago. É a primeira vez que o Prémio distingue a obra de um escritor de língua portuguesa. Por circunstâncias várias, nunca até agora a nossa língua - uma das mais faladas do mundo - havia sido alvo de uma tal distinção. Porque se é um escritor e uma obra que deste modo se premeiam - são também uma literatura, uma língua, uma identidade, um povo e uma cultura que no escritor se corporizam. Quem se não orgulhará por a partir de agora os "Levantado do Chão", "Memorial do Convento", "A Jangada de Pedra" ou "Ensaio sobre a Cegueira", entre outros, passarem a exibir a chancela do Prémio Nobel? Tanto quanto Saramago, todos nós nos arrogamos legitimamente à partilha deste prémio. Todo o escritor é o homem do sonho - e Saramago soube construí-lo universal e com a caneta bem assente nesta terra e neste povo que são os nossos. É com comoção, e enorme alegria, que vemos hoje o Prémio Nobel nas mãos - também calosas, à sua maneira - de um filho e neto de camponeses".

## Dezenas de quilómetros de costa afectados por maré poluente

Dezenas de quilómetros de praias da Zona Centro, especialmente as zonas costeiras de Cantanhede, Figueira da Foz, Pombal e Leiria, foram atingidas no início do mês por um derrame de substâncias poluentes ao largo da costa portuguesa. Trata-se, muito provavelmente e uma vez mais, de uma usual prática criminosa – a lavagem de depósitos de uma embarcação. “Os Verdes” foram ver a zona afectada e reafirmaram a necessidade de meios de detecção e combate adequados a estas situações.

Sexta-feira passada, uma delegação da Direcção Nacional do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) deslocou-se às praias afectadas, “a fim de poder observar a gravidade da situação no local e as suas implicações em termos ambientais e prováveis danos para as populações”.

Falando em S. Pedro de Moel, no início da visita às praias atingidas pela maré de crude, a dirigente de “Os Verdes”, Manuela Cunha, informou que o seu partido se prepara para “reapresentar no Parlamento um projecto de lei visando uma melhor protecção do litoral”, prevendo, nomeadamente, um mais apertado controlo sobre os navios de transportes de cargas perigosas e tóxicas.

Manuela Cunha lamentou a “impunidade, muitas vezes repetida” face a casos de lavagem de tanques em alto mar. E defendeu que “há que fazer frente aos grandes interesses, quase de pirataria, que se movem ao nível dos transportes marítimos”, através de uma articulação entre os vários Ministérios, que conduza, para além de “uma rápida detecção dos desastres, a uma eficaz limpeza da costa”.

Dia 4, a Força Aérea Portuguesa (FAP) detectou no mar, frente à Figueira da Foz, uma mancha de crude com uma área de 100 por 300 metros, mas não apanhou o agente poluidor. As autoridades marítimas estão inclinadas a atribuir o derrame à lavagem de depósitos, em alto mar, por parte de uma embarcação.

O derrame já atingiu 60 quilómetros da costa portuguesa, cuja limpeza está a ser feita por centenas de pessoas, que recolheram entretanto toneladas de detritos. Um processo em que estão envolvidos funcionários dos municípios afectados, pessoal do porto da Figueira da Foz, da Escola Prática do Serviço de Transportes do Exército, do Regimento de Artilharia de Leiria e do Serviço de Combate à Poluição da Direcção-Geral da Marinha, envolvendo também alunos das escolas.

O mar em frente à costa portuguesa é zona de passagem de 400 a 600 navios por dia.

### Queixas várias

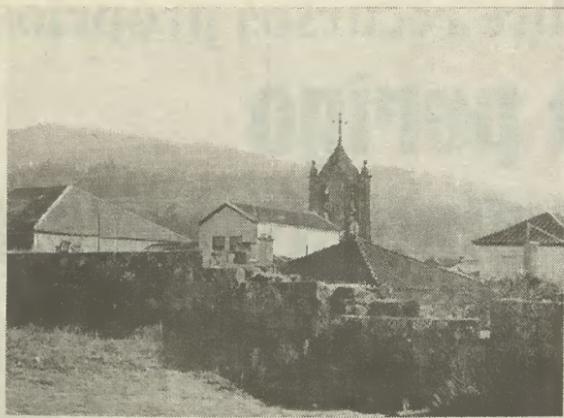
A área do ambiente e, em particular, o problema da localização de instalações para o tratamento de resíduos, tem vindo a gerar uma sensível polémica e grande número de protestos.

Domingo passado, a comissão concelhia da CDU de Vila Verde, realizou uma sessão sobre “Lixo, lixeira e aterro sanitário”. Uma iniciativa que se prende com o problema da lixeira de Dossãos, Vila Verde.

O que está em causa, refere-se em comunicado de imprensa, é “ouvir opiniões, confrontar ideias, enriquecer o debate em torno do destino a dar aos resíduos sólidos e, mantendo-se numa postura activa e positiva de participação na busca de soluções para um problema que extravasa o mero âmbito concelhio, acrescentar alguma visibilidade ao drama em que se debate há anos uma freguesia rural e pouco populosa”.

A CDU de Vila Verde defende o planeamento de soluções de futuro “que não podem limitar-se à simples construção de outro aterro sanitário e que considere nomeadamente a selecção, o tratamento e a reciclagem de resíduos sólidos urbanos”.

A possibilidade de queima de resíduos tóxicos em *Alhandra*, é outra questão controversa. A JCP de Vila Franca de Xira considera que “a queima de resíduos tóxicos prejudicará a população do concelho e defende “uma proposta coerente de produção e de gestão de resíduos industriais, circunscrita a um plano de intervenção organizado e zelador pela qualidade de vida das populações e pela salvaguarda do ecossistema natural”.



A regionalização pode dar impulso ao desenvolvimento do interior do país

## Sim por Portugal Regionalizar é preciso

O Movimento *Sim à regionalização por Portugal* tem vindo a desdobrar iniciativas um pouco por todo o país.

No *Alentejo*, a Comissão Dinamizadora Distrital de Portalegre procede, amanhã, à sua apresentação pública, seguindo-se uma reunião desta comissão, que constituirá o acto inaugural da sede do movimento.

Foi entretanto criado o Movimento pela Região da *Estremadura e Ribatejo*. Com o objectivo, de acordo com os subscritores do Manifesto que brevemente será tornado público, de divulgar a “ideia de que o progresso e desenvolvimento de cada região será tanto maior quanto maior for a participação das populações, das comunidades locais e regionais e dos diversos agentes sociais e económicos na formação e execução da vontade regional”.

“A razão primeira porque nos apresentamos publicamente em defesa do processo de regionalização é a de que não estamos satisfeitos com o estágio de democratização e inerente participação popular na tomada das decisões que dizem respeito à nossa vida de cidadãos”, afirma-se em documento do Núcleo Distrital de *Viana*.

Os subscritores deste documento consideram que as regiões administrativas possibilitarão a descentralização de diversos poderes em matéria de “desenvolvimento económico e social, ordenamento do território, ambiente, conservação da natureza e recursos hídricos, equipamento social e vias de comunicação, educação e formação profissional, cultura e património, juventude, desporto e tempos livres, turismo, abastecimento público, e apoio às actividades produtivas e à acção dos municípios”, uma maior participação dos cidadãos, em particular na resolução dos problemas da sua região.

A *Associação de Reencontro dos Emigrantes (ARE)* toma uma inequívoca posição pelo *SIM*, posição já defendida no Último Encontro com Emigrantes, em Declaração que sublinhava “a importância que as centenas de milhões de contos enviados anualmente pelos emigrantes portugueses para o país poderiam ter no desenvolvimento regional e num verdadeiro crescimento, tendo a regionalização como alavanca essencial, e não, como agora, captadas através da banca privada que, com as remessas, financia actividades, designadamente através do crédito, centralizando-o fundamentalmente no litoral. A regionalização, preconizava-se, devia ser o contrário: o remar contra a corrente que desertifica o interior quer económica, quer social e humanamente”.

Em Lisboa, a Assembleia de Freguesia da *Ajuda* aprovou uma moção pelo *Sim à regionalização*, em que se lembra que as regiões têm como principais atribuições “o planeamento, a definição de prioridades de investimento público de interesse regional, o incentivo ao desenvolvimento”, que o seu financiamento será feito “com transferências do Orçamento de Estado, com recurso à celebração de contratos programa, com o produto de taxas cobradas por serviços prestados e com recurso controlado ao crédito”, e que não vai haver “acréscimo significativo de cargos políticos”.

Em debate recentemente realizado no Porto, promovido por duas associações ligadas à agricultura - a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) - são invocadas “dez razões” para os agricultores votarem *SIM*. Porque, em síntese, “com a regionalização, com mais democracia e descentralização, ficamos em melhores condições para defender e promover os nossos direitos e interesses, para defender e promover, em cada região, a lavoura nacional”.

## Pioneiros de Portugal promovem Livros infantis e Direitos da Criança

A Associação *Os Pioneiros de Portugal* vai promover a realização de uma *Feira do Livro da Criança*, já na sua 3ª edição, de 24 de Outubro a 3 de Novembro, em Almada, e de uma *Assembleia sobre “Direitos da Criança, contra o Trabalho Infantil”* a 20 de Novembro, em Lisboa.

Com a *Feira do Livro*, que terá lugar na Casa da Juventude de Almada, os Pioneiros pretendem motivar os jovens para o gosto pela leitura, proporcionando-lhes, ainda, actividades de *ateliers* para desenvolvimento da criatividade.

Esta iniciativa conta com o apoio da Divisão de Educação e Juventude - Sector da Juventude da Câmara Municipal de Almada e com a presença de escritores como Mário Castrim e Glória Bastos, assim como de desenhistas. Estarão ainda representadas muitas editoras, nomeadamente a Editorial Caminho, Gradiva, Publicações Europa-América, Fluminense, Publicações Alfa e Portugalmundu.

A 3ª feira do Livro da Criança poderá ser visitada todos os dias, das 10 às 20 horas, em dias úteis e, no sábado, das 15 às 20 horas, encerrando ao domingo. Os espectáculos de animação no final do dia serão uma constante, incluindo teatro, mímica, danças tradicionais, leituras expressivas de textos, entre outras. A feira abre, no próximo dia 24, com um espaço dedicado a *ateliers* de desenho, *slides* e pintura colectiva de um painel, relacionados com os direitos das crianças.

A Assembleia dos *Direitos da Criança contra o Trabalho Infantil*, por ocasião do 39º aniversário da assinatura da Declaração dos Direitos da

Criança, será a oportunidade para um debate envolvendo, para além dos “Pioneiros de Portugal”, professores e alunos do 3º e 4º anos das escolas do concelho de Lisboa. Os Pioneiros pretendem, com esta Assembleia, sensibilizar as crianças para o conhecimento e defesa dos seus direitos, para o problema do trabalho infantil e alertar a opinião pública e governantes. Pretende-se igualmente que as crianças proponham acções concretizáveis.

A Assembleia decorrerá no Teatro Taborda, em Lisboa, e conta com a participação do vereador da Educação da Câmara de Lisboa. A encerrar, serão apresentados uma peça de teatro e um espectáculo de malabarismo, como auge de um dia dedicado a actividades lúdicas e educativas.



### Em notícias

Pela regionalização

Sintra Jovens contra PDM

A regionalização foi um dos temas abordados na reunião da comissão distrital de Setúbal da Juventude Comunista Portuguesa, realizada domingo passado, que analisou ainda a situação política e social e traçou algumas linhas de trabalho para o futuro.

Em defesa da regionalização, a JCP de Setúbal considera que esta poderá “abrir caminhos para envolver a participação dos jovens e das suas estruturas num processo democrático de gestão dos dinheiros públicos, a um nível descentralizado e regional, em importantes áreas como o associativismo, a educação, a cultura, o ambiente, o desporto e os tempos livres”.

A JCP manifesta-se ainda contra “as tentativas de implementar no distrito processos de incineração, particularmente em Setúbal e no Barreiro”.

“Na sequência dos protestos realizados em frente ao Palácio Valenças, por parte de populares, das associações ambientalistas, da JCP, contra a aprovação de um PDM que irá *betonizar* ainda mais o concelho”, o presidente da Concelhia de Sintra do PS referiu-se aos jovens manifestantes de forma insultuosa, denuncia a JCP de Sintra.

A JCP sublinha que, contrariamente à opinião do dirigente do PS, os jovens que se manifestaram não o fizeram por não terem para onde ir, mas sim por terem a consciência que o PDM aprovado “só mostra a irresponsabilidade política que é propor que o concelho se degrade cada vez mais, quer no plano ambiental, com a destruição de inúmeros espaços verdes, quer no plano social, com a sobrelotação do concelho que irá sobrecarregar as infra-estruturas sociais já hoje insuficientes.

## PARLAMENTO EUROPEU



## Em Plenário

Regulamentos do Banco Central Europeu - discussão e votação de três relatórios preparatórios da entrada em funcionamento do BCE, relativos às suas reservas mínimas, poderes de imposição de sanções e informações estatísticas. Na sua intervenção, Sérgio Ribeiro salientou a filosofia que transparece nestes relatórios «que dá ao BCE uma capacidade de imposição de sanções que é significativa. Sendo o BCE uma instituição que nos merece as maiores críticas pela sua deficitária dimensão democrática e pelos seus desproporcionados poderes sem controlo político, esta sua capacidade regulamentar e sancionária não pode senão vir agravar as nossas preocupações». Os relatórios foram aprovados com os votos contra dos deputados do PCP.

Política de controlo das pescas - aprovação de um relatório que introduziu algumas alterações ao Regulamento relativo ao controlo aplicável à política comum da pesca. Entre as principais alterações introduzidas conta-se a realização de controlos ao longo de toda a cadeia de abastecimento até ao consumidor final, de os inspectores comunitários passarem a operar em missões de inspecção e não apenas de observação, de o PE poder dispor de resultados comparáveis com base no estabelecimento de definições comuns da tonelagem bruta e da potência dos navios e da aplicação no espaço comunitário de sanções similares por infracções idênticas que venham a ser cometidas.

A abstenção dos deputados do PCP foi justificada por Honório Novo que, reconhecendo a tentativa de melhorar o sistema global de controlo das actividades de pesca, realçou que «ao acréscimo de obrigações e de procedimentos não corresponde o aumento de meios».

Recomendação do PE referente à cooperação europeia no âmbito da sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a droga - O debate sobre o relatório terminou agora, depois de a sua filosofia liberalizadora ter provocado alguma contestação, com a aprovação de uma proposta totalmente diferente da inicial, com muito maior preocupação pelas causas sociais do consumo da droga e pela importância atribuída a algumas experiências de nível local e nacional na abordagem do problema. No entanto, o relatório aprovado continuou a ser praticamente omissivo em relação a uma questão central, que é o combate ao tráfico de droga, principalmente na sua vertente financeira, como o branqueamento de capitais e paraísos fiscais. «Por estas lacunas que consideramos essenciais, já que se trata de omissão que não afronta um elemento decisivo na luta contra a droga, nos abstermos na votação», sublinhou Honório Novo.

Luta Anti-Fraude - A descoberta de um importante caso de fraude envolvendo verbas comunitárias destinadas à ajuda humanitária veio pôr em causa o estatuto, papel e desempenho da Unidade de Coordenação da Luta Anti-Fraude (UCLAF) da Comissão Europeia. Perante os magros resultados obtidos até agora por aquele organismo e sendo reconhecida a insuficiência de meios, bem como o seu restrito enquadramento jurídico e organizativo, o PE aprovou um relatório que convidava a Comissão a apresentar, ainda este ano, uma proposta relativa à criação de um Gabinete de Luta Anti-Fraude (OLAF), que substitua a UCLAF. Joaquim Miranda referiu-se àquela que é a questão mais caricata e que se prende com o facto de a UCLAF ser um organismo dependente da própria Comissão Europeia, o que «inibe» a sua actuação em casos que digam respeito à própria Comissão, como aconteceu com as fraudes no programa ECHO, apuradas pelo inquérito do Tribunal de Contas. «O caso ECHO e a forma pelo qual me dói como ele tem sido abordado pela Comissão leva-nos a adoptar como positiva a proposta de transformação da UCLAF num Gabinete autónomo», afirmou o deputado do PCP.

Crise no mercado da carne de suíno na UE - Na sequência da declaração efectuada pela Comissão Europeia e da proposta de resolução apresentada pelos deputados da Esquerda Unitária Europeia sobre a crise no sector da carne de suíno, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução da qual sobressaem os seguintes pontos: a preocupação manifestada pela situação em que se encontram os pequenos produtores; o apoio às propostas entretanto tomadas ao nível da UE (ajuda ao armazenamento privado e aumento das restituições à exportação) e a outras medidas adoptadas por alguns Estados-membros. Na ocasião, os deputados do PCP referiram a necessidade de implantar um conjunto de políticas indispensáveis, mas agora ignoradas: a limitação da dimensão das suinoculturas industriais por forma a responder às necessidades de redução de excedentes; a necessidade de avaliar detalhadamente as consequências da crise russa em cada um dos sectores comunitários de produção agrícola; ponderar a necessidade de manter e alargar os mecanismos de intervenção no mercado, bem como de várias Organizações Comuns de Mercado (OCM), de privilegiar os mecanismos de armazenamento privado.

Sessão plenária em Estrasburgo, de 5 a 9 de Outubro

## Discussão sobre recursos próprios PCP alerta para perigo de aumento das disparidades

A União Europeia desencadeou recentemente, de forma oficial, a discussão de um dos temas mais melindrosos da sua agenda: os recursos próprios da Comunidade, isto é, com quanto é que cada país contribuirá para o orçamento comunitário e que critérios presidirão a esses cálculos, por um lado, e a estrutura e critérios das despesas orçamentais, por outro.

O tema foi despoletado pelo desajustamento do actual modelo, mas sobretudo para dar resposta às queixas de alguns dos países ditos «ricos» da União Europeia, que mais contribuem para o orçamento comum (com a Alemanha à cabeça) e que querem ver os respectivos quotas negativas diminuídas. Face a esta situação, o presidente da Comissão Europeia apresentou recentemente uma proposta com três opções de cálculo de entre as quais os Quinze deverão escolher uma.

Por seu lado, e tendo em conta as importantes repercussões que esta discussão terá, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu divulgaram uma declaração em que rejeitam liminarmente as propostas da Comissão e consideram que estas «não constituem sequer uma base de trabalho para o importante e necessário debate sobre os recursos próprios comunitários».

Os deputados reclamam a clarificação prévia de algumas questões, sublinhando que «os aspectos financeiros não

podem desligar-se da respectiva contextualização económica e de uma perspectiva de justiça redistributiva e de solidariedade comunitárias».

Por outro lado, «a solidariedade comunitária deve cumprir-se quer no âmbito das receitas quer no contexto das despesas comunitárias» e «os recursos deverão ser fixados em função dos objectivos que se propõem atingir, não podendo admitir-se que, ao invés, os últimos sejam condicionados por uma prévia e restrita definição dos meios financeiros».

Como explicam os eurodeputados, a Comissão não respondeu positivamente a nenhuma destas questões, manifestando, «através da declaração do presidente Santer, duas intenções centrais: ultrapassar os «desequilíbrios» actuais, no respeitante às contribuições dos Estados-membros; e apli-

car o princípio do «justo retorno» (as transferências serão efectuadas em correspondência com as contribuições respectivas)».

«A Comissão não só não formula nenhuma resposta concreta sobre o sistema de recursos próprios como se limita a apontar sugestões no limite das despesas sugerindo a sua redução e dando assim continuidade à sua anterior proposta de fixação do *plafond* de recursos próprios em 1,27% do PNB comunitário», sublinham os eleitos comunistas.

«A Comissão opta manifestamente pela renacionalização dos custos da PAC», revelando «uma clara sintonia com as exigências alemãs neste importante domínio» e simultaneamente afirmando «as mais sérias reservas relativamente a um sistema de recursos próprios progressivo e baseado no PNB

## União Europeia debate envelhecimento da população

De acordo com os vários estudos em circulação nos últimos anos, o envelhecimento da população da União Europeia é uma realidade. Espera-se que em 2020 haja aproximadamente 100 milhões de pessoas idosas entre as quais 17 a 22 milhões com 80 anos ou mais (e estamos a falar de uma população total de cerca de 345 milhões).

É pois natural a «preocupação» que tem vindo a ser manifestada pelas várias instituições europeias.

As consequências deste envelhecimento sobre o mercado de trabalho e a segurança social têm levado à multiplicação de iniciativas, declarações e resoluções sobre o assunto.

O Parlamento Europeu não ficando indiferente, realizou nos passados dias 1 e 2 de Outubro uma Conferência Europeia subordinada ao tema «As Pessoas Idosas no Século XXI - Uma Nova Etapa na Vida». Para possibilitar

uma maior intervenção dos delegados vindos em representação de associações de todos os Estados-membros, esta conferência dividiu-se em 4 grupos de trabalho: medidas com vista à manutenção dos idosos no mercado de trabalho; salvaguardar o papel dos idosos na sociedade; medidas com vista à melhoria da qualidade de vida dos idosos e medidas destinadas a assegurar a dignidade e a não-discriminação.

Durante o funcionamento dos grupos de trabalho, várias foram as intervenções dirigidas às instituições europeias pedindo contas do seguimento dado às conclusões do «Parlamento dos Seniors», realizado em 1993 (Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre as Gerações). É que no essencial, os problemas persistem. São as reformas antecipadas e compulsivas, são as baixas pensões de reforma com o consequente perigo de pauperização, são as dificuldades de mobilida-

de, a falta de serviços especializados e de apoio, é, no geral, a exclusão da vida activa e social.

E, afinal, que medidas têm vindo a ser tomadas pelos Governos dos diferentes Estados-membros, com a desculpa do peso crescente que os idosos terão nas despesas sociais? O que se verifica é que quase todos adoptaram recentemente uma ou mais das seguintes medidas: aumento da idade oficial da reforma (principalmente, para as mulheres); aumento do período de aquisição de direitos a pensão (quando há anos aumenta a precarização e se procedem às pré-reformas); adaptação menos favorável das pensões à evolução da inflação; diminuição directa das transferências mediante redução dos coeficientes de direitos; tributação dos rendimentos de pensões.

Felicidade Montoito, delegada do MURPI - Confederação Nacional de Reformados, Pensionis-



tas e Idosos -, na sua contribuição para a Conferência, afirmou: «As pessoas idosas do século XXI representam a geração que tornou possível a Europa dos nossos dias. As pessoas idosas, quando na situação de trabalhadores do activo, produziram imensa riqueza; acumularam conhecimentos, experi-

## Kosovo NATO prepara intervenção

Slobodan Milosevic e Richard Holbrooke chegaram a acordo sobre a verificação do cumprimento pelos sérvios da resolução da ONU sobre o Kosovo, na terça-feira, dando o primeiro passo para resolver a questão que opõe a Sérvia e a NATO.

Segundo esse acordo, o governo de Milosevic aceita a presença de dois mil homens da OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) no terreno, apoiados por aviões que não serão de combate.

«A OSCE terá no terreno duas mil pessoas com uma missão de verificação, não fiscais, não observadores, e a missão estará lá com a total permissão do governo jugoslavo», anunciou Holbrooke.

Nessa madrugada, a NATO tinha dado ordem de activação para a operação de ataques aéreos contra a Sérvia, concedendo quatro dias suplementares ao presidente sérvio Slobodan Milosevic para concluir as negociações com o representante dos EUA.

No entanto, mesmo com o acordo, a Nato continua insatisfeita. «Não saímos ainda da situação de emergência», declarou Holbrooke, sublinhando que «a crise continua».

Por seu lado, Belgrado afirma ter aceite as exigências do Conselho de Segurança da ONU: pôr fim à violência, retirar as forças do exército e da polícia da província do Kosovo e permitir a entrada de ajuda humanitária internacional.

O ponto mais polémico é a abertura das fronteiras à vigilância internacional. No passado mês de Abril, em referendo nacional, 94 por cento dos sérvios

manifestaram a sua oposição à presença estrangeira no país. Seguindo este resultado, Milosevic tem-se recusado a aceitar uma mediação exterior em conversações com os independentistas albaneses do Kosovo.

Apesar de não possuir nenhum mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a NATO ameaça bombar-

dear a Sérvia caso o seu governo não permitir a implementação de um mecanismo aéreo de verificação do cumprimento das condições impostas pela ONU.

A partir do momento em que se iniciem os ataques pelos aviões da Aliança Atlântica, a responsabilidade dos políticos e diplomatas passará inteiramente para os militares. Nas palavras do secretário de Defesa dos EUA, os ataques terão início «numa base limitada, aumentando gradualmente». Todos os países que compõem a NATO deram o seu aval aos ataques à Sérvia, incluindo Portugal.

### Rússia propõe voos de reconhecimento

A Rússia já afirmou a sua oposição à decisão da NATO, tendo anunciado na segunda-feira que Milosevic está disposto a receber 1500 observadores internacionais no Kosovo. O ministro da Defesa russo, Igor Sergueyev, adiantou que a Duma (câmara baixa do Parlamento, onde os comunistas são maioritários) adoptaria uma «gama inteira de medidas» - nomeadamente a anulação de todos os compromissos assumidos com a NATO e a limitação de venda de armas à Sérvia -, no caso de se verificar uma intervenção militar.

via seria «uma decisão muito perigosa» com «consequências muito graves». Sergueyev acrescentou que o seu Governo «está a preparar diversas opções» para a possibilidade dos ataques se concretizarem.

O líder do Partido Comunista da Federação Russa, Guennadi Ziugánov, adiantou que a Duma (câmara baixa do Parlamento, onde os comunistas são maioritários) adoptaria uma «gama inteira de medidas» - nomeadamente a anulação de todos os compromissos assumidos com a NATO e a limitação de venda de armas à Sérvia -, no caso de se verificar uma intervenção militar.

## Protestos na Rússia «Ieltsin, demite-te!»

Mais de 10 milhões de pessoas saíram à rua, no passado dia 7, em inúmeras localidades da Rússia, para exigir a demissão do Presidente Boris Ieltsin, o pagamento dos salários em atraso e a mudança na política económica do Governo. «Ieltsin, demite-te!» foi a palavra de ordem mais ouvida.

A jornada, convocada pelo Partido Comunista e pelas organizações sindicais, foi marcada por milhares de manifestações e de greves. Entre os manifestantes estavam-se professores, mineiros, reformados, estudantes, donas de casa, médicos e militares. Os protestos foram vigiados pelas forças de segurança. Na capital foram mobilizados 11 mil policiais e quatro mil elementos do Ministério do Interior.

Para o líder da União de Sindicatos Russos, Mikhail Chma-

kov, um dos organizadores, Ieltsin não conseguiu «garantir os direitos constitucionais, os direitos humanos e os direitos dos trabalhadores».

No sector carbonífero a maior parte dos trabalhadores aderiu à acção de protesto. A participação nos comícios foi, regra geral, muito superior às expectativas. Na bacia do Kuznetsk, de 82 explorações apenas 22 empresas trabalharam a cem por cento. Nas empresas da península da Sakhalina, fizeram greve oito mil mineiros e em Primorie 17 mil. Em Rostov-no-Don, as minas e as empresas ligadas ao sector pararam completamente.

Na região de Moscovo tiveram lugar comícios em 22 cidades. Segundo a polícia, 150 mil pessoas participaram nos protestos na capital. O comício de São Petersburgo juntou cerca de 120

em mais 42 capitais de distrito e 16 cidades da região. Registraram-se greves em 661 empresas, calculando-se em 250 mil pessoas os participantes em todos os actos. Na cidade de Nazarovo, o comício contou com 30 mil pessoas, ou seja, quase toda a população adulta.

Em Yakutsk, capital da república de Yakutia, participaram ao todo mais de 300 mil trabalhadores, enquanto em Novosibirsk juntaram-se mais de 170 mil. O governador da região emitiu um comunicado apoiando a acção de protesto.

Em Sverdlov realizaram-se comícios em 27 cidades, sendo a participação geral de 60 mil pessoas. Em Orenburg, 600 empresas paralisaram o trabalho por 2/3 horas e 60 escolas não funcionaram. Ao todo, na região, estiveram presentes na acção mais de 70 mil pessoas.

Esta jornada de protesto teve lugar quatro semanas após a nomeação do novo primeiro-ministro, Ivgueni Primakov. As palavras de Primakov, que no dia anterior à jornada prometera o pagamento dos salários em atraso, parece não terem merecido a confiança da população.

## Itália Governo demite-se

Depois de a Câmara de Deputados do Parlamento italiano ter retirado a confiança ao seu Governo, Romano Prodi apresentou a sua demissão, na passada sexta-feira.

Com 313 votos contra e 312 a favor, Prodi viu a moção de confiança ao executivo ser chumbada, apesar de contar com os 21 votos dos deputados que saíram da Refundação Comunista e formaram o Partido dos Comunistas Italianos.

Actualmente ainda em funções, Prodi recusou repetidas vezes a hipótese de vir a formar outro Governo. Esta possibilidade foi defendida por Fausto Bertinotti, líder da Refundação Comunista, e Armando Cossutta, chefe do novo Partido dos Comunistas Italianos. Bertinotti apoiaria Prodi se o Governo alterasse a proposta de Orçamento de Estado para 1999.

«O Governo que se opôs à viragem caiu. Relançemos esta viragem», afirmou Bertinotti, referindo-se às propostas apresentadas pela sua formação. Na sua opinião, este executivo «teria de estar sob estrita vigilância e ser integrado pelos mesmos ministros».

Foi o projecto de Orçamento de Estado apresentado por Prodi que provocou a queda do executivo, quando a Refundação Comunista decidiu não o apoiar. Numa moção aprovada pelos seus membros no

passado dia 4, o partido manifestou a sua «desconfiança em relação à política económica e social do Governo», referiu «um juízo negativo» sobre o orçamento para o próximo ano e anunciou que iria «retirar a sua confiança ao Governo».

A Refundação Comunista considerou que o documento não favorecia as classes mais necessitadas, nem oferecia soluções aos problemas no sul do país, onde a taxa de desemprego é superior a 20 por cento, mais oito pontos que a média nacional. Discordando desta posição, Armando Cossutta demitiu-se do seu cargo de presidente da Refundação Comunista que mantinha até à semana passada e decidiu formar o Partido dos Comunistas Italianos. Vinte e um deputados seguiram-no.

A Oliveira, coligação de centro-esquerda no poder, também defende a recondução de Prodi. «A via mais racional é Prodi manter-se em funções até que seja aprovada a lei de finanças para 1999», defenderam os seus dirigentes, no final de uma reunião com representantes da Refundação Comunista.

Por seu lado, o Pólo das Liberdades, que agrupa os partidos de direita, reclama a convocação de eleições antecipadas. «Qualquer outra solução para a crise governamental não nos parece adaptada», referiu Silvio Berlusconi.

Ao fecho da nossa edição, o Presidente Scalfaro mantinha consultas com as diversas forças políticas para resolver a crise política.

## Le Pen

justificar o apoio do seu grupo político ao levantamento da imunidade parlamentar ao presidente da Frente Nacional, contribuiu para pôr algumas coisas no devido lugar: «Não façamos de conta que as teses do senhor Le Pen são novas. Há uma vontade de provocação evidente na repetição obsessiva da palavra «pormenor», nesta insistência em usá-la por referência ao holocausto, mesmo que disfarçando-a com precauções oratórias e preciosismos de linguagem.»

## PE levanta imunidade parlamentar a

O Parlamento Europeu aprovou na sessão plenária da passada semana, com 420 votos a favor e 20 contra, o levantamento da imunidade parlamentar do deputado francês e líder da Frente Nacional, Jean-Marie Le Pen.

Esta decisão do PE surge em resposta a um requerimento apresentado por um tribunal alemão em reacção a declarações proferidas por Le Pen em Munique, em 1997, nas quais considerou que as câmaras de gás da II Guerra Mundial não passavam de «um deta-

lhe». De acordo com a legislação alemã, ao fazer tal afirmação, o líder da extrema-direita francesa «nega conscientemente a verdade e pretende que o holocausto de quantos foram mortos nas câmaras de gás deverá ser considerado como um capítulo insignificante da história da Segunda Guerra Mundial», o que é punível pela legislação daquele país.

Le Pen encontrava-se em Munique com o objectivo de participar na apresentação do livro «Le Pen, o rebelde», da autoria de

Franz Schönhuber, presidente dos «Republikaner», organização neofascista alemã. Durante uma conferência de imprensa então realizada, em resposta a um jornalista o eurodeputado francês afirmou: «Disse e repito que as câmaras de gás constituem um pormenor na história da Segunda Guerra Mundial. Se abrir um livro de mil páginas sobre a Segunda Guerra Mundial - e recordo-lhe que esta causou a morte de 50 milhões de pessoas -, se em duas dessas mil páginas forem mencio-

nadas as câmaras de gás e se em cada uma dessas duas páginas apenas 10 a 15 linhas forem consagradas ao problema das câmaras de gás, estará na presença do que se chama um pormenor».

Na discussão em plenário, o líder da extrema-direita francesa apelou à complacência dos seus pares, argumentando que, ao defender a sua imunidade, estavam a defender «a liberdade de pensamento e de opinião».

Outro deputado francês, o liberal Jean-Thomas Nordmann, ao

# O Nobel para Saramago uma festa para todos

A notícia da atribuição do Nobel a Saramago suscitou uma verdadeira avalanche de reacções, depoimentos, saudações. Se fosse possível fazer um breve balanço, poucos dias após ser conhecida a decisão da Academia Sueca, diríamos que um larguíssimo consenso saudou, tanto em Portugal como no estrangeiro, este coroar do reconhecimento internacional que o escritor já possuía. Em Portugal é uma festa. Para todos (porque não vamos falar aqui de *ayatoláhs* nem das amarelas saudações que mal disfarçam inveja ou desconforto). Festa para os comunistas em particular, embora os comunistas não osem chamar a si a exclusividades desta alegria que partilham com tantos milhares de leitores em todo o mundo a quem Saramago não pergunta a ideia nem indaga a fé.

Nomes como Jorge Amado e García Márquez felicitam Saramago. Outros, como o anterior Nobel, Dario Fo, juntam-se-lhes. São vozes «à esquerda». Mas outras vozes, como as de Vargas Llosa, ou de Camilo José de Cela também o saúdam. Assim como Humberto Ecco. Isto para falar dos mais famosos e lidos. Não foi apenas nos países mais «próximos» de Portugal e do escritor - Espanha, Itália, Brasil - mas nos outros de expressão portuguesa e na América Latina, e mais «longe» ainda, que esta distinção encontrou um fraternal entusiasmo.

Por cá, e para além da alegria popular que alguns órgãos de comunicação souberam bem surpreender e de numerosos depoimentos de escritores e artistas, salientam-se as declarações de figuras públicas.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, que referiu a «grande

satisfação colectiva» que o Nobel trouxe, afirmou: «A atribuição deste prémio é uma afirmação, neste ano, muitíssimo significativa e importante para todos nós, quaisquer que sejam as nossas convicções. Olhamos para esse grande trabalhador da língua portuguesa, esse grande criador, e enviamos-lhe um abraço fraterno por nos ter dado esses milhares de páginas magníficas que tivemos a possibilidade de ler.»

Também a Assembleia da República, cujo Presidente saudou o escritor, aprovou por unanimidade e aclamação um voto a que damos destaque na página 12 deste número. Por sua vez, o Primeiro-Ministro e o Ministro da Cultura também saudaram a atribuição do Nobel a Saramago.

De destacar ainda o depoimento de José Manuel Mendes, presidente da Associação Portuguesa de Escritores: «É um momento de profunda alegria para os leitores e amigos do escritor e sobretudo para a literatura portuguesa. A APE, que foi proponente da candidatura de José Saramago ao Nobel, não pode deixar de exprimir todo o seu júbilo. Felicitamos afectuosamente o grande escritor que o mundo já reco-

nhecerá e consagrará e saudamos o conjunto dos autores que foi considerado pelo Comité de Estocolmo. Uns e outros são significativos criadores deste universo intratável que é a escrita nas suas dimensões mais inventivas e renovadoras.»

Entretanto, um pouco por todo o país, muitas autarquias se congratulam. Em especial a Câmara de Lisboa que, na madrugada seguinte à atribuição do Nobel, dava os parabéns a Saramago em toda a cidade e recebeu antecorrem o escritor nos Paços do Concelho, onde lhe entregou as Chaves da Cidade.

## Saudações comunistas

**Milhares de saudações devem ter chegado a Lanzarote, desde quinta-feira passada. De tal modo que a redacção do «Avante!», ao enviar pelo telefone um telegrama a Saramago, não precisou de dizer o endereço. O funcionário esclareceu que já o sabia de cor. Não vamos ocupar-nos de tantas delas que a comunicação social tem vindo a referir. Mas apenas de algumas daquelas, que também foram muitas, que os comunistas lhe enviaram:**

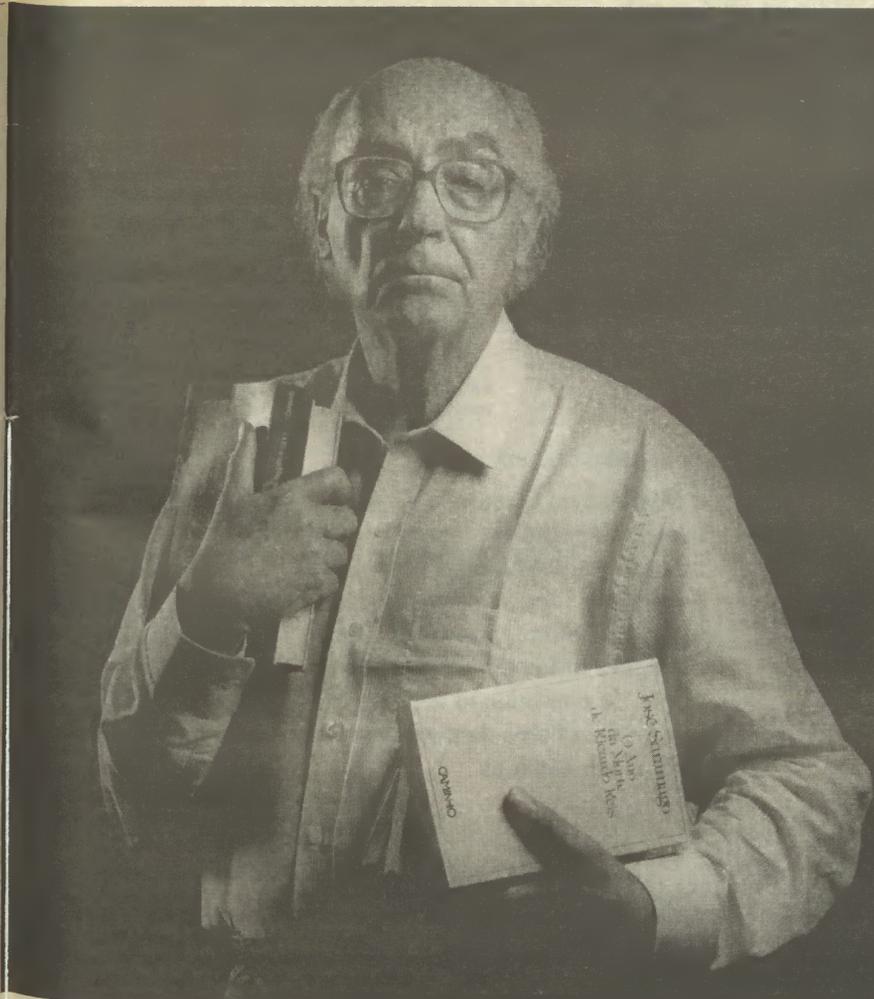
### Carlos Carvalhas

«É com grande alegria e emoção que em meu nome e em nome do nosso Partido te envio um grande abraço de parabéns. Hoje é um grande dia para Portugal, para a literatura, a cultura e a língua portuguesa e para os valores que sempre defendeste. É também um grande dia para os militantes do PCP e para todos os «Levantados do Chão».»

### Comissão Política do PCP

«A Comissão Política do Comité Central do PCP saúda vivamente o escritor e o camarada José Saramago pela atribuição do Prémio Nobel da Literatura.

«Escritor de grande mérito artístico e de indiscutível prestígio nacional e internacional, José Saramago é simultaneamente uma figura singular na vida cultural, social e política do nosso País. Membro do PCP desde antes do 25 de Abril tem uma vida indissolúvelmente liga-



Fotografia inédita de EDUARDO GAGEIRO

da à defesa da liberdade, da democracia, das grandes causas sociais e políticas dos trabalhadores na luta pela sua emancipação.

«A atribuição, hoje, do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, para além de justamente consagrar um grande escritor e a sua obra, constitui igualmente um grande contributo para uma maior afirmação da literatura de língua portuguesa no mundo e para o reconhecimento do português como língua de referência importante na cultura mundial.

«É com enorme alegria que o PCP, os comunistas, os trabalhadores, os intelectuais, os portugueses vivem este momento.»

### Álvaro Cunhal

O camarada Álvaro Cunhal prestou ao «Avante!» o seguinte depoimento:

«Logo que chegou a notícia da atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, falei com ele pelo telefone para Frankfurt.

«Saudei-o e enviei-lhe três abraços.

«Um por ele e pela sua obra que, sendo imaginação, fantasia, sonho e criatividade, conduz, de forma superior em língua portuguesa, às realidades da nossa história passada e contemporânea, às relações do artista com a própria obra, ao valor da vida quotidiana e à natureza do ser humano na complexidade, riqueza e pobreza das suas contradições, que o ser humano retrata quando cria o seu próprio Deus.

«Outro abraço pela literatura portuguesa e o seu valor universal reconhecido agora na mensagem da obra de Saramago, projectada em todo o mundo.

«Outro, pela alegria que sinto com todos os camaradas do Partido, porque o autor de tão notável obra literária e o portador de tão valiosa mensagem é um camarada nosso, camarada de ontem e de hoje, um camarada de sempre.»

### Colectivo da Redacção do «Avante!»

«Caro camarada Saramago  
«Interrompemos a nossa reunião semanal da Redacção pelo melhor de todos os motivos: o de saber que, finalmente, te foi atribuído o Prémio Nobel da Literatura. Não era sem tempo. Brindámos todos ao evento, em alegria pouco costumeira. A essa alegria de ver que justiça é feita a um

trabalho que admiramos junta-se a satisfação de te saber entre nós, nos ideais, na fraternidade que a tua escrita transparece. E também o orgulho de ver assim distinguida uma voz em Português, a língua em que crescemos, comunicamos e partilhamos com outros, no mundo.

«Por tudo isto estamos contigo, em festa.»

### Direcção do Sector Intelectual da ORL

«A Direcção do Sector Intelectual de Lisboa envia-te o mais caloroso e orgulhoso dos abraços, em nome do colectivo a que pertences.

«O reconhecimento universal, hoje confirmado com a atribuição do Prémio Nobel, da excepcional amplitude temática, do fulgor literário, da capacidade de exprimir grandes movimentos históricos, da riquíssima humanidade que caracterizam a tua obra enchem-nos de orgulho pela tua pessoa singular.

«Por alguém que sempre colocou entre os seus mais altos títulos de honra a sua opção de comunista, opção de fundo que é indissociável do fôlego e da grandeza de uma obra onde com tantas vozes se exprime o mais complexo e profundo sentir do seu humano.

«Gostaríamos que este abraço fraternal e colectivo que te enviamos tivesse a dimensão de todos os que sonham e buscam o futuro e em particular de todos os que, nessa busca, abrem caminho com as palavras da língua portuguesa.»

### Juventude Comunista Portuguesa

«A Juventude Comunista Portuguesa congratula-se com o facto de o Prémio Nobel da Literatura ter sido este ano atribuído a um escritor português.

«Foi pois com redobrada satisfação que apresentámos os mais sinceros parabéns ao nosso camarada José Saramago. É um prémio que nos enche de orgulho, como portugueses e como comunistas.»

### E outros mil abraços

De Norte a Sul, outras organizações do Partido felicitam o escritor e o camarada. Destacamos aqui as que entretanto nos chegaram: a saudação da DORAL que «deliberou manifestar o seu regozijo pela atribuição do Prémio Nobel», «endereçando ao escritor e camarada as mais fraternais felicitações, salientando a alta qualidade ética, estética e os valores humanistas da sua obra». E os «mil abraços de parabéns», enviados, por unanimidade, pela DOR de Castelo Branco, transmitindo a «alegria e satisfação» pela atribuição a Saramago do galardão, realçando «a importância de este prémio ser atribuído à língua portuguesa, a um escritor português e a um homem que lutou e luta contra as injustiças e por um mundo radicalmente diferente».

## A «explicação» do Nobel

Ao fim da manhã do dia 8 de Outubro era tornada pública a atribuição do Nobel da Literatura de 1998. E o secretário permanente da Academia Sueca fazia divulgar um comunicado em que, sucintamente, «explicava» as razões de tal distinção. O texto está longe da prosa de circunstância e, revelando uma rara capacidade de síntese, demonstra uma leitura atenta, aprofundada e inteligente das obras mais significativas do escritor premiado, «o português José Saramago», «prosador oriundo da classe trabalhadora», que «tem visto a sua obra frequentemente traduzida». É essa «leitura» feita pela Academia sueca que aqui propomos:

**Manual de Pintura e Caligrafia:** um romance, que saiu em 1977, ajuda-nos a entender o que viria a acontecer mais tarde. No fundo, trata-se do nascimento de um artista, tanto do pintor como do escritor. O livro pode, em grande parte, ser lido como uma autobiografia mas, na sua intensidade, encerra também o tema do amor, assuntos de natureza ética, impressões de viagens e reflexões sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade. A libertação alcançada com a queda do regime salazarista transforma-se numa imagem final portadora de abertura.

**Memorial do Convento,** de 1982, é o romance que o vai tornar célebre. É um texto multifacetado e plurissignificativo que tem, ao mesmo tempo, uma perspectiva histórica, social e individual. A inteligência e a riqueza de imaginação aqui expressadas caracterizam, de uma maneira geral, a obra saramaguiana. A ópera **Blimunda**, do compositor italiano Corghi, baseia-se neste romance.

**O Ano da Morte de Ricardo Reis,** publicado em 1984, é um dos pontos altos da sua produção literária. A acção passa-se formalmente em Lisboa, no ano de 1936, em plena ditadura, mas possui um ambiente de irrealdade superiormente evocado. Este ambiente de irrealdade é acentuado pelas repetidas visitas do falecido poeta Fernando Pessoa a casa da personagem principal (que é extraída da produção pessoana) e das suas conversas sobre os condicionamentos da existência humana. Juntos deixam o Mundo após o seu último encontro.

Em **A Jangada de Pedra**, publicada em 1986, o escritor recorre a um estratagema típico. Uma série de acontecimentos sobrenaturais culmina na separação da Península Ibérica que começa a voar no Atlântico, inicialmente em direcção aos Açores. A situação criada por Saramago dá-lhe um sem número de oportunidades para, no seu estilo muito pessoal, tecer comentários sobre as grandezas e pequenezas da vida, ironizar sobre as autoridades e os políticos e, talvez muito especialmente, com os actores dos jogos de poder na alta política. O engenho de Saramago está ao serviço da sabedoria.

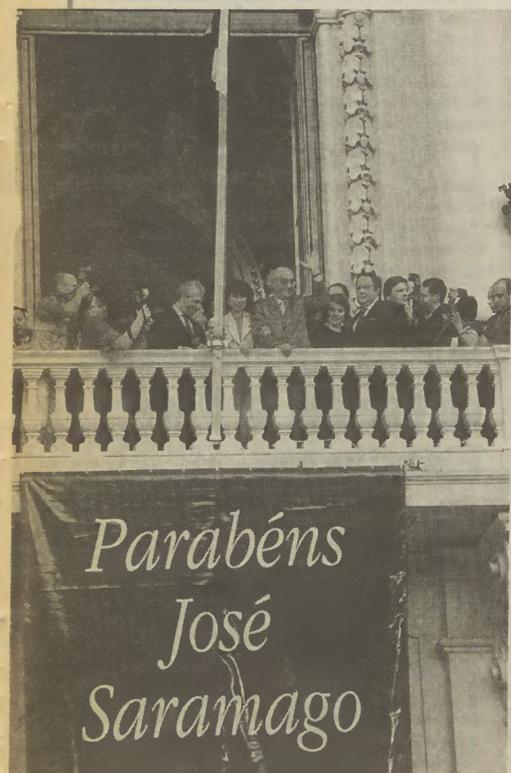
Existem todas as razões para também mencionar **História do Cerco de Lisboa**, de 1989, um romance sobre um romance. A história nasce da obstinação de um revisor ao acrescentar um *nao*, um estratagema que dá ao acontecimento histórico um percurso diferente e, ao mesmo tempo, oferece ao autor um campo livre à sua grande imaginação e alegria narrativa, sem o impedir de ir ao fundo das questões.

**O Evangelho Segundo Jesus Cristo**, de 1991, romance sobre a vida de Jesus, encerra, na sua franqueza, reflexões merecedoras de atenção sobre grandes questões. Deus e o Diabo negociam sobre o Mal. Jesus contesta o seu papel e desafia Deus.

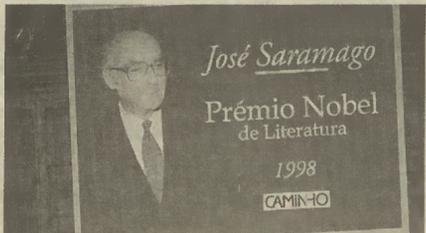
Um dos romances destes últimos anos aumenta consideravelmente a estatura literária de Saramago. É publicado em 1995 e tem como título **Ensaio Sobre a Cegueira**. O autor onisciente leva-nos numa horrível viagem através do interface que é formado pelas percepções do ser humano e pelas camadas espirituais da civilização. A riqueza fabulatória, excentricidades e agudeza de espírito encontram a sua expressão máxima, de uma forma absurda, nesta obra cativante. «Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, cegos que, vendo, não vêem.»

O último dos seus romances, **Todos os Nomes**, sairá este Outono, em tradução sueca. Trata-se de uma história sobre um pequeno funcionário público da Conservatória dos Registos Centrais de dimensões quase metafísicas. Ele fica obcecado por um dos nomes e segue a sua pista até ao seu trágico final.

A arte romanesca multifacetada e obstinadamente criada por Saramago confere-lhe um alto estatuto. Em toda a sua independência Saramago invoca a tradição que, de algum modo, no contexto actual, pode ser classificada de radical. A sua obra literária apresenta-se como uma série de projectos onde um, mais ou menos, desaprova o outro mas onde todos representam novas tentativas de se aproximarem da realidade fugidia.



Parabéns, José Saramago. À sua chegada a Lisboa, em a festa na cidade que lhe ofereceu as chaves. O escritor foi recebido nos Paços do Concelho, onde se encontravam, para além dos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, o secretário-geral do PCP



# Despreocupação silêncio ou capitulação?

■ Jorge Pires  
Membro da Comissão  
Política

**A**S DUAS MAIORES empresas nacionais dos sectores automóvel e naval, respectivamente a Autoeuropa e a Lisnave, foram nos últimos dias notícia. Não por razões a que já estamos habituados, como as tentativas de imporem mecanismos nas relações laborais que conduzam ao aumento dos níveis de exploração dos trabalhadores, às tentativas para retirarem direitos, ou mesmo como aconteceu recentemente à porta da Autoeuropa, onde a pedido da administração a GNR interveio para impedir a distribuição do documento do PCP sobre o pacote laboral. Não: desta vez, na génese das notícias está a decisão deliberada de incumprimento por parte das duas empresas de obrigações assumidas perante o Estado português.

Ambas as empresas têm outros aspectos em comum: estão as duas localizadas na Península de Setúbal onde a taxa de desemprego se situa nos 12,5% (o dobro da média nacional), no seu conjunto contribuem com cerca de 5500 postos de trabalho directos e mais de 3000 indirectos e receberam as duas importantes apoios financeiros, quer do Estado português, quer da CE.

A Autoeuropa é ainda uma das empresas responsáveis pelo crescimento do valor das exportações portuguesas nos últimos anos.

ceiro turno (hoje não atinge ainda os 4000 nem implementou o terceiro turno) e a produzir 180 000 carros/ano, bem como o compromisso de desenvolver todos os esforços à continuidade da sua produção no período que medeia entre 2001 e 2014.

Precisamente um ano depois do *timing* previsto, longe de ter atingido objectivos assumidos, a Ford vem anunciar não as medidas para o

seu cumprimento mas sim a saída da Autoeuropa e a venda dos 50% que tem no capital social da empresa à Volkswagen.

Não estamos nós perante um cenário em todo semelhante ao da Sodina (ex-Renault),

Mas se o anúncio de que a Ford tinha decidido abandonar a Autoeuropa é preocupante, não é menos a denúncia pública feita pela Comissão Coordenadora das CT's da Indústria Naval, de que a Lisnave não tinha concorrido para a concessão, por um novo período, da exploração do Estaleiro da Rocha, podendo com esta decisão levar ao encerramento do mesmo e à extinção de mais de três centenas de postos de trabalho.

Tudo isto aconteceu um ano depois de concluído mais um processo de reestruturação da empresa, à custa de importantes recursos financeiros provenientes dos dinheiros públicos (mais de 60 milhões de contos) e da constituição de uma empresa pública (Gestnave) para onde foram transferidos os mais de 1000 trabalhadores cujos postos de trabalho foram extintos. Ou seja, os Mellos ficaram com

a produção e os lucros e o Estado ficou com os prejuízos e os desempregados.

Nessa altura o Estaleiro da Rocha era considerado necessário para a empresa. Então o que aconteceu durante o último ano para deixar de ser?

A resposta aí está em grande medida confirmada pelo próprio secretário de Estado da Indústria, quando afirma que se discute neste momento no Ministério da Defesa a possível privatização do Estaleiro do Arsenal do Alfeite, mas também a confirmação de que se pretende criar uma empresa paralela aos Estaleiros de Viana do Castelo invocando a necessidade de um parceiro estratégico com o objectivo claro de privatização destes.

Não é por isto difícil concluir que a estratégia do grupo Mello passa pela saída da Rocha e a entrada no Arsenal e nos Estaleiros de Viana, não esquecendo que estão perspectivados investimentos de 500 milhões de contos para a reconversão da frota da Marinha de Guerra.

Pergunta a Coordenadora das CT's da Indústria Naval no seu comunicado se não seria lógico, tratando-se de dinheiros públicos, que

fossem as empresas públicas a assumir a renovação da frota dado o seu potencial de experiência neste tipo de embarcações e tecnológico?

Esta não é porém a lógica do Governo que se guia pelos critérios do neoliberalismo e que na essência das suas políticas está uma aversão desmedida a tudo o que é público. Não estamos perante a perspectiva duma nova reestruturação do sector, semelhante a várias anteriores que levaram a que este sector perdesse entre 1984 e 1997 só no distrito de Setúbal mais de 15 000 postos de trabalho?

Este é apenas mais um episódio duma novela que começa ainda antes do 25 de Abril e que conta a história das relações entre a família Mellos e o PS, no quadro da reorganização deste grande grupo económico. Episódios da nossa história recente passados no sector naval, na Quimigal, com o PDM de Almada, etc., são bem elucidativos desta relação e confirmam as nossas preocupações face ao futuro do sector da construção e reparação naval em Portugal.

É neste quadro que o ministro da Economia irresponsavelmente se diz despreocupado no caso da Autoeuropa e se remete ao silêncio face às intenções da Lisnave. Eu digo que esta postura configura antes de mais uma clara opção de capitulação perante os interesses destes dois grandes grupos económicos.



Por tudo isto, seria normal que o ministro da Economia viesse a terreiro, de forma decidida, mostrar que o Governo português não tolerará incumprimentos de compromissos assumidos pelas duas empresas. Estão porém enganados aqueles que pensam que este ministro pode agir assim. Se relativamente à Lisnave mantém até hoje um rigoroso silêncio, no caso da Autoeuropa mostrou uma comprometedor despreocupação, contrastando com outros momentos sobretudo quando se refere a pequenas e médias empresas em que aparece com uma postura mais decidida por vezes até arrogante.

As mais do que previsíveis consequências, caso se confirmem as notícias vinculadas na Comunicação Social, para a economia nacional, para o aparelho produtivo e sobretudo no plano do emprego, exigiam muito mais do que declarações patéticas ou silêncios.

Como muito bem sabe o ministro, a Autoeuropa é um investimento conjunto da Ford e da Volkswagen com custos na ordem dos 450 milhões de contos, que recebeu de incentivos mais de 130 milhões de contos através do FEDER, de fundos para a formação profissional e isenções fiscais, para além dos 150 milhões previstos para infra-estruturas fundamentais para o funcionamento da empresa pagos com o dinheiro de todos nós.

Em contrapartida, a Autoeuropa obrigava-se a atingir, em 97, 4671 postos de trabalho após a entrada em funcionamento do ter-

em que o Governo capitulou face aos interesses de outra multinacional do sector automóvel?

Será que os trabalhadores desta empresa, na sua maioria jovens chegados ao mercado de trabalho pela primeira vez, não fazem parte do universo das pessoas que de forma sistemática o Primeiro Ministro afirma estarem em primeiro lugar nos objectivos da intervenção do Governo?

Não estamos a assistir a uma declaração antecipada de encerramento da empresa em 2001?

O futuro nos dirá quais as respostas para estas interrogações, mas a experiência diz-nos que os indícios não são de modo nenhum animadores e que a situação exige em primeiro lugar do Governo português uma grande firmeza na exigência do cumprimento dos compromissos assumidos, mas também dos trabalhadores da empresa e das suas organizações de classe a necessária mobilização para a luta na defesa dos seus interesses.

Até agora, as únicas manifestações conhecidas de preocupação, no plano institucional, vieram dos grupos parlamentares do PCP na AR e no PE, este último questionando a Comissão sobre o cumprimento das condições contratuais que levaram ao co-financiamento comunitário e, também sobre as medidas políticas concretas que pensa tomar contra os dois parceiros da empresa no caso de incumprimento por estes dos compromissos assumidos.



# A proposta do Governo sobre trabalho a tempo parcial

## Ler para crer

■ Domingos Mealha

**D**as propostas de lei que compõem o pacote laboral do Governo PS, a mais importante é a que «define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização» - segundo os termos utilizados no documento entregue em Agosto na Assembleia da República e que em breve deverá ser submetido à apreciação pública. Por entre afirmações de intenções (geralmente, no que toca à salvaguarda de direitos dos trabalhadores) e ressalvas de obrigações (feitas para não ferir as patronais susceptibilidades), a letra do pretendido diploma mostra, preto no branco, quem iria ficar favorecido e agrado se a proposta se tornasse lei. É ler, para crer.

Um capítulo introdutório, designado «Exposição de motivos», estende-se ao longo das duas primeiras páginas, mas só as três primeiras linhas são dedicadas a explicar as razões que justificam a iniciativa governamental: «A regulamentação da prestação de trabalho a tempo parcial, modalidade contratual de crescente utilização nacional e internacional, visa sobretudo melhorar o mercado do emprego e reduzir o desemprego, com a devida salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.» E mais não entenderam os autores que fosse necessário...

É importante sabermos do que estão a falar, e isso esclarece-se no artigo 1º, dizendo que «considera-se trabalho a tempo parcial o que corresponda a um período normal de trabalho semanal inferior ao praticado por trabalhadores a tempo completo numa situação comparável», ou seja, «quando prestam o mesmo ou idêntico tipo de trabalho no mesmo estabelecimento, noutro estabelecimento da mesma empresa e com a mesma actividade, ou em estabelecimento de idêntica dimensão no mesmo ramo de actividade, ou, ainda, num estabelecimento do mesmo ramo de actividade, segundo a indicada ordem de precedência». É assim mesmo: tudo igual, mas com diferentes compromissos quanto ao tempo de trabalho. A diferença, recorde-se, ficou justificada nas primeiras três linhas. Mais esclarece o Governo que, «se o período normal de trabalho não for igual em cada semana, será considerada a respectiva média num período de quatro meses, ou período diferente estabelecido por convenção colectiva de trabalho».

Adiante, assevera-se que os trabalhadores a tempo parcial não podem ter «um tratamento menos favorável que os trabalhadores

a tempo completo numa situação comparável», mas logo fica aberta uma ressalva: «a menos que um tratamento diferente seja justificado por razões objectivas», as quais «poderão ser definidas por contratação colectiva».

O trabalho a tempo parcial «pode, salvo estipulação em contrário, ser prestado em todos ou alguns dias da semana, sem prejuízo do descanso semanal».

A proposta de lei já prevê a possibilidade de trabalho extraordinário a tempo parcial: «O limite anual de horas de trabalho suplementar para fazer face a acréscimos eventuais de trabalho, aplicável a trabalhador a tempo parcial, é de 80 horas por ano ou o correspondente à proporção entre o respectivo período normal de trabalho e o de trabalhador a tempo completo em situação comparável, quando superior.» Mas, «mediante acordo entre o trabalhador e a entidade empregadora, o trabalho suplementar pode ser prestado, para fazer face a acréscimos eventuais de trabalho, até 200 horas por ano».

### Três anos?

Em vários momentos da proposta de lei é referido um prazo de 36 meses como limite... Mas o que está escrito é que «o trabalhador a tempo parcial pode passar a trabalhar a tempo completo, ou o inverso, a título definitivo ou por período determinado, mediante acordo escrito com a entidade empregadora». Vá-se lá saber por que foi que o legislador-proponente resolveu esconder assim, sob a capa de *ou o inverso*, o objectivo principal do diploma: o incentivo ao trabalho a tempo parcial!

Pela primeira vez, o «máximo de três anos» é apontado como o período em que o trabalhador que esteja a tempo completo e aceite passar para tempo parcial tem garantido o retorno à situação inicial.

Os prazos só regressam ao texto lá para as páginas onze - onde é proposta a regulamentação da duração dos benefícios concedidos às empresas - e treze

(sobre a vigência dos incentivos). Mesmo assim, passados os primeiros três anos, «os incentivos são ainda aplicáveis em casos de passagem de trabalho a tempo completo para tempo parcial e de admissão de trabalhadores, desde que previstos em convenção colectiva reguladora da organização do tempo de trabalho, que assegure a liberdade de celebração de contratos de trabalho a tempo parcial».

Benefícios à parte, «os efeitos decorrentes das relações jurídicas constituídas ao abrigo do regime de incentivos previsto no presente diploma mantêm-se para além dos prazos estabelecidos no presente artigo».

### Liberdade?

Está garantida! «A liberdade de celebração de contratos a tempo parcial não pode ser excluída por aplicação de disposições constantes de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho vigentes na data da entrada em vigor deste diploma.» E, para que fique ainda mais clara a intenção do governamental proponente-legislador, a disposição final conclui: «Serão apreciadas e, sempre que possível, eliminadas, no quadro da

ANUNCIADO  
98.9.16  
O Deputado Sá Carneiro da Mesa  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

E PUBLIQUE-SE.  
Baixa à 8ª Comissão  
12.10.1998  
O PRESIDENTE  
Alves

Proposta de Lei n.º 202/VI  
67/P207/98  
98.07.16

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A regulamentação da prestação de trabalho a tempo parcial, modalidade contratual de crescente utilização nacional e internacional, visa sobretudo melhorar o mercado do emprego e reduzir o desemprego, com a devida salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Pretende-se que o trabalho a tempo parcial seja voluntário e reversível, com igualdade ou proporcionalidade de direitos que impliquem a prestação de trabalho a tempo completo. A clarificação deste regime procura dar satisfação às necessidades dos empregados, possibilitando o funcionamento dos estabelecimentos por períodos superiores à duração do trabalho consagrada e melhorando a competitividade das empresas, bem como às dos trabalhadores, permitindo-lhes conciliar a prestação de trabalho com as suas responsabilidades familiares.

2. Serão apreciadas e, sempre que possível, eliminadas, no quadro da negociação colectiva, as disposições que dificultam ou limitam o acesso ao trabalho a tempo parcial.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1998

O Primeiro-Ministro  
Ministro das Finanças  
Ministro do Trabalho e da Solidariedade  
Ministro dos Assuntos Parlamentares

negociação colectiva, as disposições que dificultam ou limitam o acesso ao trabalho a tempo parcial.»

Ainda a admirar as assinaturas do Primeiro-Ministro e dos ministros das Finanças, do Trabalho e dos Assuntos Parlamentares, que juram tudo isto ter sido «visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1998», o leitor da proposta de lei continua a debater-se com a interrogação que as primeiras três linhas do documento não esclareceram: por que motivos é necessário impor assim o trabalho a tempo parcial?

Voltando atrás na proposta, chega-se ao artigo 7º, na página com o mesmo número, que define os incentivos à alteração do tempo de trabalho. O trabalhador que aceite passar do tempo completo para o tempo parcial verá reduzida a taxa contributiva que lhe é aplicável, para 6 por cento, durante 36 meses. E pronto. Seguem-se três artigos com os incentivos concedidos às empresas.

A contratação de trabalhadores para «partilha de postos de trabalho» deveria merecer, por um período de três anos, dispensa do pagamento de contribuições, no caso de contratos sem termo com jovens à procura do primeiro emprego ou desempregados de longa duração. Pelo mesmo período, a contratação a termo de trabalhadores destas categorias seria premiada com a redução de 50 por cento da taxa contributiva; a contratação, a tempo parcial, de outros trabalhadores seria premiada com reduções de 50 por cento (contratos sem termo) ou de 25 por cento (a termo). Os incentivos repetem-se nos casos em que a contratação a tempo parcial seja determinante da criação de postos de trabalho.

O artigo 10º regula os apoios financeiros à contratação a tempo parcial.

### «Senhores patrões...»

Todo o artigo 6º, com as cinco alíneas, ocupa quase uma página com aquilo que pode ser entendido como deveres das empresas. Discretamente intitulado «Tempo de trabalho e dever de informação», diz que, «sempre que possível, os empregadores devem tomar em consideração: a) Os pedidos de mudança dos trabalhadores a tempo completo para um trabalho a tempo parcial que se torne disponível no estabelecimento; b) Os pedidos de mudança dos trabalhadores a tempo parcial para um trabalho a tempo completo, ou de aumento do seu tempo de trabalho, se surgir essa possibilidade; c) O fornecimento, em tempo oportuno, de informação sobre os postos de trabalho a tempo parcial e a tempo completo disponíveis no estabelecimento, de modo a facilitar as mudanças que se referem nas alíneas a) e b); d) As medidas destinadas a facilitar o acesso ao trabalho a tempo parcial em todos os níveis da empresa, incluindo os postos de trabalho qualificados e os cargos de direcção, e, se pertinente, as medidas destinadas a facilitar o acesso dos trabalhadores a tempo parcial à formação profissional, para favorecer a progressão e a mobilidade profissionais; e) O fornecimento, aos órgãos existentes de representação dos trabalhadores, de informações adequadas sobre o tempo parcial na empresa».

Mesmo assim, será sempre que possível e se não causar grande incómodo. Só falta escrever, preto no branco, o respeitoso cumprimento que se respira em todo este frete legislativo do Governo: «senhores patrões».

## Modernidade?

«E eis que aí temos de novo um pacote laboral que faz inveja aos pacotes do Governo do PSD, um pacote que perpetua formas de exploração do início do século.

«Que outra caracterização se pode fazer da proposta de lei sobre trabalho a tempo parcial?

«Com tal diploma, nenhum trabalhador a tempo completo está seguro. Ele pode ser colocado em regime de *part-time* até três anos, a trabalhar as horas que a entidade patronal entender e a ganhar apenas o correspondente às horas trabalhadas. Isto é: verá o seu salário diminuído, o seu subsídio de férias reduzido, o seu subsídio de Natal minguido, o seu subsídio de desemprego comprimido. Podem contrariar que tal só acontecerá com o acordo escrito do trabalhador. Mas, se atentarmos no ambiente de repressão que se vive nas empresas, saberá a bem pouco essa garantia do trabalhador.»

«Quem sofre também com isto são os jovens que entram pela primeira vez no mercado de trabalho, que dificilmente conseguirão um trabalho a tempo completo. E são também as mulheres, como o demonstram os dados estatísticos sobre trabalho a tempo parcial.

«Esta é uma receita que na Europa de Maastricht se quer vulgarizar, proclamando-se as virtudes da mesma com *slogans* próprios dos piores filmes das televidas. Com uma dessincronização evidente em relação à realidade, diz-nos o Eurostat: «Most are happy that way», «A maioria é feliz assim». Como se a insegurança no seu vínculo laboral, o trabalho sem direitos, o trabalho que empobrece criando novos excluídos, desse de facto a felicidade.

De facto, quem fica feliz é o grande patronato, o que reclama a mobilidade interna e externa dos trabalhadores, o que vive da instabilidade das famílias dos trabalhadores, aquele que acusa a rigidez dos vínculos laborais de não permitir a competitividade e a rentabilidade das empresas, mas vai impondo pelo terror a flexibilidade e os despedimentos ilícitos, sem aumentar com isso a competitividade.»

(Odete Santos, deputada do PCP, em intervenção na AR dia 7 de Outubro)

## Tempo livre?

«Avançando com a ideia que o trabalho a tempo parcial deixará mais tempo livre, na prática, com a redução do salário e com o nível de remuneração existente no nosso país, se esta lei fosse adiante, para garantir um nível de vida minimamente aceitável, muitos trabalhadores seriam empurrados para dois ou três trabalhos a tempo parcial.

«Tal situação implicaria mais ocupação de tempo e desorganização da vida pessoal, teria implicações evidentes na diluição do sentimento de ligação a um colectivo de trabalhadores a uma empresa, a um sector profissional e consequentemente ao sindicato e condicionaria fortemente a sua disponibilidade de participação e militância social e política.»

(Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, no encontro nacional de quadros do PCP, 3 de Outubro)

# Comandante seja bem-vindo a Portugal!

**P**ela primeira vez Portugal recebe Fidel Castro. Como nas anteriores Cimeiras Ibero-Latino-Americanas será ele o pólo da atenção popular e mediática. A seu lado os demais chefes de Estado e de Governo esbatem-se; é diferente a sua dimensão.

Qualquer paralelo com este ou aquele participante no Encontro do Porto seria descabido.

Porquê?

A intervenção de Fidel na história produziu-se em múltiplas frentes em combates de natureza tão diferente que exigiam qualidades aparentemente incompatíveis na mesma pessoa. Fidel foi (e é) simultaneamente um homem de Estado, um estratega militar, um ideólogo, um revolucionário, e um líder de massas. Em cada um desses papéis teve um desempenho incomparável.

Evito sempre o emprego da palavra génio para tentar definir alguém, porque ela afasta, quase desumaniza. Mas é difícil encontrar um qualificativo que possa abranger a excepcionalidade abrangente e contraditória de Fidel. O jovem revolucionário que viu em Martí o autor intelectual do assalto a Moncada e o Presidente de Cuba que afirma hoje não conhecer para a humanidade outro modelo que não seja o da globalização socialista estão unidos por um caminho marcado por uma fascinante diversidade e uma permanente coerência.

Quanto mais se conhece a vida e a obra de Fidel, maior é a admiração nascida da consciência de que ele procurou sempre com tenacidade superar o possível aparente nas grandes tarefas a que se propôs.

Comandante de guerrilha por um circunstancialismo histórico, desenvolveu como militar atípico um talento incomum. Em dois anos, ele e um punhado de companheiros destruíram um exército profissional de dezenas de milhares de homens, armado e financiado pelos EUA. O que aconteceu não se explica pela razão; regista-se como epopeia sem precedentes que faz lembrar as dos heróis de Homero.

Em Cuba, que fora borda e quinta dos EUA, surgiu o primeiro Estado socialista das Américas. Mais do que o balanço de transformações sociais que humanizaram a vida do povo, dignificando-a, o que suscita espanto e respeito é a resposta vitoriosa ao desafio, isto é, a defesa da revolução.

Outra vez, o impossível fez-se possível. Nove presidentes dos EUA, apoiados e empurrados pelo Congresso e pelo Pentágono, desenvolveram nos últimos 40 anos um esforço ininterrupto e intenso para aniquilar a Revolução cubana e reconduzir a ilha socialista à sua antiga condição de semicolónia. Recorrem ao terrorismo, à agressão armada (Playa Girón), à guerra química e bacteriológica, a um bloqueio que é o mais prolongado e cruel da história.

Em 1989, quando a política de Gorbachev começava a arrastar a pátria de Lenine para o abismo, Fidel lançou o aler-

ta: se algum dia a URSS desaparecesse, Cuba não capitularia. A sua advertência foi definida em Washington como brado de desespero de um irresponsável. Entretanto, a URSS desagregou-se e o capitalismo foi ali implantado.

E Cuba resistiu.

Transcorreu quase uma década. O bloqueio foi intensificado. O Congresso dos EUA aprovou uma Emenda e uma Lei - a Torricelli e a Helms Burton - que violam acordos firmados por Washington e impõem a extraterritorialidade para a legislação norte-americana, tripudiando sobre princípios do direito internacional universalmente aceites.

Os prejuízos materiais de Cuba resultantes do cerco económico ultrapassam já 60 mil milhões de dólares (aproximadamente dez mil milhões de contos). Mas a ilha socialista não cede.

Não cabe aqui definir a ideologia cubana. Mas é transparente que o chamado marxismo-martiano - filho da fusão na luta do materialismo dialéctico com o eticismo de Martí, inseparável de uma concepção idealista da história - contribuiu decisivamente para que num pequeno país do Terceiro Mundo, cercado e amaldiçoado pelo mais poderoso e rico império contemporâneo, o socialismo, destruído na Rússia, tenha sobrevivido e demonstre, dia

após dia, a sua superioridade sobre o capitalismo.

O povo cubano, como sujeito da história, é, obviamente, o herói colectivo dessa prodigiosa saga. Subestimar nela o papel de Fidel implicaria, entretanto, a incompreensão da luta revolucionária. Não haverá muitos casos similares em que o factor subjectivo tenha contribuído tão decisivamente no caminhar de um povo para o rumo da história.

Eu sei que nos próximos dias o sistema mediático desinformativo da sociedade portuguesa bombardeará o nosso povo com calúnias e boatos, apresentando de Fidel uma imagem falsa e até grotesca. Mas esse cacarejar perverso, pouco inteligente, não terá o poder de mudar a realidade. A história não oferece muitos exemplos de um dirigente como Fidel Castro cuja relação com o seu povo seja tao harmoniosa, íntima e sólida. Os rótulos de dinossauro e ditador não apagam a evidência: o afecto e a admiração profunda dos cubanos pelo combatente revolucionário, pelo governante, pelo humanista.

Fidel, contrariamente ao que supõem milhões de portugueses, não intervém hoje praticamente nas tarefas de governo. A estratégia que levou à recuperação económica e à retomada do crescimento do PIB foi no fundamental concebida por Carlos Lage, o secretário executivo do Conselho de Ministros e por uma brilhante equipa de companheiros seus.

Fidel tem um enorme orgulho nas gerações que a Revolução formou. É graças a essa gente que a Revolução, fiel aos princípios, sobrevive e resiste.

A intervenção de Fidel nas grandes decisões manifesta-se de múltiplas maneiras. Os discursos que pronuncia, por vezes inesperados, têm quase sempre um alto conteúdo ideológico. Alguns são documentos políticos que visam objectivos estratégicos (visita do Papa, crise dos *balseiros*, etc). Outros traduzem a sua preocupação permanente com o destino da humanidade ameaçada pela irracionalidade neoliberal. Recordo concretamente uma intervenção feita de improviso como quase todas, em que conseguiu numa linguagem muito simples tornar transparente o funcionamento dos mecanismos, no jogo alucinatório da especulação bolsista, que haviam desencadeado a primeira fase da crise na Ásia Oriental, em 1997.

Fidel é incapaz de conceber a defesa da Revolução e das suas conquistas desligando-as da luta global da humanidade. À globalização capitalista imperial, comandada pelos EUA, que coloca em perigo a própria continuidade da vida no planeta, contrapõe a globalização da solidariedade, que somente poderá ter cores socialistas.

Aos que perguntam como será o percurso, que tipo de transição admite como possível, responde apenas que é cedo para esboçar cenários. Não acredita, porém, que a história se repita com revoluções clássicas como a Francesa ou Russa de Outubro de 1917. «Não será - as palavras são suas - mediante as armas. A arma que vai derrotar o sistema serão as crises, mas para essas crises os povos, as massas têm de estar preparados».

Sendo a globalização o tema principal da Agenda da Cimeira do Porto, Fidel erguerá mais uma vez a sua voz para condenar a sacralização irracional do mercado, a apologia do mercado sem rosto humano, engrenagem que carrega em si mesma os germes da sua própria destruição.

Num mundo em que é esmagador o peso das 39 mil transnacionais cujos tentáculos cobrem hoje a Terra, Fidel não esconde uma angustiada preocupação com a «necessidade de salvar em primeiro lugar o planeta onde vivemos, a necessidade imperiosa de evitar que a humanidade caia sob a tirania de uma potência unipolar disposta a varrer a cultura acumulada durante milénios por diferentes povos».

É difícil, repito, destacar o que faz de Fidel um humanista que não se ajusta a qualquer modelo pré-existente.

Volodia Teitelboim, o grande escritor latino-americano, que foi secretário-geral do Partido Comunista do Chile, afirmou um dia numa entrevista a uma compatriota sua que identificava em Fidel Castro o homem «mais completo» do nosso tempo. E acrescentou: se os norte-americanos elegessem um dia «um presidente com 10% da inteligência de Fidel que grande democracia seriam os EUA».

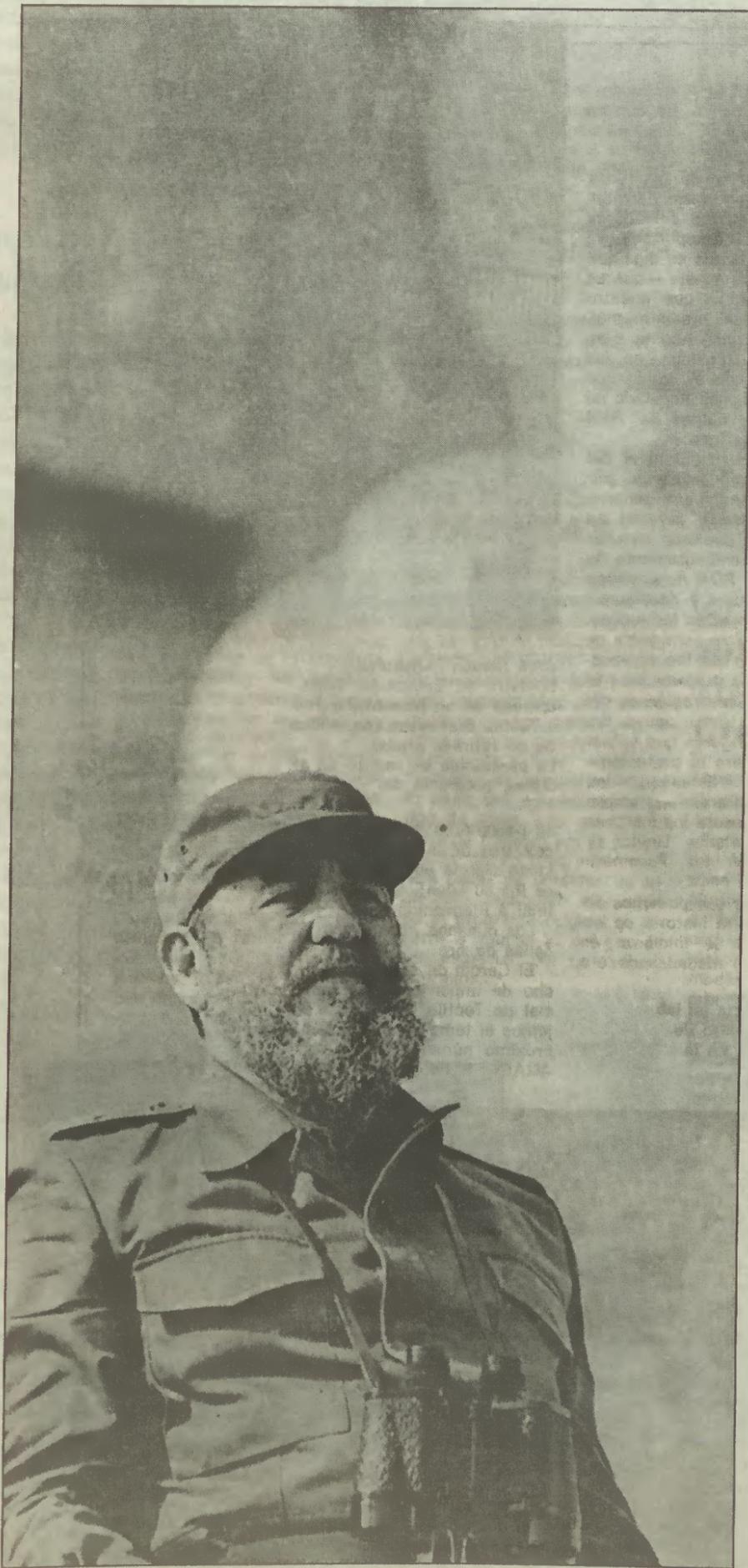
Creio que Volodia, sempre comedido no uso das palavras, não exagerou.

Os portugueses que permanecem fiéis ao ideário de Abril, e são muitos, terão agora a oportunidade de saudar esse homem irrepitível.

Comandante, seja bem-vindo a Portugal!



■ Miguel  
Urbano  
Rodrigues



# Irlanda do Norte à espera da Paz (2)

■ Daniel Rosário

**A** pesar de ser reconhecido pela maioria dos protagonistas de não se tratar de um "Acordo de Paz", no sentido em que além de calar as armas e ponha fim à violência e restabeleça a normalidade há muito perdida, quase todos são unânimes em reconhecer que o texto assinado em Stormont tem a virtude de colocar à discussão os principais temas cuja ultrapassagem é indispensável à resolução do conflito.

O lado nacionalista prefere valorizar a questão da igualdade e o estabelecimento de organismos executivos conjuntos com o governo irlandês, que no seu entender abrem a porta à reunificação da ilha, enquanto a parte unionista enaltece a deposição das armas por parte dos grupos armados e o reconhecimento "de facto" da Irlanda do Norte como parte integrante do Reino Unido.

O Acordo teve o mérito de deixar toda a gente satisfeita e ao mesmo tempo comprometida. Gerry Adams, o líder do Sinn Fein, garante que ainda viverá numa Irlanda unida, ao mesmo tempo que é acusado pelos sectores republicanos mais intransigentes de ter hipotecado definitivamente as aspirações nacionalistas. Por seu turno, os dirigentes unionistas, como o primeiro-ministro eleito David Trimble, garantem que o Acordo confirma inequivocamente a pertença da província ao Reino Unido, enquanto os mais radicais o acusam de "trair o povo do Ulster".

Quanto ao desfecho final é extremamente difícil e arriscado fazer prognósticos, para mais se se tiver em consideração anteriores esforços de paz que acabaram por descarrilar, regra geral por acção de determinados sectores unionistas.

A crescente insistência de Trimble na deposição das armas do IRA como condição para o Sinn Fein ter acesso aos postos ministeriais a que obteve direito nas urnas, é o último caso que ameaça fragilizar o processo de paz. O líder unionista recorre aqui à estratégia bem sucedida há dois anos quando, após condicionar o avanço das negociações à deposição de armas pelo IRA, levou a organização republicana a romper o cessar-fogo que declarara e protelou quaisquer desenvolvimentos. Apesar das diferenças entre as duas situações (o governo britânico não está dependente do apoio parlamentar dos partidos unionistas e a própria dinâmica que o processo entretanto adquiriu), não deixa de ser possível um novo tropeção. A obstinação de Trimble contraria a letra do Acordo (que prevê um prazo de dois anos para a entrega das armas) e é contestada pelos próprios grupos paramilitares lealistas.

No entanto, o seu comportamento é ilustrativo de como o caminho para a paz é sinuoso. Por um lado o líder do UUP está sujeito a fortes pressões internas e tem que demonstrar que não está a ceder nem a trair os seus. De um ponto de vista mais político, Trimble tem que dar resposta às crescentes ameaças de formação de novos partidos unionistas em torno dos partidos radicais e de muitos dissidentes e descontentes do seu próprio partido.

Por outro lado, o que Trimble faz é uma reacção "típica" unionista, que poderia ser descrita como a estratégia das "trincheiras", em que cada vez que são confrontados com um novo avanço, ou cedência que tenham que fazer, os líderes unionistas "escolhem" um cavalo-de-batalha ao qual se agarram e com base no qual tentam enfraquecer o adversário: foi assim com a libertação de prisioneiros previstas no Acordo, com a continuação da aplicação de "castigos" por parte do IRA para argumentar que os republicanos desrespeitavam o cessar-fogo ou com a exigência do Sinn Fein declarar que a guerra acabou. Tudo exigências unionistas que não foram atendidas mas que, se não "mataram", pelo menos "moeram" o processo. Apesar de a experiência recente mostrar que estes impedimentos acabam por ser temporários, não é de subestimar a possibilidade de se constituírem em verdadeiras ameaças.

## Mudam-se os tempos...

Lançando um olhar sobre os últimos 30 anos da Irlanda do



Norte e os desenvolvimentos que a situação foi registando, não deixa de ser interessante tentar perceber como é que, pelo menos aparentemente, nos últimos três anos se conseguiu caminhar tão depressa em tão pouco tempo na direcção da paz. O que é que permitiu o desbloquear da situação? Além de, provavelmente, não haver uma causa única, e mesmo aí as opiniões divergiam, talvez o mais razoável seja tentar encontrar uma explicação numa súmula de diferentes fenómenos que tenham contribuído para a conjugação de factores actual. Do lado republicano é apontado como principal motivo a tomada de consciência por ambos os contendores (IRA e governo britânico) de que uma vitória militar seria impossível e a decisão iniciada há alguns anos pelo movimento republicano em direcção a uma maior politização da sua luta, nomeadamente através da participação em actos eleitorais, sem no entanto abdicar da luta armada. Alguns unionistas sublinham a perda de interesse estratégico e económico do Reino Unido em relação à Irlanda do Norte: era na Irlanda do Norte que se encontravam algumas

das principais estações de rastreio de submarinos da NATO. Alguns observadores externos preferem valorizar a mudança de atitude de Londres, que pretende ver-se livre de uma tão incómoda "pedra no sapato", que se tornou num autêntico sorvedouro de dinheiro, meios militares e prestígio. Para mais quando o IRA demonstrou que tinha capacidade de atacar na própria capital britânica com a realização de atentados no coração financeiro da cidade, a City, que sem causarem vítimas provocaram prejuízos de milhões de libras. Num plano mais geral há quem refira o processo de reorganização constitucional que o Reino Unido atravessa, com a concessão de maior autonomia à Escócia e a Gales, e em que a Irlanda do Norte poderia ter o seu estatuto alterado.

Num aspecto toda a gente está de acordo: toda a população da Irlanda do Norte está cansada e saturada de tantos anos de instabilidade e de uma violência cega e implacável. Este poderá ser, doravante, um dos principais garantes de sucesso do processo de paz, esta vontade de normalidade que nem a brutalidade do atentado de Omagh foi capaz de pôr em causa.

## Como aprender a viver juntos

O desbravar do caminho para a paz terá que passar pela capacidade dos intervenientes - que neste caso é praticamente toda a população da Irlanda do Norte - conseguirem transportar e aplicar no seu dia-a-dia as pretensões expressas num Acordo cozinhado pelos políticos e ratificado pela esmagadora maioria da população.

Muito terá que ser feito até que qualquer cidadão, seja católico ou protestante, se possa deslocar livremente pela sua cidade sem arriscar a vida por atravessar o bairro "errado". Até que as crianças deixem de crescer sem nunca terem conhecido ninguém da outra comunidade.

Um primeiro passo foi dado este Verão, em Derry, com o estabelecimento, pela primeira vez, de um acordo entre os protestantes que pretendiam realizar a sua marcha anual e os residentes da área católica em causa. Pequenos passos, em que ambos os lados terão que aprender a ceder um pouco sem que sintam que isso significa a derrota ou a rendição. As ordens protestantes perceberem que não podem fazer o que querem; a polícia implementar, pela força se necessário, decisões que desagradem quer a católicos quer a protestantes; os católicos aceitarem que os outros têm direito às suas tradições e celebrações.

A questão da reconciliação começa a ser timidamente levantada por alguns, como aspecto indispensável do processo. Apesar de não saberem muito bem como o fazer, ninguém nega a inevitabilidade de se ter que discutir os erros, os crimes e os abusos que toda a gente cometeu. O IRA que bombardeou e matou indiscriminadamente, os paramilitares lealistas que tinham como estratégia o assassinato arbitrário de católicos, as forças de segurança, exército e polícia, que torturaram e assassinaram inocentes, entre os quais crianças. "Toda a gente tem as mãos sujas de sangue", diz um dirigente do Sinn Fein.

Num ponto todos estão de acordo: custe o que custar terão que lidar com os seus traumas. Como? Um exemplo recorrente é o da África do Sul, onde foi criada a Comissão da Verdade e Reconciliação para fazer luz sobre os crimes do apartheid. "Nós sabemos que nunca obteremos justiça, mas temos o direito à verdade", diz o padre católico Raymond Murray.,



# CIMPOR

## A realidade por detrás dos milhões

**C**om lucros líquidos em Portugal no ano de 1997 na ordem dos 15 milhões de contos, com vendas de 9,5 milhões de toneladas de cimento, com um volume de negócios de 111 milhões de contos, com um total de investimentos realizados no nosso país, desde 1976, de 217 milhões de contos, o Grupo Cimpor conquistou uma imagem de marca, de prestígio e de credibilidade nos mercados financeiros nacionais e internacionais, situando-se entre os dez principais grupos cimenteiros europeus.

Provou também que ser empresa pública não é sinónimo de dar prejuízo. Pelo contrário. Tornou-se, por isso, alvo apetecível do grande capital nacional e estrangeiro. Os sucessivos governos, do PSD e agora do PS, e as sucessivas administrações por eles escolhidas, encarregaram-se da sua privatização e hoje o Estado detém apenas 10% do capital.

A redução de efectivos, o aumento dos ritmos de trabalho e o ataque aos direitos são hoje uma realidade na Cimpor privatizada. A dimensão social foi obviamente secundarizada.

A fábrica de Alhandra, por exemplo, tem hoje cerca de 250 efectivos, número idêntico ao do princípio do século. Só que então produzia 6 mil toneladas de cimento por ano. Hoje produz 2,4 milhões.

Aqueles trabalhadores efectivos há que somar uma centena de precarizados que diária e regularmente trabalham na fábrica, por conta de empreiteiros ou empresas subcontratadas. Executam trabalhos de conservação, reparação, manutenção e limpeza. São serralheiros, electricistas, lubrificadores, carregadores, operários fabris, vigilantes, encarregados. Trabalham à hora, à semana, ao mês, muitas

vezes sem contrato, geralmente sem descontos para a Segurança Social, sem condições de higiene e segurança, com horários de 8, 12, 16 e às vezes 24 horas seguidas. Muitos deles são jovens. Sem direitos e absolutamente explorados.

O mesmo se passa na generalidade das outras fábricas: com a redução de trabalhadores efectivos aumentou o recurso ao trabalho precário. Uma realidade que o Balanço Social da empresa não mostra mas que salta aos olhos como a imagem mais marcante quando se entra numa fábrica de cimento.

### A ofensiva

Com as rescisões, reformas antecipadas, cedências internas, transferências, com o desmembramento, a privatização e a reestruturação, de um total de cerca de 2500 efectivos, a Cimpor Indústria tem hoje cerca de 900 trabalhadores e uma redução de 20,8% nos custos com o pessoal, de 1996 para 1997.

Centena e meia de administrativos, na sede, foram transferidos para outras empresas do Grupo, através de contratos de "cedência ocasional", não previstos no ACT e com graves lacunas na lei.

A média actual de idades é de 44 anos. E a antiguidade média é de 17 anos. O que mostra que uma parte significativa dos actuais trabalhadores entrou para a empresa já nos anos oitenta.

A geração anterior, com maior consciência social e política, lutadora e conquistadora dos direitos actuais, foi, na sua generalidade, arredada das fábricas e serviços, através das sucessivas rescisões e reformas, antecipadas ou não, fomentadas e incentivadas pela empresa de forma criteriosa e planeada nos últimos dez anos.

Entretanto e devido às sucessivas inovações tecnológicas e constantes automatizações, em conjugação com o aumento da produção e a redução substancial do número de efectivos, a produtividade global cresceu 40%!

Nesta mesma década, a fuga da empresa à contratação colectiva foi sistemática, com aumentos salariais processados por acto de gestão, sem reposição do poder de compra e sem contrapartida pela riqueza criada pelos trabalhadores. A polivalência de funções e as violações de direitos e garantias contratuais acentuaram esta ofensiva.

Em simultâneo, a empresa implementou unilateralmente um sistema de prémios à margem do ACT, destinado a penalizar o exercício de direitos. Por exemplo, um designado «prémio complementar» que ronda a média dos 8 mil escudos mensais, só é atribuído se o trabalhador obtiver mérito na avaliação do desempenho e não faltar mais de 15 horas por mês, seja devido a doença com baixa, ou acidente com baixa, parto, faltas justificadas sem retribuição, greves, maternidade/paternidade, licença de adopção, actividade sindical e da comissão de trabalhadores, assistência à família, trabalhador-estudante, licença de parto da esposa, requisição oficial, lei eleitoral/candidatos, horas de aleitação, eleitos locais, casamento, atrasos superiores a 10 minutos, etc., num total de 34 motivos.

Os beneficiados pelas profundas transformações e gravosas alterações ocorridas na empresa foram aqueles que para elas mais contribuíram: os administradores, que acumulam privilégios e fortunas pessoais; os empreiteiros, que enriquecem à custa da

mento sindical unitário e a CGTP predominam, com uma taxa de sindicalização que ronda os 60% do total dos trabalhadores. Iniciou-se recentemente um novo processo de intervenção e sindicalização dos trabalhadores precários, que já começou a dar resultados, na melhoria das condições de trabalho.

O Partido continuou a contar com um núcleo essencial de camaradas nas células dos maiores locais de trabalho e que, nas alturas cruciais da vida da empresa, sempre tomaram posição e mantêm uma ligação permanente aos trabalhadores.

A defesa do ACT começou há mais de um ano, através do esclarecimento, da discussão em plenários gerais e sectoriais e da disposição de enveredar pela greve, como forma de luta, caso a administração teimasse na tentativa de rever o ACT e na retirada de direitos contratuais.

A administração recuou mas não desistiu.

A tomada de consciência, por parte de muitos trabalhadores, de que estavam ameaçados direitos fundamentais, que têm directamen-

te a ver com as suas condições de vida e de trabalho, criou condições para a possibilidade de desenvolver formas de luta.

A proposta de Acordo de Empresa apresentada pela empresa é avassaladora. Dela ressaltam:

- a possibilidade de atribuição de categoria profissional diferente das previstas no AE, por acordo entre empresa e trabalhador, «sempre que o desenvolvimento tecnológico ou a organização do trabalho o justifiquem»;

- a retirada da proibição do «lock-out»;

- a introdução do regime da comissão de serviço nos cargos de direcção;

- a introdução do regime de cedência ocasional de trabalhadores, mediante acordo entre empresa e trabalhador;

- a introdução do trabalho a tempo parcial, «cumpridas as formalidades legais», por acordo entre empresa e trabalhador;

- a possibilidade de retirada

do subsídio de turno, quando o trabalhador se encontrar temporariamente no regime de horário geral;

- a redução dos descansos compensatórios pelo trabalho suplementar (remetendo para a lei geral);

- a retirada do direito de descanso na prestação de trabalho em regime de prevenção em dias semanais, sábados e feriados, à excepção do domingo;

- a introdução da possibilidade de desempenho de outras actividades, não compreendidas no objecto do contrato «quando o interesse da empresa o exija» (polivalência desregulada);

- a dependência da atribuição do subsídio de refeição a 4 horas de serviço efectivo consecutivo por dia (para facilitar o recurso ao trabalho a tempo parcial);

- a não garantia dos complementos de pensões para os futuros trabalhadores.

Pretende ainda extinguir 36 categorias profissionais e substituí-las por apenas 12, com alteração de funções, através do aumento de tarefas e das responsabilidades acrescidas dos trabalhadores sem a correspondente subida de nível profissional ou possibilidade de evolução de carreira.

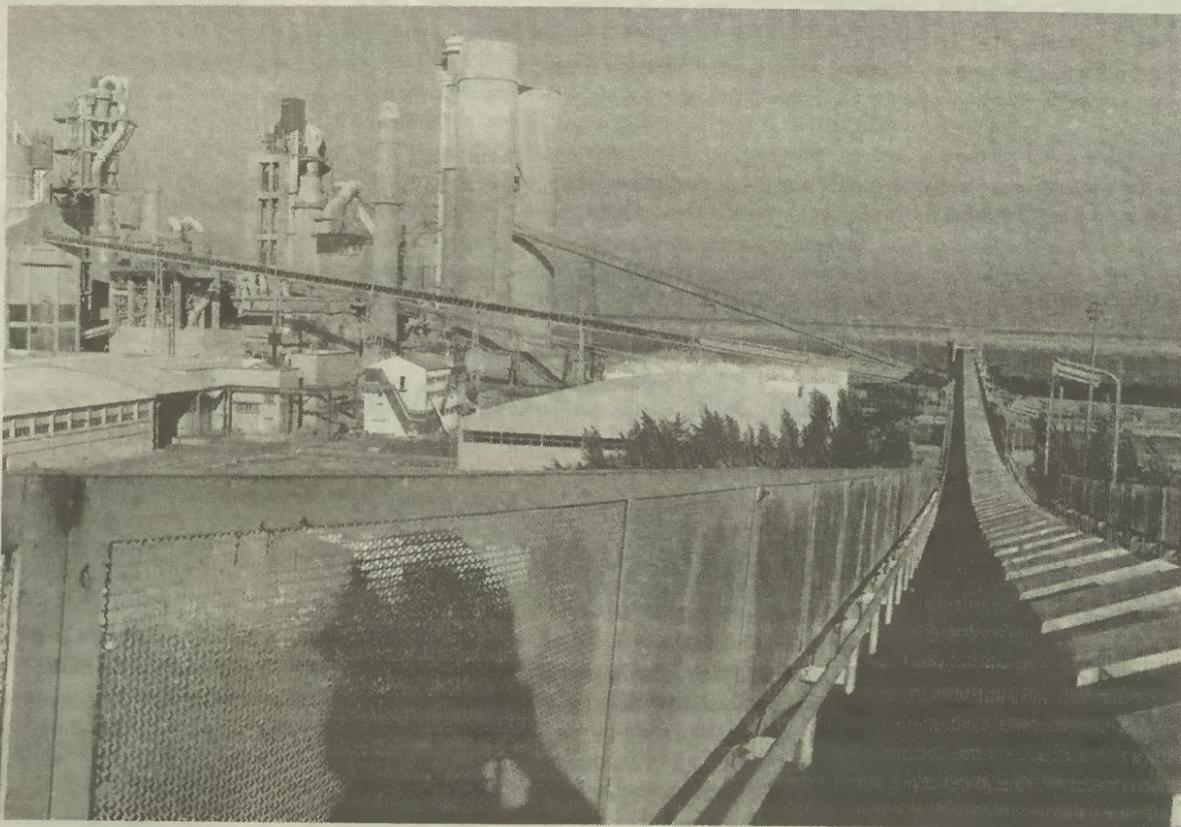
É notória a semelhança entre as intenções da Administração da Cimpor na contratação colectiva e as propostas do Governo do PS no actual pacote laboral.

Um e outras pretendem fazer regressar as relações de trabalho a níveis de há muitas décadas atrás. Em nome da «competitividade», da «modernização» e até do «desenvolvimento». À custa e com o sacrifício de quem trabalha e produz a riqueza.

Mas tudo tem o seu tempo.

Quando são já os próprios limites da liberdade individual e da dignidade a serem postos em causa, os trabalhadores já demonstraram ter a coragem e a força bastantes para travar a batalha. Ela está aí. Na Cimpor, noutras empresas e na luta mais geral.

Os trabalhadores cimenteiros sempre puderam contar com o PCP nos bons e maus momentos. Continuarão a contar com o Partido nestes tempos de resistência e de luta, pois «atrás dos tempos, vêm tempos e outros tempos hão-de vir».



exploração de uma mão-de-obra barata e não reivindicativa; alguns quadros superiores e dirigentes que crescem em quantidade, em poder e benesses; e acima de tudo o grande capital, nacional e estrangeiro, que detém o poder e que recebeu de bandeja, das mãos do Governo do PS, um império empresarial colossal, com mais de 80 empresas participadas, com fábricas em Espanha, Brasil, Marrocos, Moçambique e Tunísia, vendido a preços de saldo por 220 milhões de contos!

Na constante procura de novas fontes de receitas, as cimenteiras e o Governo, em estreita ligação, «descobriram» um novo filão, um autêntico «maná»: a queima de resíduos industriais perigosos, que se apresenta como combustível secundário alternativo, com um lucro estimado em 30 contos por tonelada!

A actual discussão pública, na qual o PCP já tomou posição, é viciada à partida, pois os argumentos apresentados são todos «pró» e com pouca informação, cabendo um importante papel às populações e aos trabalhadores na apresentação de argumentos «contra», em relação a uma matéria pioneira no nosso país, mas com experiências e efeitos adversos noutros. Tanto mais que a fiscalização governamental em matéria de saúde pública, numa empresa privada, tenderá a ser muito menos eficaz do que numa empresa pública, com a consequente sobreposição dos interesses económicos e financeiros sobre os sociais e ambientais.

### O ataque à contratação

Conseguida a redução de efectivos por parte da empresa, o «trinco» seria a revisão global do Acordo Colectivo de Trabalho e com ela a retirada efectiva dos direitos conquistados com a nacionalização.

Apesar desta lenta mas brutal ofensiva, com inevitáveis consequências no grau de consciência, organização e mobilização dos trabalhadores, os objectivos da empresa não foram totalmente alcançados, pois os trabalhadores e os seus representantes nunca deixaram de ter um papel interventivo, reivindicativo e de denúncia dos atropelos.

As estruturas internas, delegados sindicais, CT e sub-CT's mantiveram a sua organização, sendo eleitos em processos eleitorais que contaram com votações na ordem dos 70% dos efectivos. O movi-

Em 8 de Novembro de 1998

# A fiscalização no dia do referendo

No próximo dia 8 de Novembro realiza-se o Referendo sobre a instituição em concreto das Regiões Administrativas. Por se tratar de um Referendo assume importância no resultado final a percentagem de votos expressos além de pela primeira vez estarmos confrontados com um boletim de voto com duas perguntas e por isso com uma acrescida dificuldade na contabilização dos votos. A fiscalização é fundamental para garantir a legalidade e a seriedade deste acto referendário. Damos aqui algumas indicações úteis sobre o funcionamento das mesas e sobre a fiscalização das operações de voto.

## Membros de mesas de voto

Imprescindível ao bom funcionamento do acto referendário é a necessidade das mesas de voto funcionarem dentro da legalidade.

Constituídas por cinco membros, necessitam de um mínimo de três para poderem funcionar, quer na abertura quer ao longo do dia do referendo.

Se a mesa não se puder constituir por ausência do número mínimo de membros, o presidente, na sua ausência o suplente e na ausência deste o membro presente mais idoso, escolherá, de entre os eleitores presentes na assembleia ou secção de voto à hora da abertura da votação, o número suficiente de eleitores que preencham os requisitos legais para exercerem funções de membros de mesa.

Tendo em conta as funções que cabem aos seus membros é importante recolher o maior número de nomes possível e propô-los para nomeação (dentro do prazo legal).

Recorde-se que são os membros das mesas que passam revista às câmaras de voto e aos documentos de trabalho no início das operações de votação; os poderes de polícia nas assembleias de voto competem ao presidente da mesa, coadjuvado pelos vogais; a identificação dos eleitores e as análises aos documentos comprovativos de deficiência são também da sua competência.

Importante papel cabe-lhes no decurso das operações de apuramento: contagem dos votos pelas descargas efectuadas, contagem dos boletins de voto, contagem dos votos, Acta do Apuramento, etc.

## Indicação dos membros de mesa: até 21 de Outubro Delegados

### Aos delegados compete:

- A fiscalização plena das operações de votação;
- Perante qualquer ilegalidade devem reclamar por escrito (podendo também apresentar reclamações, protestos ou contraprotestos).

### Os delegados podem:

- a) Entrar e sair livremente da assembleia de voto;
- b) Ocupar os lugares mais próximos da mesa;
- c) Ser ouvidos e esclarecidos em todas as questões que se suscitarem durante o funcionamento da assembleia de voto, quer na fase da votação, quer na fase do apuramento;
- d) Obter todas as certidões que requererem sobre as operações de votação e apuramento;

- e) Consultar a todo o momento as cópias ou fotocópias dos cadernos de recenseamento eleitoral;
- f) Assinar a acta e rubricar, selar e lacrar todos os documentos respeitantes às operações de voto.

### Nas operações de apuramento:

Se tiverem dúvidas quanto à contagem ou à qualificação de qualquer voto, podem solicitar esclarecimentos ou apresentar reclamações ou protestos. Se estes não forem atendidos pela mesa, os boletins de voto reclamados são separados e anotados no verso com: (1) a qualificação dada pela mesa; (2) o objecto da reclamação ou protesto; (3) rubrica do presidente e do delegado que apresentou o protesto.

## Indicação dos delegados: até 3 de Novembro

### MEMBROS DE MESA E DELEGADOS:

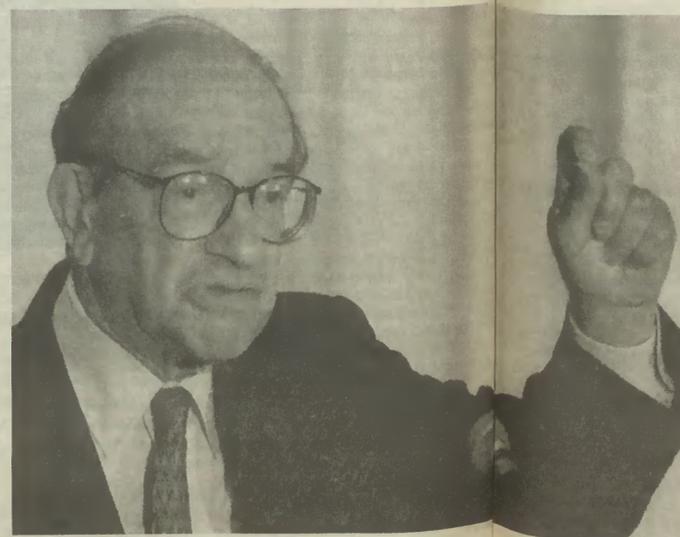
#### A fiscalização necessária

	Outubro											Novembro		
	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	1	2	3
Os partidos ou movimentos de cidadãos eleitores indicam os seus delegados e suplentes às secções de voto														
Reunião na sede da Junta de Freguesia para escolha dos membros das mesas das secções de voto														
Proposta ao presidente da Câmara Municipal de nomes para, no caso de falta de acordo, preenchimento através de sorteio da mesa e sua decisão														
Afixação de edital na sede da Junta de Freguesia com os nomes dos membros da mesa escolhidos														
Reclamações contra a escolha ao juiz de Comarca														
O juiz de Comarca decide as reclamações e procede à escolha														

# Na via dolorosa do capital financeiro

De perplexidade, de indecisão e nervosismo, de uma terrível expectativa, foram os dias que se viveram, e as noites, no mundo económico-financeiro global após a falência de facto do LTCM (Long Term Capital Management). Pode dizer-se que esse mundo, inventado pelos grandes Fundos, efectivamente mudou. O capitalismo financeiro paralisou. E enquanto os representantes governamentais de 182 países se encontravam em Washington para a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, reconhecia-se que certas baixas de taxas de juro anunciadas em determinados países não passavam de simples expedientes numa situação geral de tal gravidade que os Bancos deixaram de emprestar uns aos outros.

Foi bonito, entretanto, assistir às teatrais explicações dos dois principais delegados portugueses àquela reunião. Segundo o governador do Banco de Portugal e o nosso inédito ministro das Finanças, a severa, dramática conjuntura que estamos a viver é assunto... meramente pertencente ao campo da psicologia. Igualmente, na Grã-Bretanha, as espectaculares indecisões do governo de Blair, especialista em grandes «shows» de variedades mas que não estava nada preparado para estes acontecimentos, feriram a imaginação do país. Qualquer inglês comum pergunta-se: «Então o Mr. Blair não percebe nada disto?» Mas os conservadores, reunidos em congresso na cidade de Bourne-mouth, no sul do país, não são os últimos a revelar uma estra-



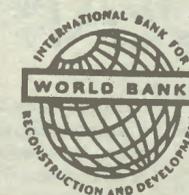
Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve Bank

nhíssimo torpor que é filho da sua evidente falta de respostas para uma crise cujo fantasmagórico crescimento, através de 18 meses, só não viu quem não quis ver.

Bonita, igualmente, foi a entusiasmada reacção dos meios bolsistas portugueses, aliás, tornada mais vibrante e segura pelos porta-vozes do capitalismo que nos lêem os noticiários em todas as televisões, ao corte das taxas de juros que se verificou em Espanha. Dois dias depois, todavia, todas as recuperações disso resultantes estavam perdidas, irremediavelmente perdidas. Quem edita os noticiários nas televisões portuguesas? Jornalistas? Especuladores? Lacaio? Digam, ao menos, a verdade.

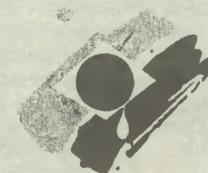
## A guerra comercial vai agudizar-se

Com os valores do «Nikkei» tocando já os 12 000 pontos fomos impossíveis deixar de recordar certas previsões, certos avisos que faziam fé absoluta há três anos, apenas. Segundo os



Manoel de Lencastre

# «Salvar» o Brasil



O que explica a esperada falência do Brasil? Naturalmente, é a falta de dinheiro. O Estado deixou de possuir recursos para atender ao seu funcionamento normal, ao serviço das instituições, ao pagamento dos empréstimos financeiros em curso, ao das suas obrigações mais naturais. Por outro lado, os principais meios de produção em todo o país pertencem ao estrangeiro - pagam poucos ou nenhuns impostos, só investem a título precário e repatriam os lucros. Os chamados investidores profissionais, os fundos, os capitalistas, os bancos, preferem operações financeiras especulativas e fogem com todo o capital logo que aparece no horizonte uma sombra tênue de instabilidade. O Estado, assim, procura novos empréstimos, sempre mais onerosos, para substituir os anteriores.

Destas vezes, porém, esses novos empréstimos parecem difíceis de concretizar porque o FMI, nas condições actuais, perdeu a capacidade de intervenção que lhe fora destinada. Michael Camdessus, o seu presidente, anda há meses a tentar negociar um adiantamento por parte do governo dos Estados Unidos. Mas, note-se que esse governo é o mais endividado entre todos os que existem à face da

As perdas dos investidores no papel accionista destes grandes nomes do mundo industrial, económico e financeiro, atingem a soma de 1,5 biliões de dólares. Entretanto, como medida defensiva clássica, os americanos começaram a instigar a queda do valor da sua própria moeda, o dólar, para fazerem valorizar, automaticamente, o «yen» e o marco alemão. Assim, as exportações germânicas e nipónicas para o mercado dos Estados Unidos (facturadas em dólares) tornaram-se

mais caras e acabaram por reduzir os lucros do país e das empresas de exportação enquanto o próprio crescimento económico americano perderá.

Na longa, interminável «Via Dolorosa» onde penetraram, os dirigentes dos países capitalistas não conseguem entender-se. Mas, Blair, o mais ignorante de todos os sábios, possui uma resposta: «Bombardeie-se o Kosovo!» Clinton, hesitante, vive em pleno desespero. O fim da sua estrada, vislumbra-se, inevitável, negro, dramático. E depois? Kenneth Starr, que julgava trabalhar para vingar-se de tudo o que aconteceu a Richard Nixon, verá que a sua vingança vai alargar-se a todo o mundo. E depois?

Banqueiros, cujas instituições pareciam sólidas, ainda ontem, mostram-se impotentes perante a incompreensível aproximação do fim dos seus universos, e desabafam: «Chamem o Shakespeare! Para que nos explique o drama que estamos a viver. Mas o grande William está longe, na Eternidade. Não pode ouvi-los. Não quer ouvi-los. Entretanto, um grito, só um, parece fazer sentido no momento actual. E esse, o grito da realidade, já não podem contê-lo. «Trabalhadores e povos de todo o mundo, uni-vos!»

Terra. Por isso, a Câmara dos Representantes, de maioria republicana, impôs condições para que os miseráveis 18 000 milhões de dólares que vai autorizar não sofram o destino dos 157 000 milhões que o FMI dissipou ao tentar socorrer países cujas economias jaziam na fogueira do inferno financeiro.

Quando o governo brasileiro bate à porta dos credores estrangeiros, sabe muito bem que o sistema do mercado global não pode permitir-se uma repetição na América do Sul de tudo o que aconteceu na Ásia. As reservas do Brasil eram de 75 000 milhões de dólares quando os especuladores decidiram proceder ao assalto das mesmas. Agora, depois de levantamentos realizados por «investidores», estão reduzidas a metade. O governo de Cardoso implora que lhe emprestem mais 21 000 milhões até ao fim do próximo ano. Para que os especuladores possam continuar a levantar e a transferir para o exterior. Para poder aguentar o mais instável dos equilíbrios cambiais. «Salvem o Brasil!» exigiu-se em Washington. Mas a «salvação» do Brasil significa mais miséria, mais ruína, mais sofrimento. Que estranha maneira de pretenderem salvar um país...

## Bancos e banqueiros

Todos os mercados financeiros estão a acompanhar com alguma ansiedade a situação dos bancos espanhóis que, tendo saído, corajosamente, do seu tradicional isolacionismo, se aventuraram nos tradicionais mercados da América do Sul. É o caso do Banco de Santander, o maior do país vizinho, cujos 3000 milhões de dólares investidos em países da América Latina não oferecem garantias de reprodução ou retorno à base. Estão, por consequência, em sério perigo.

Também, segundo o insuspeito «Herald Tribune», o segundo banco espanhol, o Bilbao-Vizcaya, está a ser observado como achando-se perto de ter de absorver importantes valores adiantados para aqueles mercados com a finalidade de comprar bancos locais ou formar sociedades com eles.

Todos sabemos que estes bancos espanhóis estavam imensamente activos no mercado português. Parece, porém, que se calaram. Calados, igualmente, estão todos os bancos portugueses. E alguns dos banqueiros mais conhecidos em Lisboa temem, profundamente, sabêmo-lo, terem de revisitar um certo passado que viveram. Julgarão ter regressado em glória, assim parecia, mas o futuro, o futuro...

Vai ou não vai pagar o meu barril?!!





## AGENDA

## Distrito de AVEIRO

## ● FEIRA

Plenário da organização concelhia, com a participação de Sérgio Teixeira: dia 16 às 21h, no Centro de Trabalho

## ● OVAR

Plenário da organização concelhia, com a participação de António Salavessa: dia 16 às 21h30, no Centro de Trabalho. Sessões de esclarecimento no CCRD do Bº de Misericórdia (dia 21 às 21h30) e no ACRD do Bº de S. José (dia 22 às 21h30)

## ● MEALHADA

Plenário da organização concelhia, com a participação de Francisco Lopes: dia 20 às 21h30, na Junta de Freguesia de Pampilhosa

## Distrito de BEJA

## ● ALBERGARIA DOS FUSOS

Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa: dia 20 às 17h

## ● ALVITO

Sessão de esclarecimento no Centro Cultural: dia 16 às 19h, com a participação de Rodeia Machado

## ● CUBA

Sessão de esclarecimento no Centro Cultural: dia 19 às 17h, com a participação de Fernando Servo e José Ciriaco

## ● FARO DO ALENTEJO

Sessão de esclarecimento no Centro de Convívio: dia 19 às 15h, com a participação de Fernando Servo e José Ciriaco

## ● VILA ALVA

Sessão de esclarecimento no Centro Cultural: dia 22 às 15h.

## ● VILA NOVA DE BARONIA

Sessão de esclarecimento na Casa do Povo: dia 16 às 21h, com a participação de Rodeia Machado

## ● VILA RUIVA

Sessão de esclarecimento no Centro de Dia: dia 20 às 15h.

## Distrito de ÉVORA

## ● ÉVORA

Plenário do Sector Operário: dia 16 às 20h, no Centro de Trabalho. Sessão-debate em Valverde: dia 16 às 21h na garagem do cam. Charrua. Sessão-debate em Malagueira: dia 16 às 20h30 nas Piscinas Municipais. Sessão-debate no Bairro de Almeirim: dia 16 às 20h30 na escola. Sessão-debate na Horta das Figueiras: dia 19 às 20h30 na Escola

## ● MOURÃO

Debate promovido pela CDU: dia 16 às 20h, no Casão do Sr. Antunes (junto ao Café Guadiana).

## Distrito de BRAGA

## ● AMARES

Reunião-debate no espaço CDU (edifício dos Bombeiros): dia 18 às 10h

## ● BARCELOS

Sessão-debate no Auditório do Museu de Olaria, com a participação de José Calçada: dia 16 às 21h30.

## ● ESPOSENDE

Sessão-debate no Auditório do Turismo, com a participação de Honório Novo e Manuel Carvoeiro: dia 16 às 18h

## Distrito de BRAGANÇA

## ● BRAGANÇA

Debate sobre a Regionalização, com a participação de João Amaral: Sexta, 23, às 21h30, no Auditório Paulo Quintela

## Distrito de LISBOA

## ● AMADORA

Plenário de militantes de Alfovelos: dia 16 (no Salão Paroquial) com a participação de Luís Sá: hoje, dia 15, às 21h. Assembleia da Célula da CMA: dia 16. Distribuição de propaganda na Falagueira e na Brandoa (dia 17) e na Reboleira (dia 18).

## ● LISBOA

Sessão de esclarecimento do Sector dos Bancários: dia 20 no CT Vitória. Sessão-debate da FP no LNEC (Refeitório, 13h)

Debate público nos Olivais, com a participação de António Andrez: dia 22.

Distribuição de propaganda nos mercados de Ajuda, Alcântara, Campo de Ourique (Zona Ocidental) e nos de Benfica, S. Domingos de Benfica, Alvalade, Lumiar, Santos (Zona Oriental) - dia 17. Porta-a-porta em Ajuda e Belém (dia 17).

## ● LOURES

Plenário de militantes de Sta. Iria da Azoia (no CT local, dia 16 às 21h30) e Plenário de militantes da Bobadela (dia 16 às 21h30). Debates com Luís Sá: em Odivelas (no Centro de Dia dos reformados, dia 19 às 15h30) no Refeitório da CM (dia 19 às 17h45) e em Sacavém (às 21h30)

## ● MAFRA

Almoço-convívio e debate no restaurante "O Cedro" com António Andrez: dia 17 às 13h

## ● OEIRAS

Reunião de militantes da freguesia de Oeiras: dia 20 às 21h, no CT de Algés, com Carlos Grilo

## ● SINTRA

Sessão debate em Monte Abraão (no Salão Paroquial) com a participação de Luís Sá: hoje, dia 15, às 21h.

Debate em Belas, no Salão Polivalente da Junta de Freguesia, com a participação de Henrique de Sousa: dia 16 às 21h30. Debate com Reformados em Queluz, no CT, com a participação de Jaime Félix: dia 16 às 15h. Plenário de militantes de Massamá, na Delegação da Junta de Freguesia, com a participação de Lino Paulo: dia 21 às 21h30.

## ● TORRES VEDRAS

Debate com Luís Sá, no Auditório Municipal, dia 16 às 21h30.

Debate e jantar com Jovens na Carvoeira, com a participação de Bernardino Soares: dia 17

Almoço e debate em Mafra, com a participação de António Andrez: dia 17.

Distribuição de documentos em Alenquer (Mercado semanal, na freguesia de Alenquer, em Carnota, Pereiro, Merceana): dia 18

## Distrito de PORTO

## ● PORTO

"A Administração Pública e a Regionalização" - debate com a participação de João Amaral, promovido pelo Sector da FP da ORP: dia 19 às 21h30, na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso

## Reunião de militante

## ● AMARANTE

Sessão pública com Honório Novo: dia 16, às 21h30, na JF de S. Gonçalo

## ● MATOSINHOS

Reunião de militantes com a participação de Henrique de Sousa: dia 15 às 21h30, na Esc. Sec. do Padrão da Légua.

## ● NOVELAS

Sessão-debate na Junta de Freguesia: dia 16 às 21h30

## ● PAREDES

Reunião de militantes em Parada de Todola: dia 16 às 21h30, na Junta de Freguesia, com a participação de Emídio Ribeiro : dia 16 às 21h30

## ● SEBOLIDO

Debate na Junta de Freguesia: dia 18 às 10h30.

## Distrito de SANTARÉM

## ● ALMEIRIM

Debate público com a participação de António José Ganhão: dia 16 às 21h30, na Biblioteca Municipal.

## ● ABRANTES

Debate público com Sérgio Ribeiro: dia 15 às 21h30 na JF de S. Vicente

## ● RIO MAIOR

Debate público com Luísa Mesquita: dia 16 às 21h30 no Auditório Municipal

## ● TORRES NOVAS

Debate público com Agostinho Lopes: dia 15 às 21h30 no Museu Municipal

Carlos Carvalhas  
na Campanha SIM às Regiões!

## no Algarve

## Quinta-feira, dia 15

Debate com os estudantes no Anfiteatro da Universidade, de Ciências Exactas e Humanas - às 16h  
Contactos com a população, na R. Sto. António, em Faro - às 18h  
Jantar-convívio na COOPPOFA - às 20h  
(Às 15h30, encontro com o Reitor da Univ. do Algarve)

## em Lisboa

## Segunda-feira, dia 19

Encontro debate sobre a regionalização promovido pelo Sector Intelectual da ORL no CT Vitória, às 21h30

## Terça-feira, dia 20

Encontro do PCP com dirigentes do Movimento Sindical e Associativo dos distritos de Lisboa e Setúbal sobre "A regionalização e o actual momento político" na Casa do Alentejo, às 18h30

## em Sintra

## Terça-feira, dia 20

Jantar-convívio de apoio à regionalização no Cacém (Restaurante Minabela, junto à estação da CP) - às 20h

## Distrito de SETÚBAL

## ● ALCÁCER DO SAL

Sessão de esclarecimento em Sta. Catarina: dia 16 às 21h. Porta-a-porta em Sta. Susana e almoço-convívio no Barrancão: dia 18

## ● ALCOCHETE

Sessão de esclarecimento na Esc. Primária do Passil: dia 16 às 21h.

## ● ALMADA

Sessões de esclarecimento: dia 16 às 21h no Polivalente do Pragal (Centro de Dia da URPICA) e no Clube Figueirinhas (Cacilhas), dia 17 às 16h na Soc. Recr. Vale Figueira (Sobreda) e às 15h30 na Cooperativa Piedense (Cova da Piedade), dia 18 às 15h30 nos Amigos da Costa (Costa da Caparica)

Plenários, todos no no CT concelhio, das organizações de Cova da Piedade (dia 16, 21h), de Quadros Jovens (dia 16, 18h), Laranjeiro (dia 17, 15h30), Células TST (dia 17, 18h), Ensino (dia 19, 21h), Arsenal (dia 20, 18h).

Almoço-convívio e debate no CT da Charneca (dia 18 às 13h)

## ● GRÂNDOLA

Sessão de esclarecimento em Vale Pereiro/Bairro da Estação (dia 16 às 21h9 e em Lousal (dia 17).

## ● MOITA

Sessão de esclarecimento na sede dos Reformados da Zona Norte da Baixa da Banheira: dia 17 às 15h

## ● MONTIJO

Jantar-convívio no CT de Sarrilhos Grandes: dia 17 às 19h30.

## ● PALMELA

Sessões de esclarecimento: dia 15 às 21h em Palmela, dia 16 às 21h em Cabanas e Poceirão, dia 17 na Palhota.

## ● SANTIAGO DO CACÉM

Sessões de esclarecimento dia 16 às 21h em Sto. André (Escola) e Relvas Verdes. Almoço-convívio no domingo em Vila Nova de Sto. André.

## ● SEIXAL

Sessões de esclarecimento no Independente F.C. Torrense (dia 16 às 21h), na Casa do Povo de Corroios (dia 16 às 21h), no Clube Recr. e Cultural do Casal do Marco (dia 17 às 21h), no centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho (dia 17 às 15h), no Clube Desp. e Recreativo Águas Unidas (dia 17 às 21h). Plenário de militantes de Fernão Ferro: dia 18 às 15h.

## ● SINES

Sessão de esclarecimento na Com. Moradores do Bairro Marítimo: dia 21.

## Distrito de VILA REAL

## ● VILA REAL

Sessão de esclarecimento com a participação de Luís Sá: dia 17 às 15h, no Centro Cultural.

FIM  
DO BLOQUEIOSolidariedade  
com o povo de Cuba

Porto - 17 de Outubro  
Por ocasião da Cimeira  
Ibero-Americana

Concentração - desfile - 16h00  
Espectáculo de solidariedade - 21h30

## Excursões

## Distrito de LISBOA

(Informações e inscrições no CT Vitória ou em qualquer CT da ORL)

## Concelho de Cascais

com partida nos Sasseiros (junto ao café do Santos) e paragens em Rebelva (Rotunda - na entrada do LIDL), Parede (junto aos Bombeiros), Rana (Largo), Tires (Alto Tires), Manique (Ponte, frente à oficina de motos), Alcabideche (junto aos Bombeiros) e Cascais (Av. 25 de Abril - paragem)  
Partida dos Sasseiros, às 7h30 - Regresso às 21h00

## Concelho de Lisboa

com partida do Centro de Trabalho Vitória às 8h00  
O regresso será às 20h00  
para quem não assiste ao espectáculo e às 24h00 para quem assiste  
(Bilhetes à venda nos CTs da ORL)

## Concelho de Loures

com partida em Odivelas (Largo da Rodoviária) e paragens em Santo António dos Cavaleiros e Sacavém (paragem do autocarro para o Campo Grande, junto ao Jardim)

## Concelho de Oeiras

com partida de Queijas e paragens em Carnaxide, Linda-a-Velha, Algés, Cruz Quebrada, Paço D'Arcos, Oeiras, Porto Salvo, Barcarena:  
Partida de Queijas às 07h30 - Regresso às 23h30  
Preço: 3.000\$00  
(O espectáculo custa mais 1000\$00)  
Inscrições: Tels. 411 57 46 - 418 32 12

## Concelho de Sintra

com partida de Centro de Trabalho do Algueirão e paragens no CT de Rio de Mouro, no CT do Cacém e em Queluz (4 caminhos - paragem das camionetas)  
Partida de Algueirão às 8h00 - Regresso às 24h00  
Preço: 3000\$00  
(O espectáculo custa mais 1000\$00)

## Distrito de SANTARÉM

## Coruche

Com partida às 8h00 e paragens em Almeirim e Alpiarça

## Torres Novas

Com partida às 11h30

As inscrições são feitas nas organizações concelhias, através dos n.ºs  
Alpiarça - 54268; Coruche - 62518; Couço - 65181; Santarém - 23633 e Fax - 24533; Torres Novas - 22050

## CORRIDA CONTRA O BLOQUEIO

Dia 18 de Outubro - 11h00  
(Prova aberta a federados ou não, a partir dos 16 anos)  
Partida e chegada junto ao Parque da Cidade, na Av da Boavista  
Inscrições até 15 de Outubro, às 17h00  
na União dos Sindicatos do Porto (USP)  
Rua de Santa Catarina, 922 (tel.: 2080752 e Fax: 2054071)

## JCP / Porto

«Petiscada» no CT de Matosinhos, no dia 17 a partir das 19h00  
donde se parte para o desfile e o concerto



## REUNIÃO DE QUADROS DO SECTOR DA SAÚDE DA ORL

"Questões da política de saúde e questões sindicais e socio-profissionais dos trabalhadores da saúde"

Dia 16 às 21h no CT Vitória com a participação de Edgar Correia

## Plenário de militantes do Sector de Serviços:

## A nova ordem internacional

## - reflexos na política nacional e internacional

com a participação de José Casanova

CT Dq. de Loulé - Hoje, dia 15, às 19h30

## Assembleia da Organização da Célula da SOREFAME

com a participação de ÁLVARO CUNHAL

Dia 17, às 10h, no Recreios da Amadora

Almoço-convívio no CT da Amadora, às 13h.

4ª Assembleia da Organização da Célula  
dos Trabalhadores Comunistas da CM da Amadora

Dia 16, às 17h, no CT da Amadora

Debate público sobre o Pacote laboral:  
com Jerónimo de Sousa

Cacia - Junta de Freguesia - Dia 16 às 21h30

Reunião de quadros sindicalistas  
com a com a DOR Aveiro e Jerónimo de Sousa:

dia 16 às 10h, no CT de Aveiro

## Portugal 2000

Sistema Educativo em Mudança - Com que rumo?  
- debate promovido pelo PCP na Casa Municipal de Cultura de Coimbra  
Quinta-feira, 15, às 21h30

TELEVISÃO

Quinta, 15

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.00 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.45 Esmeralda  
 15.45 Ilusões  
 16.45 TV Verdade  
 18.10 Chiquititas  
 19.00 País País  
 19.45 País Regiões  
 20.00 Telejornal

Sexta, 16

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.00 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.45 Esmeralda  
 15.40 Ilusões  
 16.45 Infantil  
 18.10 Chiquititas  
 19.00 País País  
 19.45 País Regiões  
 20.00 Telejornal

Sábado, 17

- RTP 1**  
 08.00 Infantil/Juvenil  
 11.20 Blake e Mortimer  
 12.20 Made in Africa  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.40 Top +  
 14.55 Simpsons  
 15.30 Saber e Fazer  
 16.10 Boy Meets World  
 16.45 Primeira Vez  
 18.10 Estrada Viva  
 18.45 Há Horas Felizes  
 20.00 Telejornal  
 21.10 O Testamento do Sr. Napumoceno  
 22.10 Dia Mundial da FAO  
 24.00 86-60-86  
 00.35 24 Horas  
 01.15 Limites do Terror  
 02.10 Royce, Agente Secreto  
 (de Rod Holcomb, EUA/1993, com James Belushi, Chelsea Field, Miguel Ferrer, Peter Boyle. Aventura)

Domingo, 18

- RTP 1**  
 08.00 Infantil / Juvenil  
 11.30 Companhia dos Animais  
 12.20 Mais Saúde  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.35 Made in Portugal  
 15.00 Kung Fu  
 15.55 Que Vida Esta!  
 17.15 Assalto à Televisão  
 18.45 Casa Cheia  
 18.30 Jet 7  
 19.30 Domingo Desportivo  
 20.00 Telejornal  
 20.55 Futebol: F.C. Porto-Boavista  
 22.30 Domingo Desportivo  
 24.00 Millennium  
 01.00 24 Horas

- RTP 2**  
 09.30 Novos Horizontes  
 10.30 Missa  
 11.50 Verão Africano  
 12.50 Programa não designado  
 13.30 Jornal d'África  
 14.00 Desporto 2  
 18.30 Musical  
 19.00 Bom Bordo  
 19.30 Artes e Letras - «Arthur C. Clarke»  
 20.30 O Gelo da Morte  
 22.00 Jornal 2  
 22.30 Horizontes da Memória  
 23.00 Ópera: «Macbeth»  
 23.55 Vidas do Século: «Krushtchev»

- SIC**  
 08.30 Buêrére  
 11.55 BBC - Vida Selvagem  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Feita Por Encomenda  
 (de Francis Weber, EUA/1992, com Mathew Broderick, Jeffrey Jones, Heidi Kling. Comédia)  
 16.00 A Ilha Misteriosa  
 17.20 Tin Cup  
 (de Ron Shelton, EUA/1995, com Kevin Kostner, René Russo, Don Johnson. Comédia)  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Furor  
 22.15 Ficheiros Clínicos  
 23.30 Uma Mulher de Sonho  
 (de Harold Becker, EUA/1996, com Al Pacino, John Cusak, Bridget Fonda, Danny Aiello. Ver Destaque)  
 00.40 Último Jornal  
 01.15 Dra. Quinn  
 02.15 Portugal Radical

- TVI**  
 10.00 Animação  
 10.30 Novos Ventos  
 11.00 Missa  
 13.00 Portugal Português  
 14.00 Geo: Os Olhos do Mundo  
 15.00 Adultos à Força  
 16.00 O Homem Que Queria Ser Rei  
 (de John Huston, EUA/1975, com Sean Connery, Michael Caine, Christopher Plummer. Aventura. Comédia)  
 18.30 A Lenda de Guilherme Tell  
 19.30 Futebol (Campeonato Italiano)  
 21.15 Directo XXI  
 22.00 O Rosto da Lei  
 23.00 Marcas do Assassino  
 (de Harvey Frost, EUA/1995, com Kelly Lebrock, Wolf Larson, James Brolin. Drama)  
 01.00 O Tambor  
 (de Volker Schlöndorff, Alem.-França/1979, com David Bennet, Mario Adore, Angela Winkler. Drama)

**Sinatra nos melhores anos: a segunda parte da série na próxima quarta-feira**



Segunda, 19

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.00 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.45 Esmeralda  
 15.45 Jet Set  
 16.20 O Amigo Público  
 18.10 Chiquititas  
 19.00 País País  
 19.45 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.45 Contra Informação  
 20.55 Nós, os Ricos  
 21.30 Concerto - Os Três Tenores em Paris  
 00.30 Vidas Proibidas (Ballet Rose)  
 01.35 24 Horas  
 02.25 Espiões de Classe

Terça, 20

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.00 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.45 Esmeralda  
 15.45 100 Mais  
 16.25 O Amigo Público  
 18.10 Chiquititas  
 19.00 País País  
 19.45 País Regiões  
 20.00 Telejornal  
 20.55 Excentricidades Amigos  
 21.30 Herman 98  
 23.30 Reportagem: «Regionalização»  
 01.35 24 Horas  
 02.25 Rotações  
 03.00 Poltergeist

Quarta, 21

- RTP 1**  
 08.00 Infantil  
 10.00 Malha de Intrigas  
 11.00 Praça da Alegria  
 11.30 Culinária  
 13.00 Jornal da Tarde  
 13.45 Consultório  
 14.45 Esmeralda  
 15.45 86-60-86  
 16.25 O Amigo Público  
 18.10 Chiquititas  
 19.00 País País  
 19.15 País Regiões  
 19.30 Futebol (Liga dos Campeões)  
 21.40 Telejornal  
 22.15 Contra Informação  
 22.35 Debora  
 23.10 Liga dos Campeões  
 00.30 24 Horas  
 01.30 Sinatra  
 - Os Melhores Anos (II)



Jack Lemmon, um grande actor de teatro e de cinema, é a "Lenda de Hollywood" da semana

- 20.45 Contra Informação  
 20.55 As Lições do Tonecas  
 21.30 Maria Elisa  
 23.20 24 Horas  
 00.10 Os Crimes do Dragão  
 (de Michael Pressman, EUA/1989, com George Peppard, Ursula Andress, Charles Haid. Policial)

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.30 A Vida É um Zoo  
 16.25 Departamento de Homicídios  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Um, Dó, Li, Tá  
 19.35 Hugo  
 20.05 A Nave Vermelha  
 20.35 Portugalmente  
 21.05 Murphy Brown  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Rookie, Um Profissional em Perigo  
 (de Clint Eastwood, EUA/1990, com Clint Eastwood, Charlie Sheen, Raul Julia, Sónia Braga. Policial)  
 00.55 Camp Memories

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 12.00 Repetições  
 12.30 Primeiro Jornal  
 13.30 O Juiz Decide  
 14.30 Fátima Lopes  
 16.30 Vidas Cruzadas  
 17.40 Corpo Dourado  
 18.50 Era Uma Vez  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Moda Paris  
 21.00 Torre de Babel  
 22.00 Cantigas de Mal-Dizer  
 23.15 Grande Reportagem  
 00.15 Último Jornal  
 02.15 Sentinela  
 03.45 Vibrações

- TVI**  
 08.45 TVI Jornal  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.10 Animação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.15 Mulher Perigosa  
 15.05 Maria José  
 15.50 Caminhos Cruzados  
 16.45 Animação  
 18.10 Gémeas  
 19.00 Pretender  
 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ficheiros Secretos  
 23.00 O Enigma da Serpente  
 (de Anwar Kawadri, Gr.Bret./1989, com Jeff Fahey, Camilla More, Spiros Focas. Aventura)  
 01.20 Seinfeld  
 02.50 A Voz do Desejo  
 (de Elia Kazan, EUA/1956, com Karl Malden, Carroll Baker, Eli Wallach. Drama. Ver Destaque)

- 20.55 Jet Sete  
 21.30 A Casa dos Fanicos  
 22.35 Serviço de Urgência  
 23.30 Index  
 00.10 24 Horas  
 01.00 Máquinas  
 01.35 Ciclo Mortal  
 (de Pierre David, EUA/1995, com Kim Delaney, Gary Hudson, Tobin Bell. «Thrillers»)

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.30 A Vida É um Zoo  
 16.35 Departamento de Homicídios  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Um, Dó, Li, Tá  
 19.30 Hugo  
 20.05 A Nave Vermelha  
 20.35 Portugalmente  
 21.05 O Riso ao Poder  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Imperdoável  
 (de Clint Eastwood, EUA/1992, com Clint Eastwood, Gene Hackman, Morgan Freeman, Richard Harris. Western. Ver Destaque)  
 01.00 As Teias da Lei

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 12.00 repetições  
 12.30 Primeiro Jornal  
 13.30 O Juiz Decide  
 14.30 Fátima Lopes  
 16.30 Vidas Cruzadas  
 17.40 Corpo Dourado  
 18.50 Era Uma Vez  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Moda Paris  
 21.00 Ponto de Encontro  
 22.00 Torre de Babel  
 23.30 Afrodisia  
 24.00 Donos da Bola  
 02.30 Último Jornal  
 03.25 Vibrações

- TVI**  
 08.45 TVI Jornal  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.10 Animação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.15 Mulher Perigosa  
 15.05 Maria José  
 15.50 Caminhos Cruzados  
 16.45 Animação  
 18.10 Gémeas  
 19.00 Pretender  
 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 As Teias da Máfia  
 23.00 Polícias e Ladrões  
 24.00 Sem Protecção  
 (de Larry Shaw, EUA/1995, com Joanna Kerns, Anthony John Denison, Peter MacNeill. Thriller)  
 02.00 Seinfeld  
 02.30 Ponto Final  
 03.00 Um Rosto na Multidão  
 (de Elia Kazan, EUA/1957, com Andy Griffith, Patricia Neal, Walter Mathau, Lee Remick. Ver Destaque)

- RTP 2**  
 09.00 Universidade Aberta  
 12.00 Magazine  
 12.45 Música Maestro - Orquestra Juvenil da CE  
 13.30 Dinheiro Vivo  
 14.00 Parlamento  
 15.00 Desporto 2  
 18.35 Desporto 2 Círculos no Sol  
 19.45 2001  
 20.25 Tenchi Muyo  
 20.55 Onda Curta  
 (Os Primeiros Filmes Coloridos - de Itália, França, Estados Unidos, entre 1897 e 1928. Curtas metragens)  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 O Lugar da História  
 23.35 A Vingança de Yakuza  
 (de Takashi Ishii, Japão/1995, com Koichi Sato, Masahiro Motoki. Policial / Acção)  
 00.55 Lendas de Hollywood - «Jack Lemon»

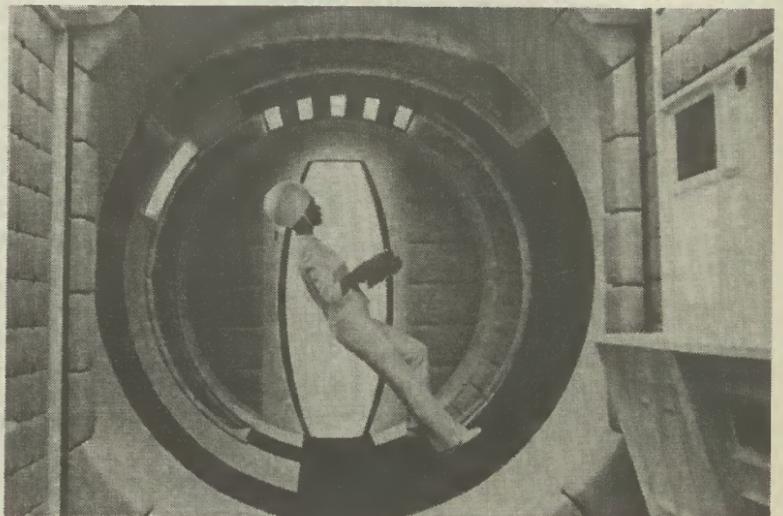
- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 11.55 O Nosso Mundo  
 13.00 Primeiro Jornal  
 13.40 Um Verão Louco  
 (de Steve Holland, EUA/1986, com John Cusak, Demi Moore. Comédia.)  
 15.40 Xena



Rita Ferro Rodrigues, da equipa de "Portugalmente", que quase todos os dias vale a pena ver

- 16.50 Walker  
 18.00 Que Sorte Malvada!  
 (de Nadja Tass, EUA/1991, com Martin Short, Danny Glover, Sheila Kelly. Comédia)  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Mundo VIP  
 22.00 Big Show Sic  
 00.15 Benfica-Alverca  
 02.05 Último Jornal  
 02.40 A Falsa Condessa  
 (de Ron Larmorgorgino, EUA/1994, com Tea Leoni, David Becroff. Comédia)

- TVI**  
 08.45 TVI Jornal  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.00 Animação  
 13.35 Contra-Ataque  
 14.40 Feedback  
 15.35 Sétimo Céu  
 16.30 Doido por Ti  
 17.00 Encontro Inesquecível  
 (de Blake Edwards, EUA/1987, com Kim Basinger, Bruce Willis, Williams Daniels. Comédia)  
 19.00 Aventuras no Pacífico  
 20.00 Flipper  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Desaparecido  
 (de Paul Schneider, EUA/1997, com Patty Duke, Kelly Rowan, Robert Floyd. Drama. Telefilme)  
 24.00 Alta Velocidade  
 (de Lev Spiro, EUA/1996, com Steve Guttenberg, Robert Wagner, Kaela Meadows. Acção)  
 01.50 América, América  
 (de Elia Kazan, EUA/1963, com Stais Gialletis, Frank Wolff, Harry Davis, Elena Karam. Drama)



Arthur C. Clark, o cientista que todos conhecemos como argumentista de "2001 - Odisséia no Espaço" é retratado no "Artes e Letras" desta semana

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.30 A Vida É um Zoo  
 16.35 Departamento de Homicídios  
 17.30 Madeira  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Um, Dó, Li, Tá  
 19.35 Hugo  
 20.05 A Nave Vermelha  
 20.35 Portugalmente  
 21.05 Sarilhos com Elas  
 21.35 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Jornal Falado  
 23.50 O Céu Não Pode Esperar  
 (de William S. Bartman, EUA/1981, com Edward Asner, Mariette Hartley, Jodie Foster. Comédia)  
 01.25 Pequenas Histórias de Amor

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 12.00 Repetições  
 12.30 Primeiro Jornal  
 13.30 O Juiz Decide  
 14.30 Fátima Lopes  
 16.30 Vidas Cruzadas  
 17.40 Corpo Dourado  
 18.50 Era Uma Vez  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Moda Paris  
 21.00 Médico de Família  
 22.00 Torre de Babel  
 23.30 Cobra - O Braço Forte da lei  
 (de George Pan Cosmatos, EUA/1986, com Sylvester Stallone, Brigitte Nielsen, Reni Santoni. Acção)  
 01.30 Último Jornal  
 02.05 Cruz Vermelha - As Ligações Perigosas  
 03.35 Vibrações

- TVI**  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.10 Animação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.15 Mulher Perigosa  
 15.00 Maria José  
 15.50 Caminhos Cruzados  
 16.45 Animação  
 18.10 Gémeas  
 19.00 Pretender  
 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 O Predador  
 (de John McTiernan, EUA/1987, com Arnold Schwarzenegger, Carl Weathers, Bill Duke, Jesse Ventura. Aventura/Fantástico)  
 00.20 Golo  
 01.45 Seinfeld  
 02.15 Feedback

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.30 A Vida É um Zoo  
 16.35 Departamento de Homicídios  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Um, Dó, Li, Tá  
 19.35 Hugo  
 20.05 A Nave Vermelha  
 20.35 Portugalmente  
 21.05 Betty Boop  
 21.30 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Bugs Malone  
 (de Alan Parker, Gr.Bret./1976), com Scott Baio, Jodie Foster, Florrie Dugger. Comédia)  
 00.35 Encontros Imediatos

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 12.00 Malucos do Riso  
 12.30 Primeiro Jornal  
 13.30 O Juiz Decide  
 14.30 Fátima Lopes  
 16.30 Vidas Cruzadas  
 17.40 Corpo Dourado  
 18.50 Era Uma Vez  
 20.00 Jornal da Noite  
 20.55 Moda Paris  
 21.00 Médico de Família  
 22.00 Torre de Babel  
 23.30 Cobra - O Braço Forte da lei  
 (de George Pan Cosmatos, EUA/1986, com Sylvester Stallone, Brigitte Nielsen, Reni Santoni. Acção)  
 01.30 Último Jornal  
 02.05 Cruz Vermelha - As Ligações Perigosas  
 03.35 Vibrações

- TVI**  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.00 Animação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.15 Mulher Perigosa  
 15.00 Maria José  
 15.50 Caminhos Cruzados  
 16.45 Animação  
 18.10 Gémeas  
 19.00 Pretender  
 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ally McBeal  
 23.00 Rasputine  
 (de Uli Edel, EUA/1996, com Alan Rickman, Greta Scacchi, Ian McKellen. Drama)  
 01.15 Seinfeld  
 01.15 Lanterna Mágica  
 02.20 Ponto Final

- RTP 2**  
 15.00 Informação Gestual  
 15.30 A Vida É um Zoo  
 16.35 Departamento de Homicídios  
 17.30 Euronews  
 18.00 Informação Religiosa  
 18.30 Um, Dó, Li, Tá  
 19.30 Hugo  
 20.05 A Nave Vermelha  
 20.35 Portugalmente  
 21.05 Simpsons  
 21.35 Remate  
 22.00 Jornal 2  
 22.35 Acontece  
 22.50 Caminhos Cruzados  
 (de Tony Bill, EUA/1987), com Jodie Foster, Tim Robbins, Todd Graff James, John Turturro. Drama. Ver Destaque)  
 01.30 Sinais do Tempo

- SIC**  
 08.00 Buêrére  
 12.00 Malucos do Riso  
 12.30 Primeiro Jornal  
 13.30 O Juiz Decide  
 14.30 Fátima Lopes  
 16.30 Vidas Cruzadas  
 17.40 Corpo Dourado  
 18.50 Era Uma Vez  
 20.00 Jornal da Noite  
 21.00 Bom Baião  
 22.00 Polícias à Solta  
 22.00 Torre de Babel  
 23.15 Crossfire  
 00.20 Último Jornal  
 00.55 Conversas Secretas  
 02.25 Vibrações

- TVI**  
 09.10 S.O.S. Urgências  
 10.00 Animação  
 13.30 TVI Jornal  
 14.15 Mulher Perigosa  
 15.00 Maria José  
 15.50 Caminhos Cruzados  
 16.45 Animação  
 18.10 C-16  
 19.00 Pretender  
 20.00 As Novas Aventuras do Super Homem  
 21.00 Directo XXI  
 22.00 Ally McBeal  
 23.00 Rasputine  
 (de Uli Edel, EUA/1996, com Alan Rickman, Greta Scacchi, Ian McKellen. Drama)  
 01.15 Seinfeld  
 01.15 Lanterna Mágica  
 02.20 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## A Voz do Desejo

(Quinta, 02.50, TVI)

Num aparente regresso, embora desajeitado, à sua primeira vocação de veículo de cinema de qualidade, a TVI tem vindo a programar uma série de títulos de referência. Esta semana, são três obras de Elia Kazan, evidentemente guardadas para cinéfilos inamovíveis, que têm que esperar pelas 2-e-50, 3 horas e 1-e-50 para verem o seu filme... Hoje, é *A Voz do Desejo*, regresso do realizador à colaboração com Tennessee Williams e a sufocantes universos sulistas, com a história de uma rapariguinha casada com um homem muito mais velho que decide "respeitá-la" e aguardar pelos seus vinte anos para consumir o matrimónio. Mas outro homem vem rondar e despertar o desejo dessa "baby doll" que deu título original ao filme e haveria de ficar, nesses anos, como sinónimo de adolescente provocante. As ligas de decência manifestaram-se contra a "lascívia" patente e mesmo a imprensa e

primeiro plano da popularidade. Contratado pela estação, o "animador" transforma-se gradualmente num indivíduo ainda mais corrupto que os seus próprios captores de ontem e, de escalada em escalada, acaba por formar um corpo de elite reaccionário. Para muitos, Elia Kazan assina aqui o seu melhor filme de sempre, agora denunciando o poder dos media, o mito do êxito a qualquer preço, o embuste da publicidade, o elogio das aparências, o estatuto de privilégio das vedetas. O facto é que hoje, quatro décadas mais tarde, nada parece mais actual...

## América, América

(Sábado, 01.50, TVI)

Inspirado pela própria experiência da sua família, este clássico de Elia Kazan conta-nos a saga de um jovem grego e das perseguições que sofreu por parte dos turcos até partir em demanda da «terra de todas as oportunidades» - a América. Embora a distribuição dos intérpretes seja desastrosa - em particular no que toca a personagem principal - é fora de dúvida que o filme nos esmaga por vezes pela beleza das imagens e pelo carácter épico de algumas sequências, como são, pela autenticidade, as cenas de massas. Revisitação da infância e da adolescência (que, na realidade, Kazan ele próprio já viveu na América), o filme tem a marca do testamento ou da memória derradeira, e seria de facto a última obra de fôlego do autor. Para além da cenografia de Gene Calahan, que obteve um Oscar da especialidade, são de destacar duas grandes interpretações de dois secundários: Paul Mann e Linda Marsh.

## Uma Mulher de Sonho

(Domingo, 23.30, SIC)

«História de fadas» à maneira do nosso tempo, este filme é dos tais em relação aos quais quaisquer preconceitos éticos devem ser postos rigorosamente de lado! O que acontece é que um milionário arrogante, autoritário e frio (Richard Gere), encontrando-se em Los Angeles para abundantes e complexas reuniões de negócios, tem a necessidade de se apresentar em público com uma companhia feminina que dê bom tom à sua postura, e em relação à qual não haja risco de ligação futura. Assim, e como em qualquer outra situação da sua vida «profissional», a solução é contratar e pagar os serviços de uma belíssima *call girl* que encontra em Hollywood Boulevard e investir numa completa renovação do guarda-roupa desta. E, o que se segue é que é o melhor da fita! Não só a promissora rapariga se revela absolutamente fabulosa para o papel que lhe era exigido, como os seus palpites, apoiados no sentido prático da vida, são algo a que o nosso milionário não vai poder resistir. E nós, com ele. O certo é que Julia Roberts, no final, "à civil", com aquela sua ainda hoje clássica fardeta *jeans+t-shirt* branca+blazer preto tornou-se uma espécie de protótipo das raparigas e mulheres de todo o mundo que são (ou querem parecer) simples, sadias, autênticas...



Os três principais intérpretes de "A Voz do Desejo"



Fotograma de "Um rosto na Multidão"



Julia Roberts, "Um Sonho de Mulher"

alguma crítica achou que Kazan passara das marcas. De facto, Kazan volta a afirmar-se mestre na criação de climas intensos e na direcção de actores - de Karl Malden e sobretudo de Carrol Baker, cujo talento jamais seria tão brilhantemente revelado como neste seu primeiro filme.

## Imperdoável

(Sexta 22.50 RTP2)

No final no ciclo que lhe foi dedicado pela RTP2 surge naturalmente o filme que consagrou Clint Eastwood como um grande autor de cinema, e justamente num *Western*, como se toda a sua vida de cowboy do cinema, quase toda feita de muitas más e medianas fitas não tivesse sido senão a aprendizagem deste filme depurado, este *Western-anti-Western* em que nada está a mais - da narrativa às personagens, mesmo na explicitação da violência extrema (a cena da tortura de Ned, o ajuste final) que percorre o filme. Eastwood haveria de arrecadar com ele o melhor dos Oscars desse ano de 1992, consagrando-se como autor (e actor) mas deixando também brilhar outros talentos - os actores Gene Hackman, Morgan Freeman, o argumentista David Webb Peoples.

## Um Rosto na Multidão

(Sexta 03.00 TVI)

A sobrinha do proprietário da estação de televisão de uma pequena cidade realiza uma reportagem junto de vários sectores da população para o programa *Um Homem na Multidão* e, ao preparar uma das emissões, descobre na prisão local um sujeito, meio vagabundo meio poeta, encarcerado por falsos motivos. O certo é que ao fazer deste prisioneiro o fulcro do seu programa de televisão, ela o transporta para o



Clint Eastwood, o realizador que "Imperdoável" consagrou

## CABO & SATÉLITE

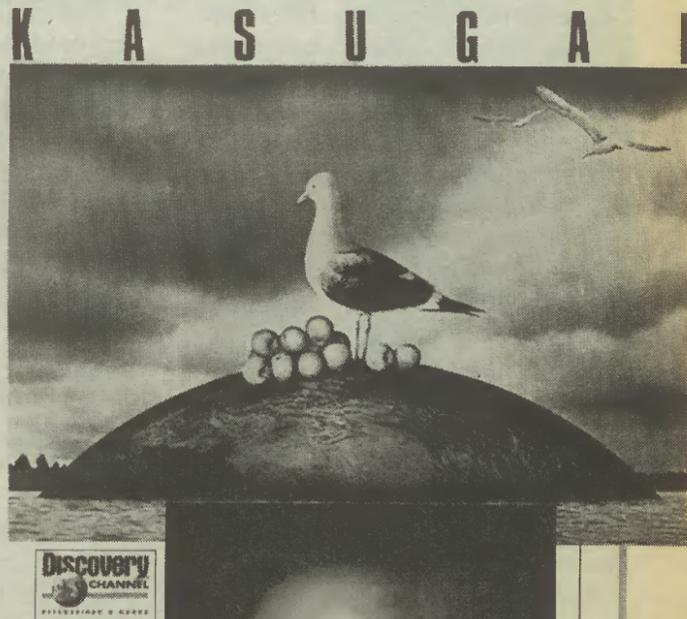
### Fidel na CNN

No próprio dia em que começa no Porto a Cimeira Ibero-Americana, a CNN transmite um programa especial sobre Cuba, durante o qual se anuncia a revelação, facultada pelo Estado cubano, de documentos inéditos sobre a chamada "crise dos mísseis" de 62, e a divulgação de uma entrevista exclusiva, recentemente concedida por Fidel Castro à estação. Amanhã, dia 16, às 21 horas, com repetição no domingo às 19.



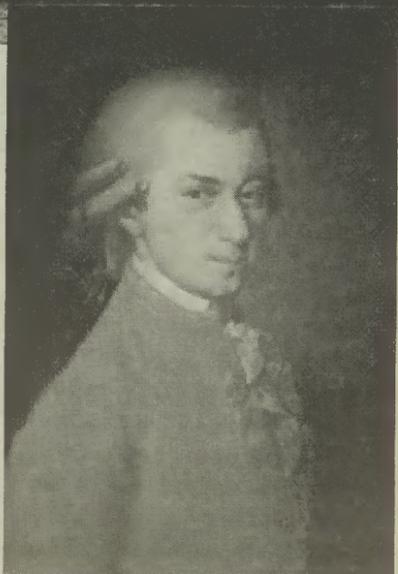
### Radiografias da Terra

Documentários de excelente nível científico e pedagógico pontuam a programação de vários canais. É até o caso, que assinalámos já, do Panda, que transmite diariamente às 21 horas um documentário do monumental acervo do National Geographic; e é, com especial destaque esta semana, o Discovery, que vai dar a conhecer na próxima segunda-feira às 14 horas aquilo a que chamou *Arqueologia através do céu* - a revelação feita do céu, e de bordo de satélites artificiais, tratada por raios X e outros meios tecnológicos, daquilo que na Terra não podemos, não sabemos ou não queremos ver. Resultados surpreendentes de uma investigação que começou por ser de espionagem militar mas que deve ser posta ao serviço da Terra e da Paz.



### Festival Mozart

No próximo fim de semana o Muzzik é Mozart. Sábado das 7 e 45 da manhã até à madrugada de domingo (à 1 e 25 tem início "Don Giovanni"), e no domingo das 8 da manhã às 4 da madrugada, grandes instrumentistas, cantores e maestros e a grande música de Mozart, além de documentários sobre a sua vida e obra, preenchem integralmente a programação do canal. No Sábado, duas Sonatas, Idomeneo, As Bodas de Figaro, Don Giovanni, uma hora de Mozart tocado por Richter (às 18 horas); no Domingo, duas Sinfonias, a voz de Fisher-Dieskau, Quartetos, *Così Fan Tutte*. Com A Flauta Mágica a encerrar (às 3 e 25 da manhã), e o Requiem às 20 horas.



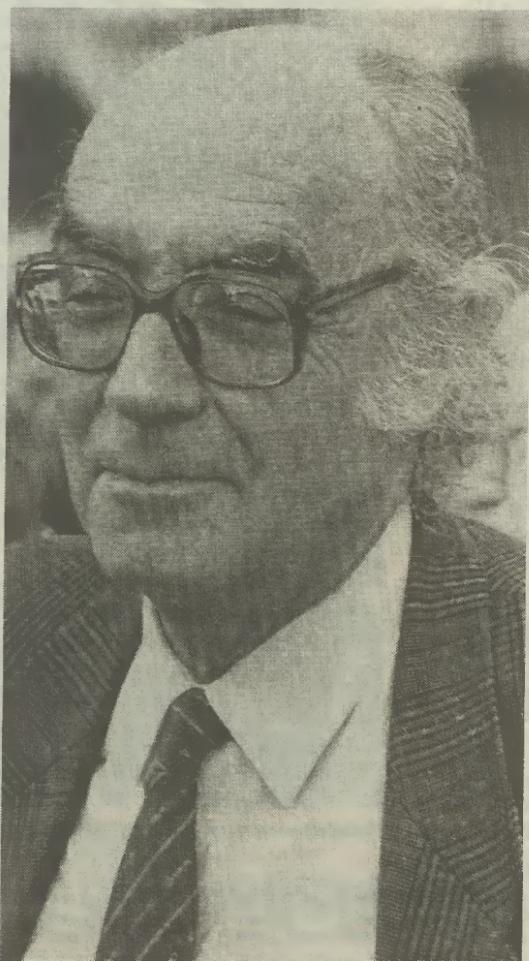
# Um nobel para a honradez

Há algumas semanas, não muitas, o canal brasileiro CNG transmitiu uma entrevista com José Saramago. A dada altura, já perto do final, a jovem entrevistadora perguntou, com a estranheza que sempre tem acompanhado a pergunta, por que é que um homem como José Saramago continuava a ser e a dizer-se comunista. O escritor respondeu, com a tranquilidade do costume: «- Porque não há outra coisa.» Não sei se a jornalista entendeu a resposta que, contudo, tem para mim e para muitos milhares mais um significado transparente: é-se comunista porque essa é uma opção sem alternativa para quem, sendo lúcido e querendo assumir a sua quota de responsabilidade no mundo, se recusa à tentação de trair todos os outros em proveito de si próprio.

É sabido que nos últimos anos a mesma questão foi abundantemente posta a Saramago que sempre serenamente reafirmou a sua militância comunista. Sabe-se também, ou pelo menos adivinhar-se-á facilmente, que essa serenidade não foi tão fácil quanto pode parecer. Como alguns outros, mais talvez que todos os outros, Saramago foi pressionado para se «arrepender», assediado, alvo de tentativas várias de aliciamento. Mesmo a sua repetida preterição na atribuição do Nobel, sempre precedida de rumores segundo os quais «dessa vez» podia ser, acabou por ter o significado de uma tácita chantagem. Qualquer coisa como: «- Renega o teu partido e poderás enfim receber o prémio!». Por isso a reiterada assumpção da sua condição de comunista e de militante do PCP teve o entendível sinal de uma honrada recusa, coerente com o percurso do honrado escritor, jornalista e homem que Saramago sempre foi.

## Os dias seguintes

Atribuído, finalmente, o Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, extingue-se a chantagem mas é improvável que cesse o assédio. De qualquer modo, nas horas, nos dias que se seguiram à decisão da Academia de Estocolmo, isto é, à vitória da teimosa honestidade sobre as possíveis esperanças de se conseguir um suborno, por entre o aparente júbilo unânime que inundou os media nacionais e designadamente os quatro canais portugueses de televisão, julguei entrever com nitidez bastante claros vestígios de desconforto, de acidez provocada por dificuldades de digestão. Já não falo nas declarações surgidas um pouco por todo o lado em que uns democratíssimos sujeitos se diziam radiantes pelo Nobel e felicitantes de Saramago apesar de ele ser comunista. Nem na reincidência, vergonhosa mas na verdade inevitável, de Sousa Lara no seu fundamentalismo primário e analfabeto. Falo, por exemplo, da biografia de Saramago transmitida pela SIC no próprio dia 8, injectada por doses minúsculas mas virulentas de pejoração e calúnia. Falo da ambiguidade que



TVISTO

■ Correia da Fonseca

resulta de se pôr no ar um certo número de opiniões «populares» que acusam de ser difícil e maçadora uma obra literária que é «best-seller» não apenas em Portugal, país que se sabe não ter tradições de leitura mas sempre é terra do autor, mas também em Itália e em Espanha, pelo menos. Falo até do escasso entusiasmo, de onde o aplauso estava quase de todo ausente, contido nos excertos de apreciações feitos por bonzos da nossa crítica literária e que as TV's citaram.

Para explicar tais coisas há, é claro, além do sectarismo anticomunista que se infiltra por tudo quanto é lado e que mete a um canto o tão exaustivamente badalado sectarismo dos comunistas, esse dado permanente da vida nacional que é a inveja. Entre nós, a inveja domina tudo, revela-se por vezes como a grande força capaz de mover montanhas ou quase, pelo que bem se compreende que agora surja, embora sob formas (por enquanto) cobardes contra o Nobel atribuído a Saramago. Contudo, é claro que o facto de Saramago ser um homem que traz o desassossego aos instalados, «a espada e não a paz», é um dado a ter em conta.

Escrevo antes de Saramago chegar a Lisboa, onde provavelmente falará, e muito antes do dia 10 de Dezembro em que falará em Estocolmo. Mas lembro a entrevista que deu à Rádio espanhola no passado sábado e de que a RTP transmitiu um fragmento. Nele se viu José Saramago lembrar que no mundo actual há 225 pessoas que têm um rendimento superior ao rendimento total de 2500 milhões de outras pessoas. Isto é, que este mundo, tal como está, não presta. Ou, para usar as suas claras palavras, «es una mierda»; o que cruamente aponta para a necessidade imperativa e urgente de transformá-lo. Assim, como não compreender os que, amanhando-se muito bem no mundo que indigna Saramago, dificilmente dissimulam ou de todo não escondem o incómodo que este Nobel lhes provoca?

## Sim às Regiões, Melhor Portugal Conselho Nacional reúne em Lisboa

O Movimento "Sim às Regiões, Melhor Portugal" reuniu o seu Conselho Nacional na passada terça-feira, dia 12, no Hotel Tivoli em Lisboa.

Mais de centena e meia de personalidades - dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, intelectuais, eleitos em autarquias, estudantes, artistas plásticos, músicos, médicos e outros profissionais da saúde e muitos outros cidadãos - debateram num ambiente animado e de confiança o quadro político e as tarefas da campanha do próximo referendo.

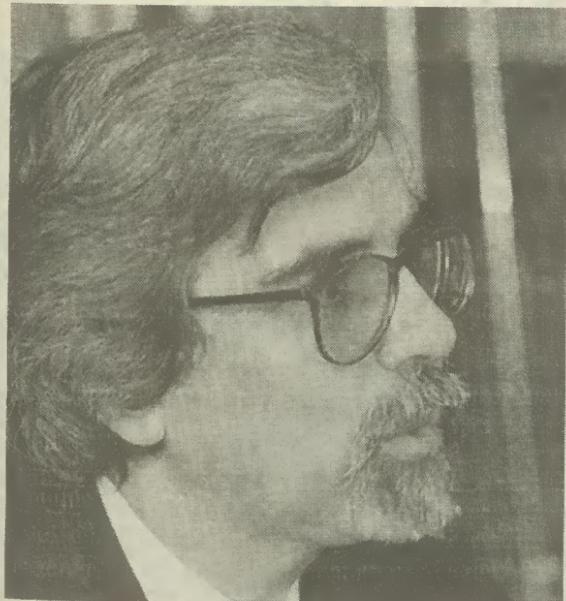
A Mesa da reunião era bem expressiva do largo leque social e político que o Movimento congrega: presidida pelo arquitecto Paulo Barral, incluía ainda Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, os professores universitários Bragança de Miranda, Nunes da Silva e José Barata Moura, reitor da UL, a actriz Fernanda Lapa, a deputada à AR pelo PEV Carmen Francisco, o realizador Luís Filipe Costa, o major Mário Tomé, o jornalista Nuno Tito de Moraes e o arquitecto Filipe Diniz.

Da Lista do Conselho Nacional do Movimento, que continua a recolher apoios e que já conta com mais de 400 adesões, destacam-se, entre outros, os seguintes nomes:

Adelino Manuel Cardoso, Adelino Paiva de Moura, Agostinho Lopes, Albertino dos Santos Almeida, Alberto Marques Midões, Alexandre Neto, Alexandre Silva, Alexandra Gonçalves, Alfredo Camões Flores, Alfredo Monteiro da Costa, Ana Catarina, Ana Cristina Ribeiro, Ana Fonseca, Ana Paula Proença Borges, André Pina, André Valente Martins, Antónia Dimas, Antonieta Almeida, António Américo da Silva Leal, António Andez, António Araújo, António Augusto Pereira, António Bentes Gil, António Borges Coelho, António Boronha, António dos Santos Gonçalves, António Duarte Ferreira, António Faria Vaz, António Gamito, António Lopes Bogalho, António Rodeia Machado, António Silva Avelãs, António Simões de Abreu, António José Ganhão, Armando da Silva Carvalho, Arménio Alves Carlos, Arnaldo António Pereira, Arnaldo Fernandes, Artur Bento Malheiro, Artur Ramos, Augusto Fidalgo, Augusto Pólvora, Avelino Fernando Bento, Basílio Martins, Bernardino Aranda Tavares, Boa Vida Amaro, Bruno Simões, Cândido Capela Dias, Carla Tremoço, Carlos Alberto Moniz, Carlos Barateiro de Sousa, Carlos Duarte Afonso, Carlos Gamito, Carlos Lopes Pereira, Carlos Marques, Carlos Martins, Carlos Mendonça Rabaçal, Carlos Santos, Carlos Silva, Carmen Isabel Francisco, Catarina Freitas, Celeste Soeiro, César Lopes, Cipriano Justo, Cláudia Magalhães Soares, Daniel Branco, Daniel Rosa de Matos, Demétrio Carlos Alves, Diogo A. Ribeiro Fernandes, Domingos Lopes, Domingos Manuel Tavares, Domingos Saraiva, Edgar Silva, Eduarda Coelho, Eduardo Anselmo de Castro, Eduardo Diniz de Almeida, Eduardo Domingos Chitas, Emília Marques, Eufrazio Filipe, Fátima Amaral, Felícia Cavaleiro Costa, Feliciano David, Fernando Canedo Ribeiro, Fernanda Lapa, Fernando Almeida Pezinho, Fernando B. Gago da Câmara, Fernando da Costa Martins, Fernando Gomes da Silva, Fernando Jorge, Fernando Nunes da Silva, Fernando Parreira Rosa, Fernando Peixinho Fernandes, Fernando Rodrigues Soares, Fernando Sobral Rodrigues, Fernando Valdez, Filipe Blanch Diniz, Filipe Lopes, Filipe Mourão, Francisco Ceia, Francisco da Costa Fernandes, Francisco Moita Flores, Francisco Norton Brandão, Francisco Silva Dias, Francisco Vaz Vitorino, Frederico Miguel Neves, Generosa Matias, Gilberto Magalhães Coutinho, Guida Vieira, Hélder Alex. Gil Guerreiro, Hélder Nobre Madeira, Helena Medina, Hélio Bexiga Viegas, Henrique Espírito Santo, Henrique Viana, Hernâni Magalhães, Hugo Carol Basto, Hugo Janeiro, Inês Züber, Isabel Almeida Castro, Isabel Camarinha, Isabel Monteiro dos Santos, Isabel Sanchez, Janita Salomé, Jaqueline Rodrigues Telo, Joana

Baginha, Joana Patrício, João Afonso, João Aguardela, João Álvaro Bau, João Andrade Santos, João Carlos Abrantes, João Eduardo Galdes, João Ferreira, João Fontes Diniz, João Gonçalves Amaral, João José de Almeida, João Lopes, João Lopes Saraiva, João Luís Madeira Lopes, João Matos Bernardino, João Mealha Tito de Moraes, João Rodrigues, João Rodrigues Vieira, João Teixeira Lopes, Joaquim Almeida da Silva, Joaquim Bonifácio, Joaquim Cunha, Joaquim da Silva Barros, Joaquim Duarte Ganizo, Joaquim F. Benito, Joaquim Granadeiro, Joaquim Matias, Joaquim Miranda, Joaquim Pólvora, Joaquim Reis Nunes, Jorge Amorim Matos, Jorge Espírito Santo, Jorge Esteves, Jorge Esteves Pires, Jorge Gordo Martins, Jorge Manuel Rebeca, Jorge Oliveira Carvalho, José Abrantes dos Santos, José Alberto Tomé, José Álvaro Moraes, José António Brinquete, José Baptista Alves, José Barata Moura, José Bragança de Miranda, José Castro, José Cruz dos Santos, José Decq Mota, José Delgado Martins, José Domingos dos Santos, José Gabriel Guiomar Joaquim, José Gonçalves Pereira, José Guilherme Gusmão, José Lopes Pereira, José Maia Nunes de Almeida, José Manuel Goulão, José Manuel Gueifão, José Manuel Jorge, José Manuel Mendes, José Manuel Osório, José Manuel Pinto Camossa, José Martinez, José Moraes e Castro, José Oliveira Garcia, José Rego Mendes, José Silva Casanova, José Silvério, José Veiga Trigo, José Viegas Neves, José Vilhena da Costa, Josina Almeida, Justino Valente, Leonel Baginha Garcia, Leonel Nunes, Lília Santos, Lília Póvoas, Lino de Carvalho, Luís Catarino, Luís Fazenda, Luís Filipe, Luís Graça, Luís Monteiro, Luís Moreira Jorge Pereira, Luís Oliveira Martins, Luís Pedrosa dos Santos Graça, Luís Viana de Sá, Luísa Bota, Luísa Irene Dias Amado, Manuel Brandão, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Coelho Gonçalves, Manuel Correia Lopes, Manuel Duran Clemente, Manuel Ferreira, Manuel Ferreira Louceiro, Manuel Glória, Manuel Maneira, Manuel Nobre Gusmão, Manuel Sá Marques, Manuel Tavares, Margarida Costa, Margarida Sobral Ornelas, Maria Adelaide P. Alves, Maria Alexandra Gonçalves, Maria Clara Canotilho Grácio, Maria Clementina Diniz, Maria de Lurdes N. Figueira, Maria do Loreto Maia, Maria Emília Sousa, Maria Fernanda Barata Dias, Maria Graça Portela Fernandes, Maria Guinot, Maria Helena Serôdio, Maria Hermínia Perdigo Louro, Maria Ilda Figueiredo, Maria Irene Ribeiro, Maria Luísa Monteiro Ramos, Maria Luísa Raimundo Mesquita, Maria Manuela Esteves, Maria Martins, Maria Odete Santos, Mariano Palma Gonçalves, Mário Alberto, Mário Augusto Sousa, Mário Jacques, Mário Jorge, Mário Tomé, Mário Ventura Henriques, Maximino Vaz Cunha, Miguel Alexandre, Miguel Almeida Terreiro, Miguel Boieiro, Miguel Carretas, Miguel Maldonado, Natália Ramalho, Norberto Barroca, Nuno Ferreira Rilo, Nuno Ramos de Almeida, Nuno Rito Fonseca, Odete Filipe, Olga Marinho Pires, Orlando Barbosa, Orlando César, Paula Xavier, Paulo Agostinho Trindade, Paulo Barral, Paulo Martins, Paulo Oliveira Suceña, Paulo Quaresma, Paulo Valadão, Pedro Andrade Canário, Pedro Barroso, Pedro Soares, Raul Fernandes de M. e Castro, Raul Silva Canal, Ricardo Simões, Rita Carraça Magrinho, Rita Carvalho, Rogério António Fernandes, Rogério Raimundo, Rosa Oliveira Xisto, Rosa Rabiais, Rui Carvalho Godinho, Rui Correia Tadeu, Rui Mateus Brioso, Rui Paixão, Rui Pedro Sá, Rui Vasco Salgado, Sebastião Fagundes, Sérgio Carrinho, Sérgio Carvalho Duarte, Sérgio Contreiras, Sérgio Ribeiro, Tiago Oliveira Ferreira, Tiago Redondo, Tiago Saraiva, Ulisses Matos da Silva Garrido, Urbano Tavares Rodrigues, Vanessa Vilela da Silva, Varela Nunes, Vicente Merendas, Victor Reis Silva, Virgílio Cardoso Alves, Vítor Almeida, Vítor Alves Agostinho, Vítor Barrocas Borrego, Vítor Carvalho da Cunha, Vítor Ferreira, Vítor Jesus, Vítor Serrão, Vladimiro Castilho de Matos.

## ESCAPARATE



## José Manuel Mendes A homenagem

O escritor **José Manuel Mendes** vai ser homenageado hoje, por iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho. O pretexto é a passagem do 50º aniversário deste autor, que é presidente da Associação Portuguesa de Escritores e foi, durante muitos anos, destacado deputado comunista na Assembleia da República. A sessão terá lugar no Salão Medieval da Universidade, e terá início com uma intervenção de Vítor Aguiar e Silva sobre a obra do autor de **Ombro, Arma!**, o livro cuja 5ª edição aqui assinalámos na passada semana. Seguidamente realiza-se uma conferência, presidida por Chainho Pereira, que culmina com o lançamento de mais uma obra de **José Manuel Mendes**, **Prelúdio de Outono**, edição do Conselho Cultural da Universidade. Espera-se também que o autor diga alguns dos seus poemas. Uma exposição biobibliográfica sobre **José Manuel Mendes** abre ao público acompanhando esta iniciativa da Universidade do Minho.

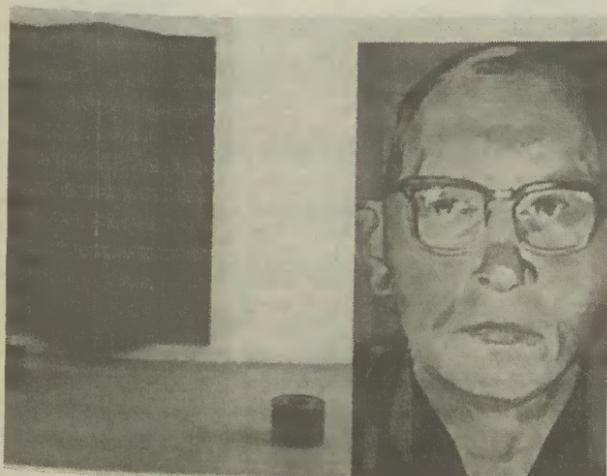
## EXPOSIÇÕES

### Para ver na Serralves

Organizada e produzida pela Fundação de **Serralves**, realiza-se pela primeira vez em Portugal uma exposição de **Luc Tuymans** e **Miroslaw Balka**. Patente ao público até 22 de Novembro, a mostra alia a obra de um pintor que constitui uma das maiores revelações dos últimos anos com a de um dos escultores mais originais da última década.

Até 22 de Novembro, na Capela da Fundação Serralves, pode ser vista a exposição de fotografias de **Luís Palma**, denominada **Paisagens Periféricas**, que é uma co-produção com os Encontros de Fotografia de Coimbra. No âmbito desta exposição realiza-se a **Oficina Urbanita**, dirigida aos terceiros e quartos anos do 1º ciclo do ensino básico, em cujas sessões os alunos irão construir maquetas de uma cidade imaginária.

Na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, está patente até 15 de Novembro uma exposição de **arte portuguesa da colecção da Fundação Serralves**, que reúne obras de artistas essenciais das últimas três décadas.



## PRÉMIO LITERÁRIO

### Conto distinguido

O Prémio Nacional de Conto Manuel da Fonseca, promovido pelo segundo ano consecutivo pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, será este ano atribuído à obra de Maria Isabel Moura, intitulada **Vinte maneiras diferentes de contar a mesma história**.

A sessão decorre no próximo sábado, na

Biblioteca Municipal, onde o grupo de teatro GATO, SA apresenta **Histórias de Malteses**. O escritor e poeta será igualmente evocado nas palavras de Maria Rosa Colaço e do escritor Urbano Tavares Rodrigues, bem como na exposição documental sobre a sua vida e obra.

## MÚSICA

### Casa do Fado

Inaugurada no passado dia 25 de Setembro, a Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa é mais um equipamento da responsabilidade do Pelouro da Reabilitação Urbana, instalado no Edifício do Recinto da Praia, no Largo do Chafariz de Dentro em Alfama.

No interior, aberto de terça a domingo entre as 10 e as 18 horas, encontra-se uma exposição permanente; uma escola de guitarra portuguesa e viola; um espaço para exposições temporárias; uma base de dados; uma biblioteca e um centro de documentação; um auditório com capacidade para 90 pessoas; uma loja temática e uma cafetaria.



O preço dos bilhetes é de 450 escudos, com redução de 60 por cento para jovens e estudantes e de 50 por cento para reformados e pensionistas. Até aos 14 anos, a entrada é grátis para as crianças.

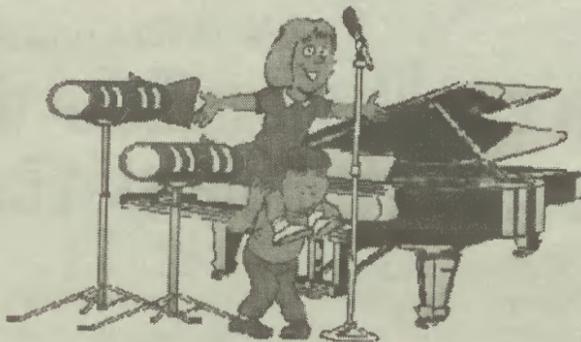
## FESTIVAIS

### Pequenos artistas

Realiza-se este fim-de-semana, 17 e 18, no pavilhão polivalente da Brandoa, o 1º Fes-

tival dos Pequenos Artistas, promovido pela Associação Cultural e Desporto e pelos Pioneiros de Portugal/núcleo da Brandoa.

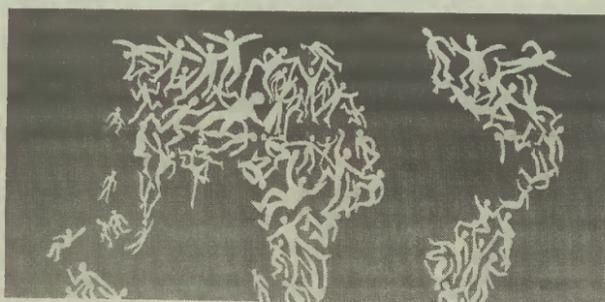
Dividido em dois escalões, infantil (dos cinco aos dez anos) e juvenil (dos 11 aos 15 anos), os pequenos artistas podem apresentar canções em português e outras provas. No final são atribuídos prémios aos três melhores de cada escalão, assim como para a melhor letra, melhor prova e melhor música.



## DANÇA

### Continentes em Movimento

Inicia-se hoje e decorre até à próxima segunda-feira, 19, no Auditório Eunice Muñoz, em Oeiras, um Encontro Internacional de profissionais, artistas e estudiosos da dança, intitulado **Continentes em Movimento**. Na iniciativa, promovida pelo departamento de Dança da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, participam cerca de 200 especialistas provenientes de mais de 25 países dos cinco continentes. O programa inclui conferências, *workshops* e exposições, demonstrações e espectáculos, tudo sob a égide do multiculturalismo e identidades.



## TEATRO

### Estreia...

No próximo domingo, dia 18, pelas 21.30 horas, o Grupo Cénico Quatro Ventos apresenta no Auditório do Centro Cultural de Vila Real de Santo António a peça **RTX**, de António Gedeão.

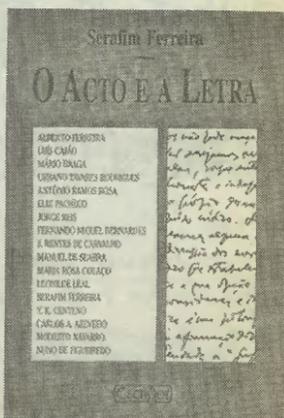
Trata-se da única obra dramática do poeta cientista, falecido no ano passado, e pode ser entendida como uma síntese do pensamento humanista do autor, onde transparecem as dúvidas sobre a natureza bondosa do ser humano, através de uma linguagem predominantemente satírica. A encenação é da responsabilidade de Paulo Moreira.

### ... e reposição

O Intervalo - Grupo de Teatro irá repor no Auditório Municipal Lourdes Norberto, em Linda-a-Velha, a peça de Henrik Ibsen, **João Gabriel Borkman**. A encenação é de Armando Caldas que conta com um elenco formado por Susana Cabela, Sara de Castro, Odete Neto, Ida de Castro, Ana Catarina Passos, João Gonçalves, Paula Manso, João Bock e Fernando Tavares Marques.

Para já estão previstos quatro espectáculos nos dias 16 e 17 e 23 e 24 de Outubro, com início às 21.30 horas. O espectáculo de amanhã é dedicado a José Saramago, sobre o qual intervirá Urbano Tavares Rodrigues.

## LIVROS



### O Acto e a Letra

A aventura da escrita - e o trabalho que ela dá - é muitas vezes fazê-lo sobre a própria escrita. Que o diga o escritor **Serafim Ferreira**, entre cujas obras, onde se contam romances, narrativas, contos, se encontra algumas vezes o ensaio sobre o escrever de outros. Aliás, **Serafim Ferreira** tem exercido, há muitos anos e com regularidade, o ofício da crítica, em numerosos textos que vêm a lume em jornais e revistas. Desta vez, a obra é de encomenda, como o autor nos revela. E a encomenda sai da própria editora onde o livro é publicado, a **Escritor**, cujos livros muitas vezes aqui temos recenseado. «Mas esse sentido de encomenda», esclarece **Serafim Ferreira**, «apenas teve a ver com a escolha dos nomes de quem aparece aqui biografado e não com os propósitos literários que pessoalmente assumimos na definição dos traços mais expressivos deste conjunto de escritores portugueses». Nem poderia ser de outro modo, conhecendo nós o autor, acrescentamos. Não se trata, pois, de *marketing*, mas de uma viagem a propósito de cerca de duas dezenas de autores - e das suas obras - que a **Escritor** tem vindo a publicar.



### O Último Comboio para Roma

Uma agradável surpresa. Assim saudamos a publicação deste livro de **Margarida Utne** na colecção **Policia de Bolso da Caminho**. Se a literatura do género conheceu nos anos oitenta, um esperançoso surto entre os autores portugueses, parece-nos ter esse entusiasmo abrandado um tanto nos últimos tempos. Mas falemos sobretudo da qualidade deste **O Último Comboio para Roma**, com a sua escrita de registo melancólico, uma prosa «nórdica». As personagens são, aliás, norueguesas, e boa parte da acção, decorrendo em Itália, deixa entrever o misto de atracção-repulsão pela inundação de sol. A acção, tensa e densamente «psicológica», lembra-nos o melhor de Patricia Highsmith, com a sua carga de fatalidade...

## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICE

## Compromisso

«Com a censura, não podia escrever o que pensava. Agora, com o pensamento único, não posso pensar o que escrevo». Pouco importa nesta citação o quem, o onde ou o quando. O que importa é que tenha sido levada ao V Encontro Ibero-Americano de Jornalistas, esta semana realizado na Póvoa de Varzim, porque sintetiza de algum modo as preocupações que durante três dias estiveram no centro da reflexão levada a cabo por organizações que se preocupam com a essência da missão dos jornalistas e do seu papel social.

Reflectir sobre a informação nesta era da globalização, é falar de uma realidade tão vasta como «a globalização dos meios, concentrados em poucas mãos», da «globalização da interpretação da realidade, impondo à força mudanças profundas na ética da profissão, ao limitar cada vez mais o papel dos jornalistas ao de instrumentos falantes, ao converter o público em simples consumidor e ao transformar em mercados todos os espaços da cultura», como lembrou Tubal Paes, presidente da União de Jornalistas de Cuba, numa intervenção em que lembrou que a maior riqueza de um povo é a sua cultura. Num momento em que o país celebra com justa alegria e orgulho a atribuição do Nobel da Literatura a José Saramago, faz sentido perguntar, como fez Tubal Paes, «que se passa com o mundo quando 50 por cento dos filmes, 75 por cento das séries de televisão, 70 por cento dos vídeos, 70 por cento dos satélites, 60 por cento das redes mundiais e 75 por cento da Internet são norte-americanos?»

Faz sentido perguntar, num fórum de debate sobre o papel dos jornalistas, «de que diversidade de opinião ou de liberdade de expressão se pode falar quando apenas três transnacionais controlam 80 por cento das notícias que se divulgam no mundo?»

Neste contexto, faz igualmente sentido falar, como o presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, Óscar Mascarenhas, da «angústia quotidiana de quem se interroga permanentemente sobre o que faz aqui», uma angústia que obviamente não afecta «os que aceitam colocar o jornalismo no suposto terreno da neutralidade», pois «basta-lhes transformarem-se em simples veículo acrítico do que as mais poderosas fontes de informação lhes enviarem: acríticos porque se dispõem a redifundir tudo o que recebem, sem seleccionar; acríticos porque se recusam a procurar informação alternativa». Que essa neutralidade não é, nem pode ser, neutral, é por demais evidente. «Ela é apenas a demissão do jornalista enquanto cidadão activo e a sua transformação num simples meio ao serviço de quem o comanda», porque «não há jornalismo neutral».

Em vésperas da cimeira Ibero-Americana que nos próximos dias se vai realizar no Porto, é reconfortante saber que profissionais da imprensa, sindicalistas, sintam necessidade de dizer, como o fez Diana Andringa, que «em tempos de globalização, marcados pelo domínio de uma só superpotência, cujo domínio não é apenas económico e militar, mas também tecnológico, cultural e informático», é preciso o combate aos que nos dizem que «face à injustiça, à profunda desigualdade que divide o mundo, não há senão que baixar os braços e esperar que o mercado remedeie tudo».

Cabe aos jornalistas uma responsabilidade social. Essa é uma responsabilidade que assumimos plenamente. Não somos, nem queremos ser, neutrais.

■ Anabela Fino

Nobel da Literatura recebido em festa  
Bem-vindo, José Saramago

Muita emoção e cravos vermelhos deram o tom à calorosa recepção que a multidão concentrada na Praça do Município reservou a José Saramago, regressado na passada terça-feira a Lisboa.

No aeroporto, o escritor foi recebido pelo Primeiro-Ministro, António Guterres, assim como pelo presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, acompanhado de João Amaral, presidente da Assembleia Municipal, e dos vereadores António Abreu, Rui Godinho e Maria Calado.

Já nos Paços do Concelho, José Saramago teve um breve encontro com uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido, José Casanova e António Andrez, membros da Comissão Política. Neste encontro estiveram ainda alguns amigos do escritor galardoado.

Seguiu-se a cerimónia de entrega das Chaves da Cidade, que decorreu no Salão Nobre da Câmara que estava completamente à cunha, durante a qual usaram da palavra, João Soares, João Amaral e no final José Saramago, que aceitou assinar o livro de honra da cidade, onde escreveu: «Obrigado, Lisboa».

Nem tu sabes o que me deste hoje».

Para ontem, quando esta edição estava a ser impressa, José Saramago era homena-

geado no Centro de Trabalho Vitória, pelas 16.30 horas, após o que seguiu para a vigília promovida pela CGTP-IN no Terreiro do Paço, contra o pacote laboral. O escritor quis manifestar o seu apoio e solidariedade à luta dos trabalhadores portugueses contra as alterações da legislação laboral. Ainda ontem, realizou-se a homenagem nacional no Centro Cultural de Belém. Amanhã o escritor estará no Porto, no Encontro de Literaturas Ibero-Americanas.



José Saramago saudado pela multidão à chegada aos Paços do Concelho, onde recebeu as Chaves da Cidade

## Nota da Comissão Política

A escalada militar da NATO  
contra a Jugoslávia

Na passada segunda-feira, a Comissão Política do PCP divulgou a nota que a seguir transcrevemos sobre o agravamento da situação na Jugoslávia. No mesmo dia, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, solicitou ao Presidente da República uma audiência com carácter de urgência para abordar o Kosovo e o eventual envolvimento militar de Portugal numa intervenção da NATO.

1. A escalada militar da NATO contra a Jugoslávia, orquestrada e liderada pelos EUA a pretexto da situação no Kosovo, assumiu nos últimos dias inquietantes proporções.

Os EUA, que há muito tomaram a decisão de impor a sua hegemonia nos Balcãs, pressionam os seus aliados, na NATO e fora dela, para, mesmo à revelia da ONU e do Conselho de Segurança, apoiarem e participarem em operações de guerra contra a Jugoslávia. Para o dia de hoje, estão a ser anunciadas decisões cruciais no plano político e operacional que abrem caminho a acções militares de agressão contra um país soberano.

2. Perante uma tal situação, o PCP sublinha, uma vez mais, a sua firme oposição ao envolvimento militar de Portugal no conflito.

Na sequência da veemente crítica e condenação já anteriormente expressas a declarações extemporâneas do Ministro da Defesa, o Partido Comunista Português considera juridicamente artificiosa e politicamente inaceitável qualquer decisão de disponibilização de meios militares portugueses para as operações da NATO contra a Jugoslávia sem debate e voto prévio, em sede de Assembleia da República.

3. O PCP chama a atenção para que a complexa questão

do Kosovo é no fundamental e na sua essência um problema interno da Jugoslávia cuja solução deve necessariamente ser procurada pela negociação e o compromisso político e não pela repressão interna ou pela ameaça ou uso da força militar na sua vertente internacional.

4. O PCP sublinha que o que está em marcha é uma acção unilateral de «policia» dos EUA, utilizando a NATO para os seus próprios fins imperialistas, com arrogante desrespeito pelas normas mais ele-

mentares do direito internacional e desprezo pelo papel de organizações internacionais, como a ONU e a OCSE, na preservação da paz e segurança.

5. As consequências e repercussões, no plano europeu e mundial resultantes da agressão da NATO contra a Jugoslávia, seriam extremamente graves. É necessário tudo fazer para as evitar, manifestando firme oposição a todo e qualquer envolvimento de Portugal nessa perigosa aventura militar.

## Regionalização

## Informar e esclarecer

O PCP inicia amanhã, dia 16, uma Jornada Nacional de Informação e Esclarecimento sobre a Regionalização.

Esta jornada, que terminará no próximo dia 25 de Outubro e marcará o início da pré-campanha do PCP, basear-se-á em acções de contacto com as populações, debates, sessões públicas, comícios e outras iniciativas, a decorrer em todo o país, com a participação do Secretário-Geral e outros dirigentes do PCP.

Durante a semana de esclarecimento, agora promovida

pelo comunistas, Carlos Carvalhas estará em Lisboa nos dias 19 (encontro-debate no Centro de Trabalho Vitória) e 20 (encontro com dirigentes do movimento sindical e associativo na Casa do Alentejo), em Portalegre no dia 22 (encontro com autarcas) e nos comícios de Coimbra, no dia 23, de Almada, no dia 24, e de Guimarães, no dia 25.

Ainda no âmbito desta Jornada, serão editados novos materiais, nomeadamente um folheto e um cartaz com o slogan «Sim às Regiões - Portugal fica a Ganhar».

Sim  
às Regiões  
Portugal  
fica  
a ganhar

PCP



51603199000445

28898